

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

VICTOR SIMÕES ZAMBERLAN

CLUSTER CRIATIVO EM MÍDIA:

um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru

BAURU
2023

Victor Simões Zamberlan

CLUSTER CRIATIVO EM MÍDIA:
um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em
Bauru

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Assoc. Juliano Maurício de Carvalho.

Bauru

2023

Zamberlan, Victor Simões.

Cluster criativo em mídia: um estudo de caso do
Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru /
Victor Simões Zamberlan, 2023
137f. : il.

Orientador: Juliano Maurício de Carvalho

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista (Unesp). Faculdade de Arquitetura, Artes,
Comunicação e Design, Bauru, 2023

1. Clusters criativos. 2. Economia criativa 3.
Arranjos Produtivos Locais (APL). 4. Comunicação
social. 5. Audiovisual. 6. Políticas públicas. 7.
Bauru I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VÍCTOR SIMÕES ZAMBERLAN, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 01 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VÍCTOR SIMÕES ZAMBERLAN, intitulada **CLUSTER CRIATIVO EM MÍDIA: um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado JULIANO MAURICIO DE CARVALHO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professor Doutor JULIANO MENDONÇA DOMINGUES DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Centro de Ciências Sociais - Departamento de Comunicação Social. / Universidade Católica de Pernambuco, Prof. Dr. JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER (Participação Presencial) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design de Bauru. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Associado JULIANO MAURICIO DE CARVALHO

REGISTRO DE IMPACTO ESPERADO

O estudo tem contribuição ao relatar a experiência de estruturação de APL na comunicação social, fortalecendo o desenvolvimento do aglomerado estruturado e subsidiando iniciativas similares. Impacta positivamente nas políticas públicas para cadeias produtivas e novas regulações que impulsionem o desenvolvimento econômico. Apoia, ainda, outros estudos na área a partir do caso observado.

The study contributes by reporting the experience of structuring APL in the media, strengthening the development of the structured cluster and subsidizing similar initiatives. It has a positive impact on public policies for productive chains and new regulations that boost economic development. It also supports other studies in the area based on the observed case.

Victor Simões Zamberlan

CLUSTER CRIATIVO EM MÍDIA:

um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru

Área de concentração: Comunicação midiática

Linha de pesquisa: 3 – Gestão e Políticas da Informação e da Comunicação Midiática

Banca examinadora:

Presidente/Orientador: Professor Associado Juliano Maurício de Carvalho

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Professor 1: Juarez Tadeu de Paula Xavier

Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Professor 2: Juliano Mendonça Domingues da Silva

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco

Resultado:

Bauru, 01 de setembro 2023.

Aqueles que calçaram a dor, silenciaram o peito e me protegem do medo.

Aos meus avós, pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Eu, um ateu, aos meus anjos da guarda.

Encontro-me horas parado diante da tela em branco pedindo para que o coração escreva. Nas visitas às memórias da vida, a companhia, o carinho, o amor e a lealdade daqueles que me formaram para estar aqui. O que somos nós se não a sintonia de todos os outros?

Começo, então, daqueles que me conceberam a vida. Ao meu pai, Wagner Zamberlan, e a minha mãe, Patrícia de Miranda Simões, pela proteção inabalável ao longo desses 27 anos. Da primeira referência de amor, do primeiro cuidado e por abdicar de todos os medos em todas as batalhas que venceram por mim. Que sejam para sempre.

Aos meus avós, deste plano ou de outros, Antônio Cláudio Simões, Valéria de Miranda Simões e Waldemar Zamberlan, por moverem todas as montanhas e garantirem a mim suas versões mais bonitas. Que sejam para todo.

Aos meus irmãos, Breno, Sophia e Vicente. Que possam caminhar por outros rumos, mas que a trilha seja tão linda quanto esta que percorro por aqui. Que sejam esperança.

Aos meus tios, tias, meus primos e primas, padrinhos e madrinhas, minha bisavó. Que estejam sempre perto.

Aos amigos das horas fáceis, aos amigos das horas difíceis. Ao companheirismo, a lealdade e ao amor daqueles que sempre despenderam tempo para o outro. Que sejam no meu coração.

A Núbia Cardoso, minha namorada, quem ocupa o coração e pensamentos todos os dias, e faz dos meus sonhos um lugar mais completo. Que sejamos um. A família Cardoso, que me acolhe da maneira mais bonita e que não encontro aqui, e agora, adjetivos tão completos para aquilo que gostaria de agradecer. Que sejam luz.

A família Carvalho, quem me estende lar, me acolhe e dedica parte de suas alegrias com este que escreve. Em especial, ao mestre da vida, parceiro e amigo, Juliano Maurício de Carvalho, toda minha gratidão. Que sejam *bon vivant*.

A Universidade Estadual Paulista pela minha *alma mater*. Desde a graduação, ao caminhar pelos corredores dessa universidade não sou tomado apenas pelo sentimento de orgulho, mas por minha completa reverência a essa instituição que diariamente constrói sonhos em cada um de seus alunos. A CAPES, pelo apoio indispensável para a realização dessa dissertação ao longo de 24 meses juntos.

Agradeço imensamente ao Lecotec, o Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade, minha porta de entrada para o mundo da ciência. Desde que entrei, em 2019, agradeço a oportunidade de ter convivido com tantos outros pesquisadores e vivenciado tantos outros projetos que me fazem ter brilho nos olhos. Agradeço ao espaço do laboratório, aos amigos e professores que ali tive contato.

Agradeço aos demais professores e funcionários, dessa e de outras instituições, que tiveram sempre a paciência, a energia e a dedicação com todos os seus alunos para torná-los sempre melhores, mais maduros e mais conscientes. Se o tempo é a maior riqueza, mais bonito é aquele que investe o seu para cuidar de si e dos outros.

Estendo meus agradecimentos e sincera gratidão ao professor Juarez Tadeu de Paula Xavier e ao professor Juliano Mendonça Domingues da Silva, que acompanharam meu trabalho nas etapas de qualificação deste trabalho e que, novamente honrado, são banca de avaliação dessa dissertação. Agradeço também aos amigos do coletivo Plano Conjunto, em especial Ana Heloíza Vita Pessotto, Rene Rodriguez Lopez e Liene Nunes Saddi, pela enorme gentileza de contribuir com esta pesquisa.

Aos futuros leitores dessa dissertação, espero encontrar-lhes em breve.

Encerro nessas linhas com meu sentimento de gratidão. Obrigado por serem parte de mim e obrigado por me deixarem ser parte de vocês.

“Deixe-me ser eu mesma e então estarei satisfeita”

11 de abril de 1944.

Anne Frank.

ZAMBERLAN, Victor S. **Clusters criativos em mídia: um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob orientação do Professor Associado Juliano Maurício de Carvalho, Bauru, 2023.

RESUMO

As transformações socioeconômicas no decorrer dos últimos 40 anos têm reafirmado a importância da agenda para o desenvolvimento de aglomerados produtivos locais. Compreender a complexidade destes setores tem orientado estudos nos campos da economia criativa e das políticas públicas e pautado as ações de governos em âmbito global. A construção de estratégias que emponderem ambientes de negócio nas cidades foi impulsionada, desde 2009, no estado de São Paulo para implementar uma política pública para estimular APLs (Arranjos Produtivos Locais). A pesquisa analisa o caso da aprovação e implementação do APL de Produção Audiovisual, na cidade paulista de Bauru, no centro do estado e diagnostica as condições que contribuem para sua sustentabilidade. Em termos metodológicos, foi realizado um estudo de caso, apoiado por pesquisa bibliográfica e documental. A dissertação descreve o contexto sociocultural que emerge para a aprovação do aglomerado e mostra as ações dos atores locais para a construção do ambiente de governança que envolve instituições de ensino superior, negócios do setor de mídia e cultura e suas estratégias para a consolidação da cadeia do audiovisual. O estudo reflete a pertinência das políticas públicas para estímulo e indica ações geradas no APLs que contribuem para o aprendizado e desenvolvimento destes aglomerados.

Palavras-chave: Clusters Criativos; Economia Criativa; Arranjos Produtivos Locais; Comunicação Social; Audiovisual; Políticas Públicas; Bauru.

ABSTRACT

Socio-economic transformations over the last 40 years have reaffirmed the importance of the agenda for the development of local productive clusters. Understanding the complexity of these sectors has guided studies in the fields of the creative economy and public policy and guided the actions of governments at a global level. Since 2009, the state of São Paulo has been working to build strategies to boost business environments in cities, implementing a public policy to stimulate APLs (Local Productive Arrangements). The research analyzes the case of the approval and implementation of the Audiovisual Production LPA in the city of Bauru, in the center of the state, and diagnoses the conditions that contribute to its sustainability. In methodological terms, a case study was carried out, supported by bibliographical and documentary research. The dissertation describes the socio-cultural context that emerged for the approval of the cluster and shows the actions of local players to build a governance environment involving higher education institutions, businesses in the media and culture sector and their strategies for consolidating the audiovisual chain. The study reflects the relevance of public policies to stimulate and indicate actions generated in APLs that contribute to the learning and development of these clusters.

Keywords: Creative Clusters; Creative Economy; Local Productive Arrangements; Social Communication; Audiovisual; Public Policies; Bauru.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1 – Representação do modelo marshalliano de distrito industrial</i>	<i>23</i>
<i>Figura 2 – Estrutura genérica de cluster</i>	<i>28</i>
<i>Figura 3 – Prédio do HUB Salvador, o hub criativo da cidade de Salvador</i>	<i>37</i>
<i>Figura 4 – Representação sistêmica de Arranjos Produtivos Locais (APL)</i>	<i>39</i>
<i>Figura 5 – APLs reconhecidos pelo Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Local Paulista.....</i>	<i>66</i>
<i>Figura 6 – Bauru no mapa do Estado de São Paulo.....</i>	<i>73</i>
<i>Figura 7 – Infraestrutura de transporte em Bauru e Região</i>	<i>74</i>
<i>Figura 8 – Arte de divulgação da 4ª Edição do Festival Filma Bauru – festival de cinema do interior</i>	<i>92</i>
<i>Figura 9 – Chamada do 4º Festival Cria Bauru</i>	<i>94</i>
<i>Figura 10 – Logo do evento Semana do Hip Hop de Bauru de 2023</i>	<i>95</i>

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 – Resultados da busca por APL nas bases de dados do Governo Federal por ano</i>	50
<i>Gráfico 2 – Número de atos administrativos com menção a APLs por gestão presidencial...</i>	57
<i>Gráfico 3 – Proporção das matrículas em IES para carreiras da classe criativa.....</i>	75
<i>Gráfico 4 – Atividades do audiovisual a partir dos registros CNAE em Bauru em 2018</i>	87
<i>Gráfico 5 – Empresas em Bauru com atividades cinematográficas, televisão e games</i>	88
<i>Gráfico 6 – Tempo de atividade das empresas com atividade principal de produção cinematográfica.....</i>	89
<i>Gráfico 7 – Microempreendedores individuais com atividades relacionadas ao audiovisual</i>	90

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 – Características dos aglomerados produtivos.....</i>	<i>43</i>
<i>Tabela 2 – Entendimento do Governo Federal sobre o conceito de APL.....</i>	<i>56</i>
<i>Tabela 3 – Nível de maturidade dos APLs paulistas.....</i>	<i>68</i>
<i>Tabela 4 – Setor audiovisual no centro-oeste paulista</i>	<i>85</i>
<i>Tabela 5 – Setor audiovisual no estado excluindo a Região Metropolitana de São Paulo</i>	<i>86</i>
<i>Tabela 6 – Média salarial dos setores criativos em Bauru.....</i>	<i>90</i>

SUMÁRIO

Introdução	16
2. Aglomerados produtivos	20
2.1 Distritos industriais	22
2.2 Aglomerados locais ou <i>cluster</i>	26
2.2.1 <i>Clusters</i> criativos	28
2.3 Hubs criativos.....	33
2.4 Arranjos Produtivos Locais (APL)	38
3. Marcos regulatórios nacionais e paulistas sobre APLs.....	46
3.1 Característica dos achados: perfil dos documentos.....	48
3.2 Levantamento da regulação federal sobre APLs.....	51
3.3 Levantamento da regulação paulista sobre APLs	58
3.3.1 Dos pedidos de reconhecimento de APLs	61
3.3.2 Outras leis de incentivos a APLs.....	63
3.3.3 Dos editais de chamamento público para reconhecimento de APLs.....	64
3.3.4 Maturidade dos APLs	67
4. Fatores condicionantes do APL.....	71
4.1 Bauru em cena: uma breve apresentação.....	72
4.2 Elementos precursores	77
4.2.1 Primeiras experiências audiovisuais.....	78
4.2.2 Ambiente de negócios: um olhar sobre as empresas locais.....	83
4.2.3 A cena artística e cultural	91
4.2.4 Educação na consolidação de APLs	96
4.2.5 A governança nasce de “um plano de estar sempre juntos”	98
5. Enfim, Bauru conquista o APL do audiovisual	103
5.1 Perspectivas para o arranjo produtivo	107

5.2 Cenários de futuro: uma aproximação crítica	110
6. Conclusão	113
7. Referências	119
Apêndice	131
Apêndice 1 – Características dos atos administrativos do Governo Federal	132
Apêndice 2 – Características dos atos administrativos do Governo do Estado de São Paulo	135

INTRODUÇÃO

O período das últimas cinco décadas tem sobrelevado transformações alicerçadas nas esferas da economia, da política, da cultura e da sociedade, de modo que têm se formalizado novos pactos sociais e produtivos. O crescimento do comércio internacional, a rápida expansão dos fluxos de informação e o aumento da inter-relação entre os países (CHESNAIS, 1996), formalizam parte dessas mudanças.

No cenário que sucede a fase aguda da pandemia, surgem iniciativas corporativas e são gestadas políticas públicas que procuram mitigar as dificuldades vivenciadas por diversos setores, sejam em condições estruturais ou pontuais, como emprego, renda e insumos. Os setores da comunicação e da economia criativa foram muito afetados. Segundo o relatório da Unesco “Remodelando Políticas para a Criatividade”, a crise gerada aos setores da cultura representa perdas na ordem dos US\$ 750 bilhões e dez milhões de empregos (UNESCO, 2023).

Estratégias para o desenvolvimento local ganham visibilidade na agenda política e auxiliam a reestruturação dos mercados, no período pós crise. No Brasil, crescem as iniciativas de incentivo aos aglomerados produtivos, como *clusters*, nominados aqui como Arranjos Produtivos Locais (APL). Esses desenhos organizacionais ressignificam o ambiente produtivo no âmbito local, a exemplo da região de Champagne, na França, para a produção de bebidas; Mumbai, na Índia, onde está Bollywood; a região do Vale do Silício, nos Estados Unidos, local da sede de empresas como Apple, Microsoft, Facebook e Google.

O estado de São Paulo instaura em 2009 o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais e passa a reconhecer o potencial de cadeias produtivas em diversos setores dos municípios paulistas. A cidade de Bauru, localizada no centro do estado, com cerca de 400 mil habitantes, conquista seu primeiro APL, na área de Comunicação Social, voltado ao setor audiovisual, em 2021.

Esta pesquisa analisa a constituição do arranjo produtivo local de Bauru, inventaria o contexto de implementação e diagnostica as condições de sustentabilidade. Os fatores que condicionam a implantação do APL são elementos locais mínimos, capazes de estimular, escalonar e sustentar o aglomerado a partir de dimensões como tradição cultural local, apoio dos setores públicos, instituições de pesquisa, grau de compartilhamento de informação e intensidade de colaboração entre empresas, entre outros.

Os estudos no campo da economia criativa, com ênfase em políticas públicas, guiam a interpretação desta investigação. Em termos metodológicos, procedemos um estudo de caso apoiado por pesquisa bibliográfica e documental. A empiria do método busca determinar contextualmente “como” e “por que” o caso ocorreu ao descrever e identificar fatores-chave.

Foram consultados pontualmente membros da entidade gestora local para o esclarecimento de algumas informações coletadas¹.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 2, “**Aglomerados produtivos**”, apresentamos os resultados da pesquisa bibliográfica sobre as diferentes estratégias de desenvolvimento local, bem como suas características elementares. Há uma diversidade de conceitos e terminologias instadas pela geografia da economia para explicar a articulação e implantação de iniciativas para acelerar a competitividade de economias locais e regionais, que vão do conceito de distritos industriais em 1890 à nomenclatura brasileira de 1999.

O panorama das políticas e regulações que orientam a formação e a atuação dos APLs nos contextos nacional e paulista é apresentado no capítulo 3, “**Marcos regulatórios nacionais e paulistas sobre APLS**”. A pesquisa documental identifica leis, normas, decretos, fontes oficiais dos acervos do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), além de produzir uma cronologia do ordenamento jurídico que estrutura a política paulista para o setor.

A territorialidade de Bauru é descrita com características como infraestrutura, demografia, recursos socioeconômicos no capítulo 4, “**Fatores condicionantes do APL**”. O percurso do setor audiovisual desde a chegada das primeiras emissoras de televisão, passando pela presença de instituições de ensino e pela promoção de eventos artísticos e organizações de produtores, descreve os fatores que condicionaram a cadeia produtiva do audiovisual. A trajetória da organização da sociedade civil para conceber a proposta do APL também é descrita no capítulo.

Analizamos o processo formal de submissão e avaliação das propostas de APLs pelo governo paulista com inferências sobre os aspectos qualitativos e quantitativos considerados nos instrumentos do chamamento público. O prognóstico de maturação do arranjo a partir da regulação estatal e a sinalização de avanços e desafios enfrentados pela cadeia produtiva após seu reconhecimento são abordados no capítulo 5, “**Enfim, Bauru conquista o APL do audiovisual**”.

Conforme a centralidade e urgência das discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a pesquisa relaciona-se, ao menos, com os ODS 8 (Trabalho

¹ Conforme capítulo IX, inciso VII, da Resolução nº 674 do Conselho Nacional de Saúde que indica dispensa para pesquisas que, entre outros, “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o indivíduo” (BRASIL, 2022).

decente e crescimento econômico), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

CAPÍTULO 2 | AGLOMERADOS PRODUTIVOS

As transformações da economia mundial no contexto da última década têm sobrelevado alterações da balança do poder econômico, no qual se testemunham mudanças relativas no peso das economias centrais. Neste contexto, as economias em desenvolvimento, historicamente pertencentes ao bloco periférico do capitalismo, ganharam novos protagonismos diante da ordem até então vigente, destacadamente o Brasil.

É oportuna à competitividade desse cenário, segundo Leandro Coutinho, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), “a inédita possibilidade de estabelecer novos caminhos de desenvolvimento” (COUTINHO, 2010, pp. 21–22), que se lancem ao desafio de intensificação de processos de inovação dentro das organizações, ao passo em que haja “uma distribuição mais equânime das oportunidades de desenvolvimento produtivo e inovativo entre as regiões do país”.

A nova geografia da economia implica mudanças das cadeias produtivas em âmbito local. Segundo Coutinho (2010, p.22), promover as potencialidades de talento locais em toda dimensão e diversidade se tornou, mais do que nunca, estratégico. O autor fala sobre alcançar marcos de gestão que superem a dicotomia *bottom-up* ou *top-down* e fortaleça visões multiescalares e mobilizadoras de protagonismos locais.

A implementação dessas políticas requer o tratamento transestorial e sistêmico das atividades produtivas e inovativas e sua conexão com os territórios oferece oportunidade valiosa para ampliar e sustentar o desenvolvimento. A mobilização de arranjos produtivos de todos os tamanhos e tipos é o caminho natural para alcançar esse objetivo, assim como uma melhor distribuição regional das atividades econômicas e a mitigação de outras desigualdades (COUTINHO, 2010, p. 22).

Transformações do ponto de vista do arranjo da indústria no território, de modo que as fábricas se disponham geograficamente próximas umas das outras, parecem responder por melhorias organizacionais e produtivas das companhias. Diante da hipótese de que a aglomeração do setor produtivo seja capaz de gerar melhorias produtivas e organizacionais, há um conjunto de investigadores que buscam avaliar os elementos estratégicos de políticas de desenvolvimento local e regional que contribuam para a formação de aglomerados, bem como os ganhos alcançados.

Em face desta dinâmica do mercado, os países desenvolvidos e principalmente aqueles em fase de desenvolvimento, na busca por uma resposta que atenda ao desenvolvimento endógeno, têm procurado formas de se proteger por meio de barreiras protecionistas e, principalmente, por meio da organização interna de sua produção. Com isso, eles têm expectativa de aumentar a produtividade local e nacional por meio do conhecimento, da capacidade inovativa e produtiva de cada uma das regiões sob suas jurisdições, desenvolvendo, assim, suas habilidades de produção a partir do microambiente (QUEIROZ; SOUZA, 2017, p. 38).

Avalia-se que a simples concentração geográfica e setorial do setor produtivo não é garantia de eficiência coletiva, mas, por sua vez, é condição necessária para uma série de desenvolvimentos posteriores (MACHADO, 2003, p. 10). Um estudo de caso em Minnesota, Estados Unidos, realizado por Schmitz Junior (2005, p. 598), avaliando empresas de minério locais, demonstrou que a concentração geográfica das companhias com baixa produtividade foi capaz de alavancar os ganhos produtivos de maneira coletiva. Não obstante, sob a condição de proximidade geográfica das empresas, é possível constatar que esse fenômeno “não ocorre aleatoriamente e não envolve apenas as empresas ali estabelecidas, há um desenvolvimento regional de cunho coletivo, paralelo aos ganhos auferidos individualmente” (QUEIROZ; SOUZA, 2017, p. 38).

Sendo assim, desvelando a potencialidade de que as aglomerações industriais também sejam capazes de gerar avanços ao setor das indústrias criativas, área esta representada pelo “conjunto de indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individual e que têm um potencial de geração de riqueza e emprego através da geração e exploração de propriedade intelectual”² (DCMS, 2001), neste capítulo serão conceituados e caracterizados diferentes tipos de aglomerados produtivos, de maneira a identificar aspectos comuns e particulares de cada conjunto estratégico.

2.1 Distritos industriais

Desde o século XIX, são empenhados esforços na tentativa de documentar e problematizar as estratégias de políticas de desenvolvimento local. Notadamente, o conceito de “distritos industriais”, proposto por Alfred Marshall, sobreleva os primeiros empenhos dessa literatura.

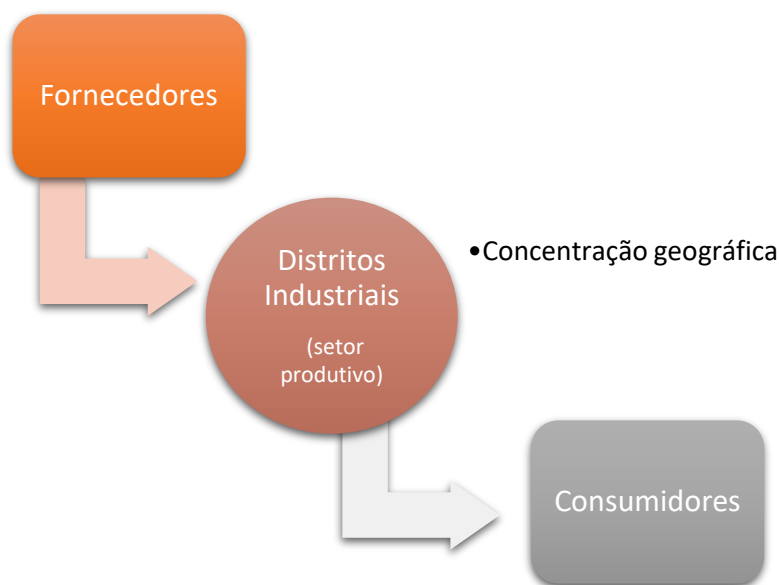
Marshall apontou que uma forma específica de organização industrial – distritos industriais; aumentou a riqueza de algumas regiões da Inglaterra e da Alemanha, e conectou-se com a acumulação de capital e investimento, capital social, externalidades e retornos crescentes. Na opinião dele, a localização industrial estava intimamente ligada à demografia, governos locais, liberdade e instituições sociais. Ele reconheceu que os distritos eram um marco territorial principal para o crescimento econômico baseado no conhecimento (ZARATIEGUI, 2004, p. 80).

Valendo-se da interpretação *marshalliana*, Becattini (2017, p. 15) define um distrito industrial como “uma entidade sócio territorial que é caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e uma população de empresas em uma área naturalmente e

² **No original:** “Those industries which have their origin in individual creativity, skill and talent and which have a potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property.”

historicamente delimitada”³. A definição de Beccatini desvela a transdisciplinaridade dessa agenda de pesquisa, de modo que a literatura não se direciona apenas para as ciências sociais da economia, mas também da sociologia, geografia, história, antropologia (CELATA; ROSSI, 2020, p. 231).

Figura 1 – Representação do modelo marshalliano de distrito industrial



Fonte: Smahó (2018)

O impacto da contribuição feita pelo economista italiano sobre a região da Toscana, na Itália, tornou-se modelo na literatura dos distritos industriais na década de 1980, ao ponto do “modelo toscano” tornar-se um conceito representativo, equivalente, por definição, a regiões que obtiveram êxito na combinação de fatores endógenos e exógenos, de desenvolvimento econômico e sociocultural local, simultaneamente (CELATA; ROSSI, 2020, p. 231).

Esses fatores incluíram: primeiro, a relação periférica da Toscana no que diz respeito à trajetória geográfica de industrialização em massa da Itália; em segundo lugar, a tradição de longo prazo da produção artesanal na região em setores intensivos em mão-de-obra e design, como vestuário e indústria de vestuário; terceiro, o sistema de corte de ações (mezzadria), prevalecendo na agricultura com sua versatilidade distinta e formações sociais imutáveis [...]; quarto, a ética profissional dos empreendedores locais, resultando em um reconhecimento generalizado do trabalho bem realizado [...]; quinto, o caráter externo da economia regional devido à riqueza das bolsas econômicas internacionais [...] (CELATA; ROSSI, 2020, p. 231).⁴

³ **No original:** “I define the industrial district as a socio-territorial entity which is characterised by the active presence of both a community of people and a population of firms in one naturally and historically bounded area.”

⁴ **No original:** “These factors included: first, the peripherality of Tuscany with respect to Italy’s mass-industrialization geographical trajectory; second, the region’s long-term tradition of craft production in labor-

Nos anos 1990, foi elaborado um novo modelo de distrito industrial. Diferente do modelo toscano, que observara as particularidades daquela localidade, Brusco (1982) identificou no aspecto mais macro que as cidades que compunham a região da Emília-Romagna, também na Itália, possuíam cada qual seu distrito industrial. Não obstante, as pequenas e médias empresas da região recorrem a associações de assistência mútua com o objetivo de alcançar recursos que, individualmente, não poderiam acessar, como a disponibilidade a créditos maiores e menores juros, parcerias público-privadas, criação conjunta de escritórios de consultoria técnica e consórcios para comercialização e compra de materiais dos itens produzidos localmente (BRUSCO, 1982, p. 173). Esse modelo regional de distritos industriais ficou conhecido como “modelo emiliano”.

Essa dinâmica de cooperação entre empresas e interdependente, ativamente nutrida pelos governos locais, bem como por atores intermediários, como bancos locais e sindicatos, são ilustrativas da espessura institucional dos distritos industriais. [...] O surgimento de intermediários institucionais que cruzam as fronteiras convencionais da economia/estado/sociedade civil permitiu que distritos industriais e configurações socioespaciais semelhantes de pequenas empresas preservassem sua competitividade em um mundo dominado por grandes empresas, atores globais e redes transnacionais (CELATA; ROSSI, 2020, p. 132)⁵.

Para Knight, Penn e Hoyle (2014, p. 541), “distritos industriais são áreas geográficas ou econômicas que contêm inúmeras empresas ou indústrias interativas”⁶. Os autores consideram que as relações estabelecidas entre os *players* de um distrito são formadas por organizações fornecedoras de materiais e de bens de consumo; e que as diferenças entre os distritos dependerão do quão complexa é a estrutura que interliga essas companhias em nível local (KNIGHT; PENN; HOYLE, 2014, p. 542).

and design-intensive sectors such as clothing and the garment industry; third, the share-cropping system (mezzadria) prevailing in agriculture with its distinctive versatility and unchanging social formations, most notably the “Mediterranean model” of household structure with its intense allegiances generated within enlarged family lineages; fourth, the professional ethic of local entrepreneurs, resulting in a widespread recognition of well-performed work (epitomized by the enduring belief in the “mastery of the craft”); fifth, the outward-looking character of the regional economy due to the wealth of international economic exchanges, testified by the role played in industrial districts by “pure entrepreneurs,” i.e., brokers who did not own any production plant but were crucial in channeling international demand toward Tuscany.”

⁵ **No original:** “These dynamics of interfirm cooperation and interdependence, actively nourished by local governments as well as by intermediary actors such as local banks and the trade unions, are illustrative of the institutional thickness of industrial districts [...] The emergence of institutional intermediaries crossing conventional economy/state/civil-society boundaries has allowed industrial districts and similar sociospatial configurations of small firms to preserve their competitiveness in a world dominated by big firms, global actors, and transnational networks.”

⁶ **No original:** “Industrial districts are geographic or economic areas containing numerous interacting firms or industries.”

Na definição empregada por Harris (2018, p. 274), um distrito industrial consiste em “uma concentração de empresas similares e relacionadas na mesma área geográfica, sendo estes condutores para a inovação que estimulam o crescimento da produtividade e formação de novos negócios”⁷. O autor (HARRIS, 2018, p. 274) discorre que essas regiões são capazes de facilitar acesso aos insumos, fontes de financiamento e acesso à tecnologia, ao passo que amplificam a concorrência entre as empresas por recursos, participação de mercado e visibilidade (SHAVER; FLYER, 2000, p. 1177).

Há autores, por exemplo, que rompem com caracterizações estritamente econômicas e conceituam a partir de outros elementos locais. Brunello e Langella (2016, p. 106) definem distritos industriais como “mercados de trabalho locais onde as pequenas e médias empresas têm uma participação significativa no emprego tanto na manufatura como um todo quanto no setor de especialização”⁸. Soubeyran e Weber (2002, p. 66) entendem que as empresas inseridas em um distrito industrial estão conectadas por densas relações do ponto de vista social, institucional, cultural e técnico que levam à criação de capital social.

Essa noção de capital social proporciona uma extensão do capital humano que vai além do capital natural ou físico. Representa normas e valores que criam o tecido da sociedade e colam indivíduos e instituições em conjunto e constituem um elo necessário para sua governança. A noção de proximidade geográfica desempenha um papel crucial no surgimento e sustentabilidade do capital social local em uma entidade territorial (distrito). Por meio de repetidos contatos de intercâmbio e presencial, a proximidade geográfica eleva o nível de coordenação, confiança e aprendizagem entre empresas e instituições do distrito. Coordenação e cooperação desempenham um papel importante no surgimento de bens públicos locais, associações públicas e privadas, instituições, programas educacionais, programas de treinamento e infraestrutura. O alto nível de confiança leva à colaboração e ao compartilhamento informal de informações entre os indivíduos, mesmo que sejam empregados por empresas rivais (SOUBEYRAN; WEBER, 2002, pp. 66–67).⁹

Bressanelli, Visintin e Saccani (2022, p. 2), aproximam-se da definição de Becattini ao conceituar os distritos industriais como aglomerados de pequenas e médias empresas, delimitadas por um período histórico e determinada por um território específico. Entretanto,

⁷ **No original:** “*industrial districts – a concentration of similar and related firms in the same geographic area – are conduits for innovation that spur productivity growth and new business formation.*”

⁸ **No original:** “*Local labour markets where small and medium firms have a significant employment share both in manufacturing as a whole and in the sector of specialisation.*”

⁹ **No original:** “*This notion of social capital provides an extension of human capital that goes beyond natural or physical capital. It represents norms and values that create the fabric of the society and glue individuals and institutions together and constitute a necessary link for its governance. The notion of geographical proximity plays a crucial role in the emergence and sustainability of local social capital in a territorial entity (district). Via repeated exchange and face to face contacts, geographical proximity raises the level of coordination, trust and learning among companies and institutions in the district. Coordination and cooperation play an important role in the emergence of local public goods, public and private associations, institutions, educational programs, training programs, and infrastructure. The high level of trust leads to collaboration and informal information sharing among the individuals even if they are employed by rival firms.*”

acrescentam características que definem essas regiões como áreas com presença de empresas “especializadas em uma ou mais fases de um processo produtivo e integrada através de uma complexa rede de inter-relacionamento econômico e social”¹⁰. Não obstante, a crítica estabelecida pelos autores recai sobre como parte da literatura interpreta esses ambientes em rede, de modo a considerar que os ciclos de vida dos distritos industriais seguem lógicas evolutivas, como, por exemplo, “ascensão, crescimento, sustentação e declínio” (MENZEL; FORNAHL, 2010, p. 230). No entanto, apontam para sistemas adaptativos complexos, logo, são ambientes capazes de alterar sua forma e natureza ao longo do tempo, responder a abalos externos e recombina recursos, sendo estas características chave desses ambientes (BRESSANELLI; VISINTIN; SACCANI, 2022, p. 2).

Diante das considerações dos autores, nota-se o esforço de investigadores para alcançar uma definição consensual sobre o termo “distrito industrial”. Entretanto, estabelecem-se características norteadoras que perpassam cada um dos apontamentos. Em primeiro lugar, o elemento basilar está calcado na proximidade geográfica e na capacidade de construir uma integração local capaz de responder a desafios de matriz econômica. São divergentes elementos quanto às categorias das empresas que constituem os distritos, ganhos de ordem alheia à economia ou até mesmo a dimensão dos *players* que podem ou não constituir tais redes. Em sintonia estão as potencialidades, comerciais ou não, da coordenação local quanto à construção de uma agenda comum de desenvolvimento.

2.2 Aglomerados locais ou *cluster*

Outra definição encontrada na literatura é a de “aglomerados locais”. Mesmo que possua tradução em português, não é incomum ela ser referida em inglês, *cluster*. Neste caso, a proximidade geográfica da indústria “facilita a formação de economia de aglomeração (*clustering*), que, por sua vez, promove o desenvolvimento de distritos industriais” (FEITOSA, 2009, p. 23).

Clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas em um determinado campo. Os clusters englobam uma série de indústrias vinculadas e outras entidades importantes para a concorrência. Eles incluem, por exemplo, fornecedores de insumos especializados, como componentes, máquinas e serviços, e provedores de infraestrutura especializada. Os clusters também geralmente se estendem a jusante para canais e clientes e lateralmente para fabricantes de produtos complementares e para empresas em indústrias relacionadas a habilidades, tecnologias ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e outras — como universidades, agências de definição de padrões,

¹⁰ **No original:** “specialised in one or more phases of a production process and integrated through a complex network of economic and social interrelationship”

think tanks, provedores de treinamento profissional e associações comerciais – que fornecem treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico (PORTER, 1998a).¹¹

Porter (2000, p. 15) argumenta que essas concentrações vivem uma espécie de paradoxo que, por um lado, intensifica a competitividade das companhias locais e, por outro, cooperam em agendas de desenvolvimento comum. Logo, *clusters* “representam uma nova forma de pensar sobre as economias nacional, estadual e local, e exigem novos papéis para as empresas, para vários níveis de governo e para outras instituições no aumento da competitividade”¹² (PORTER, 2000, p. 16).

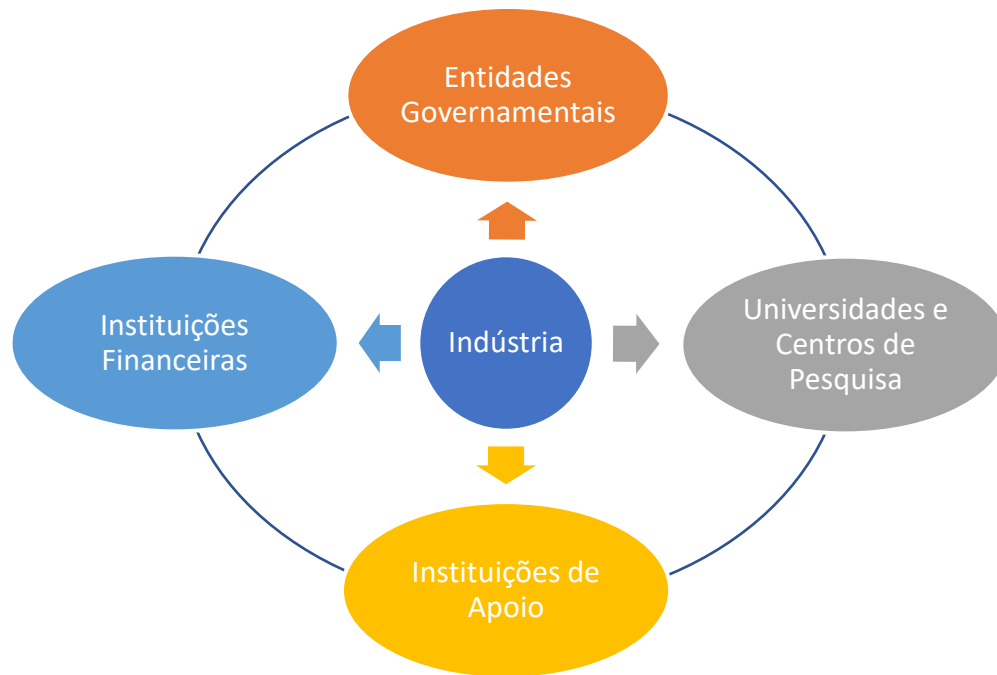
Os *clusters* industriais podem ser entendidos como concentrações geográficas de atores econômicos dos mesmos setores ou inter-relacionados ao longo da cadeia de valor. O *cluster* evolui com base na proximidade geográfica, desenvolve-se ao longo do tempo, aumenta a concorrência e a colaboração resultando em inovação, e potencialmente cria maiores benefícios econômicos por meio de maior produtividade, melhor gestão do conhecimento e oportunidades empreendedoras¹³ (CHULUUNBAATAR et al., 2014, p. 553).

¹¹ **No original:** “Clusters are geographic concentrations of interconnected companies and institutions in a particular field. Clusters encompass an array of linked industries and other entities important to competition. They include, for example, suppliers of specialized inputs such as components, machinery, and services, and providers of specialized infrastructure. Clusters also often extend downstream to channels and customers and laterally to manufacturers of complementary products and to companies in industries related by skills, technologies, or common inputs. Finally, many clusters include governmental and other institutions—such as universities, standards-setting agencies, think tanks, vocational training providers, and trade associations—that provide specialized training, education, information, research, and technical support.”

¹² **No original:** “Clusters represent a new way of thinking about national, state, and local economies, and they necessitate new roles for companies, for various levels of government, and for other institutions in enhancing competitiveness.”

¹³ **No original:** “Industrial clusters can be understood as geographical concentrations of economic actors from the same or inter-related sectors along the value chain. Cluster evolves based on geographical proximity, develops over time, boosts competition and collaboration resulting in innovation, and potentially creates greater economic benefits through higher productivity, better knowledge management, and entrepreneurial opportunities.”

Figura 2 – Estrutura genérica de cluster



Fonte: Sohn et al. (2017)

A aglomeração da indústria em território delimitado responde pela elevação dos ganhos financeiros, destacadamente quando próximos ao mercado consumidor, e potencializam a absorção de mão de obra qualificada, principalmente em localidades que possuem estruturas de qualificação requeridas pela indústria, como universidades (CAMPBELL-KELLY et al., 2010, pp. 16–19); revitalização do espaço urbano, destacadamente quando incentivadas as indústrias do setor criativo (STERN; SEIFERT, 2010, p. 275) e políticas para o setor da cultura (BOUALAM, 2014, p. 12); e configuram-se como espaços propícios para inovação, pois, uma vez que um dos objetivos do *cluster* é o desenvolvimento econômico, torna-se local de discussão e aplicação de novas estratégias econômicas (GWEE, 2009, p. 250).

2.2.1 Clusters criativos

No conjunto de referências dessa literatura, há uma particularidade de autores que trabalham com aglomerados específicos do setor das indústrias criativas e, portanto, definem a área pelo termo “*cluster* criativo”. Zheng e Chan (2014, p. 10) argumentam que a literatura de *clusters* criativos está alocada em conceitos vindos de duas vertentes teóricas: abordagem cultural local e desenvolvimento regional e teorias de *cluster*. Sendo assim, define-se *cluster* criativo por:

Grupos de empresas concorrentes e cooperativas que aumentam a demanda por mão-de-obra especializada e redes de abastecimento em um determinado local. Tal

infraestrutura depende não apenas da vitalidade do setor criativo em si, mas também é sustentada por políticas públicas e investimentos públicos significativos¹⁴ (DE PROPRIS et al., 2009, p. 11).

Da disposição de elementos locais, De Propriis e Hypponen (2007) caracterizam um *cluster* criativo como um lugar que reúne uma comunidade de “pessoas criativas” (FLORIDA, 2002) que compartilham um interesse pela novidade, mas não necessariamente o mesmo assunto; um lugar catalisador onde pessoas, relacionamentos, ideias e talentos podem despertar uns aos outros; um ambiente que ofereça diversidade, estímulos e liberdade de expressão; e uma rede espessa, aberta e sempre em transformação, de trocas interpessoais que nutrem a singularidade e identidade dos indivíduos. Pelo potencial de competitividade, o estabelecimento de *clusters* criativos e culturais é, por sua vez, encarado como uma estratégia mantenedora de negócios de indústrias criativas sustentáveis (TSANG; SIU, 2016, p. 209).

A criatividade é, portanto, encarada como impulsionadora da “criação de empregos, inovações e inclusão social” (UNCTAD, 2010). Organizações multilaterais têm se debruçado sobre pesquisas no tema, com destaque para a série de relatórios *Creative Economy Outlook: Trends in international trade in creative industries* (UNCTAD, 2018), da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. Esse relatório, por exemplo, tem mencionado como a clusterização promove setores da cultura e das indústrias criativas, elevando os ganhos financeiros e aportando melhorias urbanas, culturais e sociais.

A criatividade artística é necessária para produzir bens e serviços culturais, e as vantagens de ter uma oferta cultural rica e um patrimônio cultural significativo hoje em dia são vastas e não desprezíveis, desde ganhos econômicos aos fluxos turísticos até ganhos não monetários decorrentes de uma identidade comum¹⁵ (BOROWIECKI; DAHL, 2021, p. 2).

A agenda de pesquisa que intersecta as indústrias criativas e a disposição da indústria em aglomerados dentro do espaço geográfico tem demonstrado o potencial de desenvolvimento local, notadamente diante da robustez e dinamicidade desses setores sob sismos internos ou externos (ZALLO, 2010, p. 52) e como promotoras e mantenedoras do legado cultural e artístico local, de elevados índices de empregabilidade, educação e participação expressiva nos Produto Interno Bruto (PIB) de um país (EUROSTAT, 2019).

¹⁴ **No original:** “groups of competing and co-operating businesses that enhance demand for specialist labour and supply networks in a particular location. Such infrastructure depends not only upon the vitality of the creative sector itself, it is also underpinned by public policy and significant public investment.”

¹⁵ **No original:** “artistic creativity is needed to produce cultural goods and services, and the advantages of having a wealthy cultural supply and a meaningful cultural heritage nowadays are vast and non-negligible, ranging from economic gains from tourism inflows to non-monetary gains arising from a common identity.”

Autores como Tao et al. (2019, p. 141) desvelam que o impacto da indústria criativa é ainda mais relevante em países emergentes, uma vez que esses setores aceleram a transformação estrutural para economias baseadas em serviço.

As economias de aglomeração representam *clusters* de atividade que aumentam a produtividade das empresas localizadas dentro delas. Há duas fontes de tal ganho. Em primeiro lugar, nas economias de localização, uma empresa se beneficia de empresas locais do mesmo setor que se aproximam umas das outras. As economias de localização decorrem do agrupamento do mercado de trabalho, do compartilhamento de insumos e das repercussões de informações entre empresas do mesmo setor em uma cidade. Em segundo lugar, nas economias de urbanização, uma empresa se beneficia da diversidade da indústria e do tamanho urbano local em geral¹⁶ (TAO et al., 2019, p. 142).

Borowiecki (2015, p. 446) argumenta que a transmissão de conhecimento, habilidades e ideias no contexto das cidades é otimizado pela densidade demográfica que, por sua vez, servirá de motor do desenvolvimento econômico, representando maior volume de trocas de informação e, afinal, torna-se território amigável para a formação de aglomerações criativas. A autora discorre que em ambientes de *cluster* o volume da produção cultural e criativa eleva-se, uma vez que a colaboração entre profissionais do setor criativo é mais intensa. Por outro lado, no contexto das pequenas cidades ou ambientes rurais, particularmente, é mais ressonante o papel de indivíduos-chave no desenvolvimento de *clusters* locais, uma vez que a natureza dispersa dessas regiões se traduz na visibilidade maior de membros mais ativos no desenvolvimento de ações em prol dos aglomerados e, portanto, o peso daquilo que entregam à comunidade torna-se mais significativo (HARVEY; HAWKINS; THOMAS, 2012, p. 532).

Ao observar os aglomerados de indústrias criativas da China, os achados de Tao et al. (2019) indicam que para cada 1% de aumento da densidade populacional de uma região, a produtividade de setores criativos se expande proporcionalmente na faixa de 0.31%. “Esse efeito de densidade sobre as indústrias criativas parece ser consideravelmente maior do que o encontrado para as economias agregadas e o setor manufatureiro, mas está em consonância com as evidências recentes para indústrias criativas de serviços baseadas em conhecimento”¹⁷ (TAO et al., 2019, p. 147).

¹⁶ **No original:** “Agglomeration economies represent clusters of activity that boost the productivity of firms located within them. There are two sources of such gain. First, in localization economies, a firm benefits from local firms in the same industry locating close to each other. Localization economies stem from labor market pooling, input sharing, and information spillovers among firms in the same industry in a city. Second, in urbanization economies, a firm benefits from industry diversity and overall local urban size.”

¹⁷ **No original:** “This density effect on CIs appears to be considerably greater than those found for aggregate economies and the manufacturing sector, but it is in line with recent evidence for creative, knowledge-based service industries.”

A diversidade das indústrias de serviço em uma economia de aglomeração potencializa o crescimento das indústrias criativas locais, uma vez que os serviços fazem uso dos recursos culturais e criativos. Além disso, a fluidez da comunicação de um *cluster*, representada estruturalmente pelo acesso digital e pela conveniência das malhas de transporte, por exemplo, catalisa a repercussão do conhecimento e, tão logo, a consolidação dessas economias (TAO et al., 2019, p. 149).

Autores como Harvey, Hawkins e Thomas (2012, p. 533) argumentam que o estabelecimento de uma rede de contato, de iniciativa do poder público ou paralelamente a este, tem capacidade de coordenar os atores criativos locais dispersos a promoverem iniciativas de aglomeração. Nesse intento, apoiar o desenvolvimento de negócios regionais, aconselhar as tendências de mercado e oportunizar formação e treinamento para os criativos de uma cidade são ações destacadas pelos autores como potencializadoras da conexão e clusterização local. Os autores chamam essa rede de comunicação de *network criativa*.

Tais redes de apoio têm sido compreendidas como uma parte central das indústrias criativas e resultado do que muitas vezes é visto como traços característicos de ‘risco’ e individualização associados a essas empresas de microescala. Os fazedores compartilham discussões sobre desafios de trabalho semelhantes, incluindo práticas de trabalho [...]”¹⁸ (HARVEY; HAWKINS; THOMAS, 2012, p. 536).

Concomitantemente, autores como Stern e Seifert (2010) reiteram sobre a importância do setor público como peça fundamental para a viabilidade de *clusters* criativos e de cultura.

Fornecer segurança, ruas limpas e seguras, espaços públicos utilizáveis, trânsito conveniente e uma aplicação consistente e honesta das regulamentações de zoneamento e desenvolvimento tornaria o mundo muito mais fácil para aqueles que tentam semear e cultivar aglomerados culturais. Subsídios estratégicos para atividades de construção de lugares — como paisagens e iluminação distintas, instalações comunitárias e de parques e feiras ou festivais locais — também proporcionariam retornos maiores do que seus custos¹⁹ (STERN; SEIFERT, 2010, p. 275–276).

De maneira semelhante, os autores também propõem iniciativas que explorem estratégias de desenvolvimento da força de trabalho, destacadamente o público jovem, por meio da profissionalização dos indivíduos e fornecimento de recursos e informação para que os criativos tomem melhores decisões (STERN; SEIFERT, 2010, p. 276). E, por fim, discorrem

¹⁸ **No original:** “Such support networks have been understood to be a central part of creative industries, and a result of what is often seen as characteristic traits of ‘risk’ and individualization associated with these micro-scale enterprises. The makers shared discussion of similar working challenges, including labour practices [...]”

¹⁹ **No original:** “Providing security, clean and safe streets, usable public spaces, convenient transit, and consistent and honest enforcement of zoning and development regulations would make the world much easier for those trying to seed and cultivate cultural clusters. Strategic grants for place-making activities—such as distinctive streetscapes and lighting, community and park facilities, and local fairs or festivals—would also provide returns greater than their costs.”

da necessidade de planejadores e pesquisadores que findem o refinamento das ferramentas estatísticas para monitorar a saúde das aglomerações criativas e culturais.

Desenvolver ferramentas para rastrear o nível de transações econômicas e a amplitude e intensidade das redes sociais artísticas melhoraria muito a metodologia. Idealmente, a construção de um banco de dados longitudinal com indicadores individuais e de bairro permitiria avaliar os benefícios e custos da revitalização baseada na cultura para pessoas e lugares. Como complemento, a pesquisa qualitativa e o estudo de caso comparativo de *clusters* culturais avançariam nossa compreensão de sua dinâmica e sob quais condições eles emergem, declinam ou prosperam²⁰ (STERN; SEIFERT, 2010, p. 276).

Em todo caso, o fenômeno de aglomeração da indústria do setor da cultura e da criatividade se define, como em todos os outros setores, pelo arranjo geograficamente próximo de uma cadeia produtiva da outra, de modo a potencializar a geração de capital, otimização da produção e melhorias de gestão das companhias locais. No entanto, há particularidades identificadas em *clusters* criativos. Em primeiro lugar, se mostra fundamental o apoio governamental baseado em formulação de políticas públicas e investimentos públicos, diretos ou de modo a providenciar adequadamente estruturas para viabilizar o funcionamento de determinado espaço. Em segundo lugar, essas aglomerações produzem maiores impactos em países emergentes, uma vez que aceleram a transformação estrutural para economias baseadas em serviço. Por fim, nota-se também que o grau de competitividade dos agentes locais em aglomerados criativos é tão importante quanto perseguir níveis mais intensos de cooperação, haja vista que a pujança desse conjunto de indústrias catalisa pessoas, relacionamentos, ideias e talentos a despertarem uns aos outros, de maneira que seja um ambiente de diversidade, liberdade de expressão e de *networking* criativa.

Assim sendo, o potencial auferido aos *clusters* criativos é capaz de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural local de modo a contribuir positivamente para uma comunidade. Registra-se, simultaneamente, a importância do empenho a ser desenvolvido por um conjunto de atores, englobando os produtores criativos, o governo e todo o conjunto restante do setor privado, pois o impacto à estrutura local esvai para além da geografia do cluster, promovendo a melhoria da saúde de toda a região.

²⁰ **No original:** “Developing tools to track the level of economic transactions and the breadth and intensity of artistic social networks would greatly enhance the methodology. Ideally, construction of a longitudinal database with both individual and neighborhood indicators would enable assessment of the benefits and costs of culture-based revitalization to people as well as places. As a complement, qualitative research and comparative case study of cultural clusters would advance our understanding of their dynamics and under what conditions they emerge, decline, or thrive.”

2.3 Hubs criativos

No conjunto da literatura, é possível averiguar a existência de um terceiro conceito de estratégias para o desenvolvimento local, os chamados *hubs* criativos. “O crescimento da economia da cultura no século XXI tem sido sinônimo de seu foco urbano e com uma pronunciada co-localização de atividades”²¹ (PRATT, 2021, p. 1). Segundo Lampel e Germain (2016, p. 2332), as indústrias criativas e suas formas espaciais de organização constituem-se como grande área de interesse de pesquisa devido às muitas características que esse setor tem (ou que ele é capaz de produzir) de elementos da economia pós-industrial, notadamente a “organização flexível, uso avançado de tecnologias no processo de produção, inovação que se baseia no questionamento de lógicas estabelecidas e amplo emprego de talento criativo e técnico”²².

Os *hubs* têm sido entendidos como espaços de trabalho conjunto, estúdios, incubadoras, aceleradores, distritos, bairros ou zonas e / ou uma mistura de todos os itens acima. A falta de clareza – sem falar em consenso – é particularmente preocupante, uma vez que os formuladores de políticas, conselhos de pesquisa, consultores e governos foram tão rápidos em promover e endossar o valor dos hubs criativos como catalisadores da inovação e do crescimento nas economias criativas e culturais locais, bem como para a regeneração urbana²³ (GILL; PRATT; VIRANI, 2019, p. 2).

Autores como Zambon (2020, p. 97) argumentam que os *hubs* são capazes de “promover dinâmicas da atração de talentos, inovação e competências, intensificando o potencial criativo de determinado local”. De acordo com a Agência de Desenvolvimento de Londres (*London Development Agency* – LDA, em inglês), na primeira tentativa global de definir este conceito, um *hub* é uma estrutura capaz de oferecer um espaço de trabalho, de participação e de consumo (LDA, 2003, p. 33). Segundo o relatório londrino, nesses locais são destacadas ações que incluem a ajuda para nutrir jovens talentos emergentes e vinculá-los a redes mais amplas, de apoio às empresas locais e auxílio que facilite o acesso a financiamentos. Destaca-se em suas características o elemento do domínio sobre a propriedade, sendo que “raramente será um edifício único ou isolado. Dentro de sua vizinhança, o *hub* pode ocupar um espaço, mas suas

²¹ **No original:** “The growth of the cultural economy of the 21st century has been synonymous with its urban focus and with a pronounced co-location of activities.”

²² **No original:** “flexible organizing, advanced use of technologies in the production process, innovation that relies on questioning of established logics, and extensive employment of creative and technical talent.”

²³ **No original:** “Hubs have variously been understood as co-working spaces, as studios, as incubators, as accelerators, as districts, quarters or zones and/or a mix of all of the above. The lack of clarity—let alone consensus—is particularly troubling given that policy makers, research councils, consultants and governments have been so quick to promote and endorse the value of creative hubs as a catalyst for innovation and growth in local creative and cultural economies, as well as for producing urban regeneration.”

atividades de apoio abrangerão uma variedade de instituições e redes locais” (LDA, 2003, p. 33).

Nesse aspecto, os *hubs* criativos seriam os pontos nodais onde a comunidade de desenvolvedores independentes estabelece um processo de colaboração mútua. Tais comunidades podem se constituir de maneiras informais, sem a mediação de instituições. Contudo, os *hubs* criativos, fomentando a realização de diversas atividades, podem estimular a formação destas redes de colaboração²⁴ (ZAMBON, 2020, p. 98).

Pela definição empregada pelo British Council, um *hub* criativo é um lugar, físico ou virtual, capaz de reunir pessoas criativas (BRITISH COUNCIL, 2015, p. 4). Segundo Dovey et al. (2016, p. 7), “*hub* tornou-se uma ideia onipresente conotando uma dinâmica que reúne diversos talentos, disciplinas e habilidades para intensificar a inovação”²⁵. Assim sendo, os autores definem *hubs* criativos como “uma infraestrutura ou local que usa parte de seu espaço locável ou disponível para *networking*, desenvolvimento organizacional e de negócios conjuntamente com setores da indústria criativa e cultural”²⁶ (DOVEY et al., 2016, p. 8).

Um *hub* é: um único elemento ou uma associação de sujeitos cooperando entre si; um sujeito físico e virtual. Então tem um impacto não só no território, mas também no espaço virtual, para favorecer a acessibilidade das indústrias criativas e culturais, a comunicação, especialmente para quem não conhece esta organização, a promoção e visibilidade para quem já é membro de um *hub*. Assim, um *hub* é um elo entre a dimensão local e a global; é uma organização dinâmica, não estática. Assim, um *hub* tem que se adaptar às mais específicas necessidades também. Deve estar atento constantemente aos desejos e necessidades das empresas. Por isto, deve ter um portfólio de serviços capaz de se adaptar às mudanças. Deve estar aberto aos setores emergentes das empresas criativas e para os setores de cultura e patrimônio²⁷ (SEDINI; VIGNATI; ZURLO, 2013, p. 117).

Autores como Chaloupková e Kunc (2022, p. 2), por exemplo, reiteram que as principais críticas ao conceito de *hubs* criativos estão concentradas, notadamente, em sua definição generalista, ambígua ou em sua “tentativa de abranger tudo”. Nos achados dos autores, os principais *hubs* criativos se concentram em cidades mais urbanizadas e com maior número de

²⁴ **No original:** “they will rarely be a single, isolated building. Within its neighbourhood, the hub may occupy one space, but its support activities will range across a variety of local institutions and networks.”

²⁵ **No original:** “The hub has become a ubiquitous idea connoting a dynamic bringing together of diverse talents, disciplines and skills to intensify innovation.”

²⁶ **No original:** “an infrastructure or venue that uses a part of its leasable or available space for networking, organisational and business development within the cultural and creative industries sectors”

²⁷ **No original:** “A hub is a single element or an association of subjects cooperating each other; a physical and virtual subject. So it has an impact not only on the territory, but also in the virtual space, to favor the accessibility of the CCIs, the communication, especially for who do not know this organization, the promotion and visibility for who already are members of a hub (CCIs). So, a hub is a link between the local dimension and the global one; It is a dynamic, not static, organization. So, a hub has to adapt itself to the most specific needs too. It must be listening the companies' desires and needs constantly. It must have a service portfolio able to adapt itself to the changes. It must be open to the emerging sectors of the creative companies and to the culture and heritage sectors.”

habitantes. Todavia, de acordo com o estudo de caso, “a influência de políticas urbanas sobre a origem e desenvolvimento de *hubs* criativos pode ser debatida, já que a maioria dos *hubs* foi criada com base nos entusiastas ou iniciativa própria de um ‘pequeno grupo de amigos’”²⁸ (CHALOUPKOVÁ; KUNC, 2022, p. 9). O debate sobre o tema é adensado pelos achados de Jinliao, Xianpeng e Gang (2022, p. 6), que, ao analisarem as redes de comunicação entre a comunidade de designers da China, encontraram que a teia de conexão entre os *hubs* é caracterizada por uma estrutura que obedece a grandes núcleos produtores nas grandes cidades e pequenas redes “sub-nucleares” das cidades menores. No entanto, os autores são precisos ao mencionar que “é a presença de atores sociais-chave, e não o tamanho da cidade que determinou as posições de centralidade da cidade na rede, significando que, nos setores de produção cultural, o efeito do tamanho da cidade em termos de população está enfraquecido”²⁹ (JINLIAO; XIANPENG; GANG, 2022, p. 6).

Os *hubs* tendem a atrair pessoas de diversas origens com foco no desenvolvimento de tecnologia digital, inovação empresarial e social. Eles facilitam a colaboração no espaço físico e digital. Os *hubs* são inspirados por novas formas de liderança – seus líderes ou “convocadores” entendem como criar valor social, econômico e cultural e se movem alegremente entre esses mundos diferentes. Os *hubs* operam por meio de modelos de negócios novos e híbridos, muitas vezes com um ethos “aberto” e uma forte visão compartilhada, sejam eles pequenos coletivos, cooperativas, plataformas online ou grandes estruturas físicas. Os *hubs* criam novos tipos de inovação social – apoiando novos empreendimentos, colaborações e crescimento globais e novos tipos de relacionamentos entre prática criativa, negócios e públicos³⁰ (BRITISH COUNCIL, 2015, p. 2).

Segundo Pratt (2021, p. 1), um *hub* criativo é constituído por três dimensões. Em primeiro lugar, é um espaço físico de atividades que envolvem as indústrias criativas que, por sua vez, não apenas estão próximas umas das outras, mas, na realidade, compartilham do mesmo local. Esse espaço é, frequentemente, um edifício industrial abandonado que fora convertido em espaço utilizável novamente, tendo por características mais comuns ser uma

²⁸ **No original:** “The influence of urban policies on the origin and development of creative hubs could be debated, as most hubs were created on the basis of the enthusiasts or a ‘small group of friends’ own initiative.”

²⁹ **No original:** “It is worth keeping in mind, however, that it is the presence of key social actors rather than the city size that determined the ranks of city centrality in the network, meaning that in the sectors of cultural production, the effect of city size in terms of population is weakened.”

³⁰ **No original:** “Hubs tend to attract people from a range of backgrounds with a focus on developing digital technology, enterprise and social innovation. They facilitate collaboration in physical and digital space. Hubs are inspired by new forms of leadership – their leaders or ‘convenors’ understand how to create social, economic and cultural value and move happily between these different worlds. Hubs operate through new and hybrid business models, often with an ‘open’ ethos and strong shared vision, whether they are small collectives, co-operatives, online platforms or large physical structures. Hubs create new kinds of social innovation – supporting new ventures, global collaborations and growth, and new kinds of relationships between creative practice, business and audiences.”

grande área construída, ocupada por estúdios individuais ou oficinas para microempresas. Em segundo lugar, as instalações dentro dos *hubs* são frequentemente gerenciadas por um sistema de locação flexível, lideradas por um “gerente do *hub*”, que atua como mediador tanto entre organizações internas quanto entre indivíduos internos e parcerias externas. Finalmente, o *hub* é constituído da dimensão da informação, pois configura-se como local de conhecimento informal, troca de informações e apoio social aos membros. No entanto, o equilíbrio entre essas três dimensões dependerá, pelo menos, “de dois fatores transversais: primeiro, do objetivo dos gestores do *hub*, financiadores (que podem ser públicos, privados ou do terceiro setor) ou agência de política; e, em segundo lugar, da mistura precisa dos residentes e sua especialização e domínio de atividade”³¹ (PRATT, 2021, p. 1). Então, a finalidade de um *hub* criativo fica definida por:

Fornecer suporte por meio de serviços e/ou facilidades às ideias, projetos, organizações e negócios que hospeda, seja a longo prazo ou curto prazo, incluindo eventos, treinamento de habilidades, capacitação e oportunidades globais. Facilitar a colaboração e o *networking* entre sua comunidade. Alcançar os centros de pesquisa e desenvolvimento, instituições, indústrias criativas e não criativas. Comunicar e envolver-se com um público mais amplo, desenvolvendo uma estratégia de comunicação ativa. Defender e celebrar talentos emergentes; explorando os limites da prática contemporânea e assumindo riscos em direção à inovação³² (BRITISH COUNCIL, 2015, p. 4).

Não obstante, Merrell et al. (2022, pp. 82–83) desvelam que a proximidade requerida pelas indústrias criativas para a formação e intensidade de *hubs* criativos podem sobrelevar o aspecto geográfico. Sem dúvidas, a proximidade geográfica, enquanto modelo de aglomeração física que mede a distância entre dois indivíduos, tem efeitos respaldados na eficiência dos *hubs* criativos, mas não é o único tipo de relação que pode aproximar diferentes agentes locais. Os pesquisadores argumentam que o grau de cooperação entre *players* locais pode ser intensificado a partir de uma proximidade social, que implica fortes laços de parentesco e confiança entre os autores e é construída com o tempo pela interação frequente “cara a cara”; é possível que a proximidade entre agentes seja do tipo cognitiva, alcançada por negócios que compartilhem de

³¹ **No original:** “The balance between these three dimensions varies depends at least on two cross-cutting factors: first, on the objectives of the hub managers, funders (who may be public, private, or third sector), or policy agency; and, second, on the precise mix of the residents, and their expertise and domain of activity.”

³² **No original:** “To provide support by way of services and/or facilities to the ideas, projects, organisations and businesses it hosts, whether on a long-term or short-term basis, including events, skills training, capacity building and global opportunities. To facilitate collaboration and networking among its community. To reach out to research and development centres, institutions, creative and non-creative industries. To communicate and engage with a wider audience, developing an active communication strategy. To champion and celebrate emerging talents; exploring the boundaries of contemporary practice and taking risks towards innovation.”

uma mesma base de conhecimento analítico e ou simbólico; há outra proximidade do tipo institucional, restrita ou ampla, sendo a restrita caracterizada por empresas que compartilhem da mesma cultura de normas e práticas internas, e a ampla sendo entendida por companhias que compartilham da mesma provisão física e digital, da mesma política de desenvolvimento; proximidade organizacional, referenciada pela convergência de empresas de outros setores no desenvolvimento organizacional interno ou externo; finalmente, a proximidade do tipo comunicacional, estabelecida a partir da força e da frequência dos canais de comunicação de uma empresa, da proximidade virtual por meio de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e da proximidade baseada em encontros em espaços físicos, como conferências e exposições.

Figura 3 – Prédio do HUB Salvador, o hub criativo da cidade de Salvador



Fonte: Mídias Sociais da Prefeitura de Salvador

A dimensão geográfica de um *hub* criativo pode ser alavancada a padrões mais extensos, podendo, por exemplo, ser estendida a todo o conjunto de uma cidade, segundo Anthopoulos et al. (2022, p. 9). Nesse aspecto, autores como Atiase, Kolade e Liedong (2020, p. 4) assim

entendem os *hubs*: “sejam eles tecnológicos ou criativos, são idealizados a nível nacional, municipal e industrial”³³. Sendo assim, uma cidade *hub* seria caracterizada por um espaço altamente conectado, que converge localmente a monitoria, gerência e aprimoramento de informação, serviços, materiais e fluxos de pessoas (ANTHOPOULOS et al., 2022, p. 9). Olhando para essas dimensões, autores como McShane e Coffey (2022, p. 4) arguem que o estabelecimento de *hubs* comunitários, um conceito mais amplo que os *hubs* criativos, mas também englobando-os, estrutura-se como alternativa ao desenvolvimento local, provendo suporte econômico, social, administrativo e logístico de forma colaborativa, destacadamente em períodos de crise, como a emergência sanitária da pandemia do novo coronavírus.

2.4 Arranjos Produtivos Locais (APL)

Há na literatura uma outra concepção, os “Arranjos Produtivos Locais” (APL). De acordo com Queiroz e Souza (2017, p. 40), essa é uma definição brasileira para alguns dos aglomerados locais encontrados no país. De acordo com Zambrana e Teixeira (2013, p. 24), essa é uma terminologia cunhada por um grupo de pesquisadores da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) e, portanto, como não há tradução ou conceituação específica em outros países, não é comum encontrar referências de pesquisadores estrangeiros ao tema. Mencionado em textos governamentais apenas em 2004, o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL) foi criado no Brasil em 1999 e surge a partir da elaboração do documento “Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico”, elaborado pela REDESIST e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização dos Estados Americanos (OEA) e apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os Arranjos Produtivos Locais podem ser definidos pelo “forte vínculo envolvendo agentes localizados no mesmo território; incluindo não apenas empresas e suas diversas formas de representação e associação, mas também diversas outras instituições públicas e privadas” (CASSIOLATO; LASTRES, 2001, p. 19). Segundo os autores, são espaços que estimulam a competitividade e voltam-se à inovação. Argumenta Quandt (2012, p. 142) que os Arranjos Produtivos Locais são espaços propícios para o desenvolvimento de novas soluções, uma vez

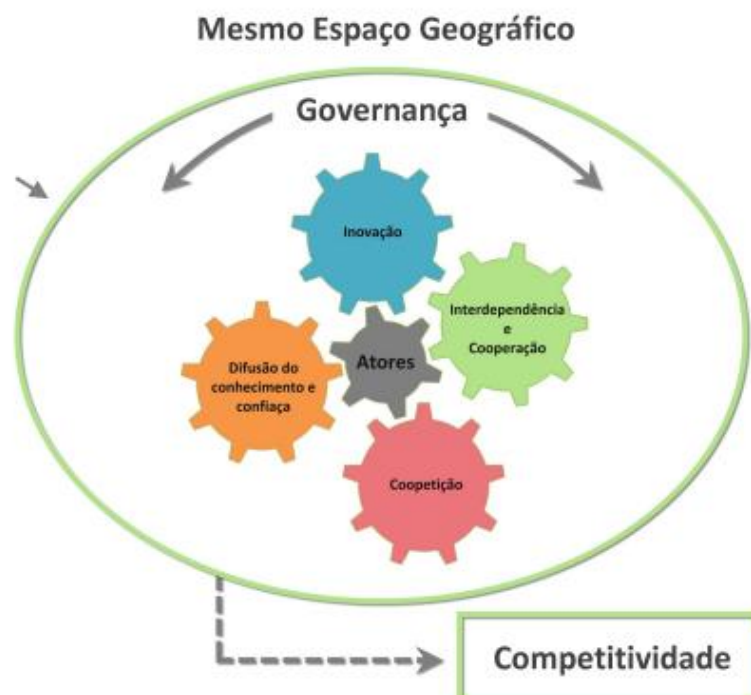
³³ **No original:** “Hubs, whether described as technology or creative, are conceptualized at national, city, and industry levels.”

que exploram e coordenam a diversidade de competências dentro das organizações e, sendo assim, tornam-se polos de produção de inovação, entendida pelo autor como “processo multidimensional, associado à convergência de conhecimentos complementares, processos de interação e mecanismos de apoio à cooperação em contextos específicos”.

A hipótese básica sobre a origem dos APL's está na adoção de inovações radicais no processo que, combinadas com condições locais, criam novos paradigmas de produção, com economias de escala superiores às existentes. As condições locais necessárias são a oferta de matéria-prima ou outros insumos, existência de capacitação em áreas correlatas e disponibilidades de capital social adequado (MACHADO, 2003, p. 39).

Nesse sentido, Arranjos Produtivos Locais (APL) são compostos por um conjunto de organizações centradas em um mesmo setor produtivo, de modo que proporcionam formas de gestão que consideram características tais como a cooperação, buscando fortalecer as empresas locais e demais *stakeholders* (OLIVEIRA et al., 2016). São, portanto, uma categoria de aglomerados locais/*cluster* que tem como uma de suas características a oportunidade para as empresas melhorarem a gestão de processos e o desenvolvimento de produtos, levando-se em conta fatores locais (OLIVEIRA et al., 2016). As potencialidades de desenvolvimento de APLs têm chamado a atenção de autoridades públicas e privadas na última década, destacadamente no Brasil (FIGAL GARONE et al., 2015, p. 928).

Figura 4 – Representação sistêmica de Arranjos Produtivos Locais (APL)



Fonte: Chagas et al. (2011)

Em 2004, sob liderança do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada no Brasil a primeira política pública de estímulo ao desenvolvimento de APLs em território nacional. O objetivo principal era “criar empregos e aumentar a competitividade nos mercados interno e internacional, fomentando a eficiência e a capacidade de cooperação das empresas”³⁴ (FIGAL GARONE et al., 2015, p. 929).

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (BRASIL, 2017).

No estado de São Paulo, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, instituído pelo Decreto nº 54.654 de 7 de agosto de 2009, foi criado o Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulistas. De acordo com a secretaria, o objetivo do programa é “o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades regionais do estado por meio da descentralização do desenvolvimento produtivo, das cadeias paulistas, e do aumento do empreendedorismo e da competitividade das micro, pequenas e médias empresas” (ESTADO DE SÃO PAULO, [s.d.]). Neste intuito, o governo do estado se compromete com o desenvolvimento de ações que envolvem o processo de reconhecimento e cadastramento de APLs, identificação dos níveis de maturidade e abertura de editais e projetos de fomento e fortalecimento dessa política pública.

Um Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se por: 1. Ser um conjunto de agentes de natureza diversa, que participam nas tarefas principais de uma aglomeração produtiva; 2. Por incluir empresas produtoras de um produto ou serviço de um setor específico e fornecedoras, centros de pesquisa, agentes do governo, instituições do terceiro setor, universidades e demais entidades privadas ou públicas; 3. Por ter uma governança e evidenciar relações de cooperação, trocas e aprendizado constantes em um determinado território; 4. Por ocorrer em um recorte do espaço geográfico constituído pelo agrupamento de agentes de interesses que consolidam uma identidade coletiva e; 5. Demonstrar a capacidade de promover o desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no arranjo e seu entorno (ESTADO DE SÃO PAULO, [s.d.]).

³⁴ **No original:** “the main objective of creating jobs and increasing competitiveness in both internal and international markets by fostering firms efficiency and cooperation capacity.”

Considerando a definição do governo federal, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) aponta que a cooperação das empresas de um APL é capaz de “fortalecer o poder de compras, compartilhar recursos, combinar competências, dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas, partilhar riscos e custos para explorar novas oportunidades, oferecer produtos com qualidade superior e diversificada” (SEBRAE, 2017). Para a entidade, um APL será formado pelo conjunto da dimensão territorial (espaço geográfico específico onde as organizações estão sediadas); da diversidade das atividades e dos atores (empresários, sindicatos, governo, instituições de ensino, instituições de pesquisa e desenvolvimento, ONGs, instituições financeiras e de apoio); do conhecimento tácito (conhecimento adquirido e repassado por meio da interação); das inovações e aprendizados interativos (que surgem com base nas interações dos atores); e da governança, que exerce a liderança do APL (geralmente formada por empresários ou pelo conjunto representativo, como sindicatos e associações) (SEBRAE, 2017).

De acordo com Campos et al. (2010), o grau de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local será aferido pelos seguintes critérios: capacidade e possibilidade de operar e colaborar com outras organizações locais; o número e maturidade das organizações participantes de um APL; a existência de uma instituição governamental local capaz de coordenar as ações coletivas; a relevância socioeconômica da atividade principal do APL; e, por fim, a capacidade de gerar novas oportunidades para o desenvolvimento social e econômico. Segundo Oliveira, França e Rangel (2018, p. 208), os APLs se apresentam como catalisadores do desenvolvimento que têm em sua rede de articulação com os atores locais o potencial de ampliar a visão estratégica.

Para a manutenção dessas estruturas, autores como Arfaoui et al. (2022, p. 2) se dedicaram ao estudo do quesito governança para a saúde de um APL. A governança é norteadora de ações conjuntas que organizam os fatores característicos de um APL e identificam a melhor configuração (ANTERO et al., 2016, p. 248). A governança coordena como os diferentes atores interagem, a forma, quais as regras e de que maneira as atividades serão organizadas e, por mais que ela possa ser exercida por agentes da iniciativa privada, os autores argumentam que é desejável a sua condução por órgãos governamentais, uma vez que essas instituições possuem sob controle a macropolítica, capaz de pavimentar a capacidade institucional de promoção de políticas locais. Todavia, os autores não falam em uma imposição do conjunto de regras – pelo contrário, discorrem sobre uma dupla governança colaborativa das organizações locais conectada com as instâncias governamentais responsáveis por desafios

mais macro (ARFAOUI et al., 2022, p. 13). Estudos como os de Dong et al. (2022, p. 15), por exemplo, revelam que a falta de alinhamento estratégico entre o governamental e os agentes locais responde por perdas da eficiência econômica, uma vez que os líderes dessas organizações passam a despendar tempo em atividades administrativas mais do que em atividades produtivas na tentativa de coordenação.

No estudo de caso realizado por Thomaz et al. (2011, p. 203), no Arranjo Produtivo Local de Semijoias, em Limeira, interior de São Paulo, o argumento dos autores é que a alta concentração e alta competitividade entre os agentes locais, na realidade, eram fatores de impedimento de ações colaborativas mais intensas, de modo que o acirramento da disputa por fatias maiores de mercado, nesse caso, distanciava as empresas da região. Logo, argumentam que tão importante quanto a estrutura física, política e econômica para o desenvolvimento de APL, é uma comunicação efetiva e inclusiva sobre as vantagens de coordenação entre os membros da comunidade, de modo que estes percebam as vantagens de mercado no suporte mútuo, dentre elas a econômica. Em sintonia, Dias e Porto (2011, p. 115) revelaram que, na ausência de um plano estratégico de desenvolvimento comum e coordenado, as empresas locais podem absorver práticas indesejadas dos competidores, haja vista que o monitoramento produtivo uma das outras, possibilitado pela proximidade, pode revelar falta de ameaças em âmbito local e responder pela falta de estímulo para inovar.

Por fim, na literatura contemporânea sobre Economia Industrial, Economia Regional e Geografia Econômica muito tem-se estudado sobre as potencialidades de aglomerações dos setores produtivos e a escalabilidade dos ganhos em proveito da proximidade (DE MENDONÇA et al., 2012, p. 232).

Ressalta-se que essas regiões apresentaram altas taxas de crescimento em relação à média regional em seus respectivos países, bem como de outros países, num quadro de recessão econômica. Em termos da análise espacial, houve um renovado interesse pelas ideias de Alfred Marshal, que destacou os ganhos de eficiência decorrentes dos aglomerados produtivos, em que pequenas firmas se agrupam no que ele chamou de “distritos industriais”. Esses ganhos de eficiência se devem a externalidades positivas que geram rendimentos crescentes a partir da proximidade locacional. Destaca-se que existem outros conceitos para esse fenômeno, por isso aqui será utilizado o termo Arranjo Produtivo Local (APL), que é mais adequado ao corpus estudado (DE MENDONÇA et al., 2012, p. 232).

Destacadamente, a consolidação de APLs requer que a região “seja dotada do chamado 'Espírito de Empresa' que está relacionado com quatro elementos interrelacionados: a) geográfico; b) socioeconômico; c) sociocultural; d) institucional” (DE MENDONÇA et al., 2012, p. 235). Por sua vez, são justamente esses fatores que diferenciam a literatura internacional de distritos industriais e *clusters* da leitura nacional de APLs, pois, enquanto as

duas primeiras terminologias findam-se conceitualmente apenas para a obtenção de ganhos de natureza econômica, a leitura sobre Arranjos Produtivos Locais pressupõe que os ganhos são além do financeiro, abrangendo também o capital social (CUNHA; TERRA, 2010, p. 19). Na leitura de APLs, Zambrana e Teixeira (2013, p. 38) propõem que as agências de fomento vão além dos agentes financiadores, destacando papel de “articulação, elaboração e implantação de um conjunto de iniciativas, inclusive financeiras, para acelerar a competitividade de economias setoriais e regionais [...]”.

A variedade de termos para definir diferentes conjuntos de aglomerações produtivas demonstra que a agenda de pesquisa sobre a geografia da economia segue pertinente. Distritos industriais, aglomerações ou *clusters*, *hubs* e Arranjos Produtivos Locais são algumas das terminologias encontradas nessa literatura. Feitosa (2009, p. 23), por exemplo, argumenta que apesar da diversidade de conceitos e terminologias, essas abordagens apresentam similaridades no que se refere a estrutura, operações e atores envolvidos e que, portanto, as diferenças ficam contidas às especificidades de casos concretos ou ao peso dado a determinada característica desses aglomerados.

Tabela 1 – Características dos aglomerados produtivos

Tipo	Origem	Conceito	Agentes Envolvidos	Características
Distritos industriais	Alfred Marshall – Reino Unido – 1890	“Entidade sócio territorial que é caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e uma população de empresas em uma área naturalmente e historicamente delimitada” (BECATTINI, 2017)	– Indústrias locais, notadamente pequenas e médias empresas; – Poder público em algum grau; – Instituições financeiras	– Proximidade geográfica; – Aumento da produtividade local; – Criação de capital social (instituir uma mesma cultura de trabalho, por exemplo) – Algum grau de coordenação entre a indústria local – Indústrias de múltiplos setores;
	Michael E. Porter – Estados Unidos – 1990	“Concentrações geográficas de empresas	– Fornecedores de insumos;	– Proximidade geográfica;

Aglomerações ou clusters		e instituições interconectadas em um determinado campo” (PORTER, 1998b)	– Indústrias locais, independe o tamanho; – Poder público; – Instituições financeiras; – Universidades e instituições de pesquisa; – Outras instituições de apoio, como associações comerciais	– Aumento da produtividade local; – Absorção de mão de obra qualificada; – Revitalização do espaço urbano; – Promove a inovação; – Alto grau de coordenação entre os integrantes; – Indústrias de um mesmo setor ou de múltiplos setores;
Hubs	<i>London Development Agency (LDA) – Reino Unido – 2003</i>	“Pontos nodais onde a comunidade de desenvolvedores independentes estabelece um processo de colaboração mútua” (ZAMBON, 2020)	– Lideranças ou gerentes do <i>hub</i> – Pessoas ou empresas, independe o tamanho; – Pode contar com o envolvimento do poder público;	– Normalmente, concentrados em pequenos territórios, como um único edifício; – Tem liderança bem definida; – Alto grau de coordenação entre os integrantes; – Pode ocupar o espaço físico ou até mesmo o virtual; – Promove jovens talentos, vinculando-os a redes mais amplas de apoio
Arranjos Produtivos Locais (APL)	Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) – Brasil – 1999	“São aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e	– Indústrias locais de um mesmo setor produtivo, independentemente do tamanho; – Poder público; – Instituições financeiras; – Universidades e instituições de pesquisa; – Outras instituições de	– Proximidade geográfica; – Foco no aumento da produtividade e melhoria de gestão – Especialidade produtiva – Alto grau de coordenação entre os integrantes; – Otimizam a alocação da mão de obra local e o

		com outros atores locais” (BRASIL, 2017)	apoio, como associações comerciais	melhor aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis – Geração de desenvolvimento social e econômico
--	--	---	--	---

Fonte: Elaboração própria

Avaliando o conjunto de abordagens possíveis para a reflexão sobre a geografia da economia, este trabalho adotará o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL). Por APL, a definição empregada será aquela conferida pelo Governo Federal do Brasil, bem como consideradas as características empregadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Governo do Estado de São Paulo. Sendo assim, aquilo que motiva a escolha da abordagem por APLs é que, como notado, é nomenclatura oficial adotada por órgãos estaduais e federais do país, algo que por si só justifica a escolha do termo. Como um dos objetivos desta pesquisa é subsidiar a melhoria das políticas públicas de Arranjos Produtivos Locais em ambas as esferas da governança pública, estadual e federal, torna-se coerente a escolha do conceito de APL. Não obstante, é relevante mencionar que a opção por APL valoriza o termo criado no país, de maneira que a produção de mais pesquisas sobre o tema possa, cada vez mais, trazer a discussão para o centro do debate como alternativa ao desenvolvimento socioeconômico nacional diante dos desafios do século XXI.

CAPÍTULO 3 | MARCOS REGULATÓRIOS NACIONAIS E PAULISTAS SOBRE APLS

As descobertas da fase anterior da pesquisa indicaram uma variedade de conceitos distintos sobre o tema dos aglomerados produtivos. Entre elas, verificou-se a criação do termo Arranjos Produtivos Locais (APL) por pesquisadores brasileiros, bem como a utilização oficial dessa terminologia por autoridades em todo o Brasil. Enquanto o capítulo anterior proporcionou uma revisão narrativa dos aglomerados produtivos, o capítulo atual se concentra em uma pesquisa documental dos marcos regulatórios dos APLs no Brasil – governo federal; e no Estado de São Paulo. O objetivo é mapear o conjunto de ordenamentos jurídicos que regulam a organização produtiva em discussão aqui.

Ao realizar o trabalho de pesquisa documental, o capítulo atual busca fornecer um panorama das políticas e regulamentações que norteiam a formação e o funcionamento dos APLs nos contextos brasileiro e paulista. Ao retomar o argumento do capítulo anterior, o capítulo atual fornece um embasamento mais sólido para compreender como os APLs são estruturados e regulamentados, o que é fundamental para analisar a viabilidade e o potencial de sustentabilidade do APL de audiovisual em Bauru, objetivo desta dissertação.

Este capítulo se dedica a mapear e interpretar políticas públicas relevantes. Isso inclui a análise de leis, normas, decretos, regulamentos, além de outras fontes oficiais que possam, de alguma maneira, tratar do tema. Para tanto, foram consultados acervos públicos que contenham informações relevantes sobre os APLs, a fim de traçar um panorama cronológico dessas iniciativas no país e no Estado de São Paulo. A estratégia de desenvolvimento econômico em forma de Arranjos Produtivos Locais, e sua regulamentação, tem sido objeto de atenção de diversas esferas governamentais no país por um período de quase duas décadas.

A escolha pela pesquisa documental pode ser sustentada pelos apontamentos feitos por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 2), uma vez que o uso de documentos em pesquisa por parte das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas “possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural”. Em simultâneo, os pesquisadores argumentam sobre a possibilidade de a pesquisa em documentos acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do contexto social.

As buscas realizadas para a coleta de informações na pesquisa documental foram feitas a partir de um conjunto de ferramentas. Inicialmente, foi utilizado o mecanismo de busca do Google, partindo da estratégia de que a procura pelo termo “Arranjos Produtivos Locais (APLs)” na plataforma poderia servir como um ponto de partida a fim de revelar documentos oficiais, relatórios, normas, entre outras informações relevantes.

Simultaneamente, foram realizadas buscas individuais e específicas pelos termos “Arranjos Produtivos Locais (APLs)”, “Arranjo Produtivo Local (APL)”, “Arranjos Produtivos Locais”, “Arranjo Produtivo Local”, “APLs” e “APL” nos sites da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), já que essas instituições possuem um vasto e completo acervo digitalizado das informações documentais e discussões das respectivas casas relacionadas à legislação e à política. A busca por termos no site da Câmara dos Deputados indexa conjuntamente documentos originalmente pertencentes ao acervo do Senado Federal do Brasil, reforçando o alcance da ferramenta. Não foram aplicados filtros que limitassem o período das buscas, pois o ano de publicação do primeiro conteúdo relacionado ao tema era desconhecido e sua descoberta era um objetivo importante desta pesquisa. Por meio dessas fontes, foram possíveis a coleta e identificação de um conjunto amplo de documentos para a análise de marcos regulatórios.

Além disso, a busca por documentos nessas plataformas possibilita a identificação de mudanças no processo legislativo, de regras que em algum momento do passado foram propostas, discutidas, aprovadas e agora não estão mais em vigor. O parlamento desempenha um papel fundamental na formulação e aprovação de leis, e entender esse processo pode ajudar a esclarecer como as políticas públicas são formadas e modificadas ao longo do tempo. Concomitantemente, é importante destacar a confiabilidade dos arquivos disponíveis em plataformas públicas. Esses acervos são reconhecidos por sua credibilidade e transparência, garantindo que as informações encontradas sejam precisas e atualizadas. Isso contribui para a confiabilidade dos resultados obtidos por meio da pesquisa documental.

Os resultados obtidos serão divididos em duas categorias: documentos do governo federal e documentos do governo do estado de São Paulo. Essa organização foi aplicada a fim de permitir uma análise mais precisa e segmentada dos dados coletados, de forma a identificar possíveis diferenças ou semelhanças entre as políticas públicas adotadas pelos governos em questão. Serão expostos dados quantitativos do número de documentos encontrados, bem como as descrições dos textos nos dispositivos das leis.

3.1 Característica dos achados: perfil dos documentos

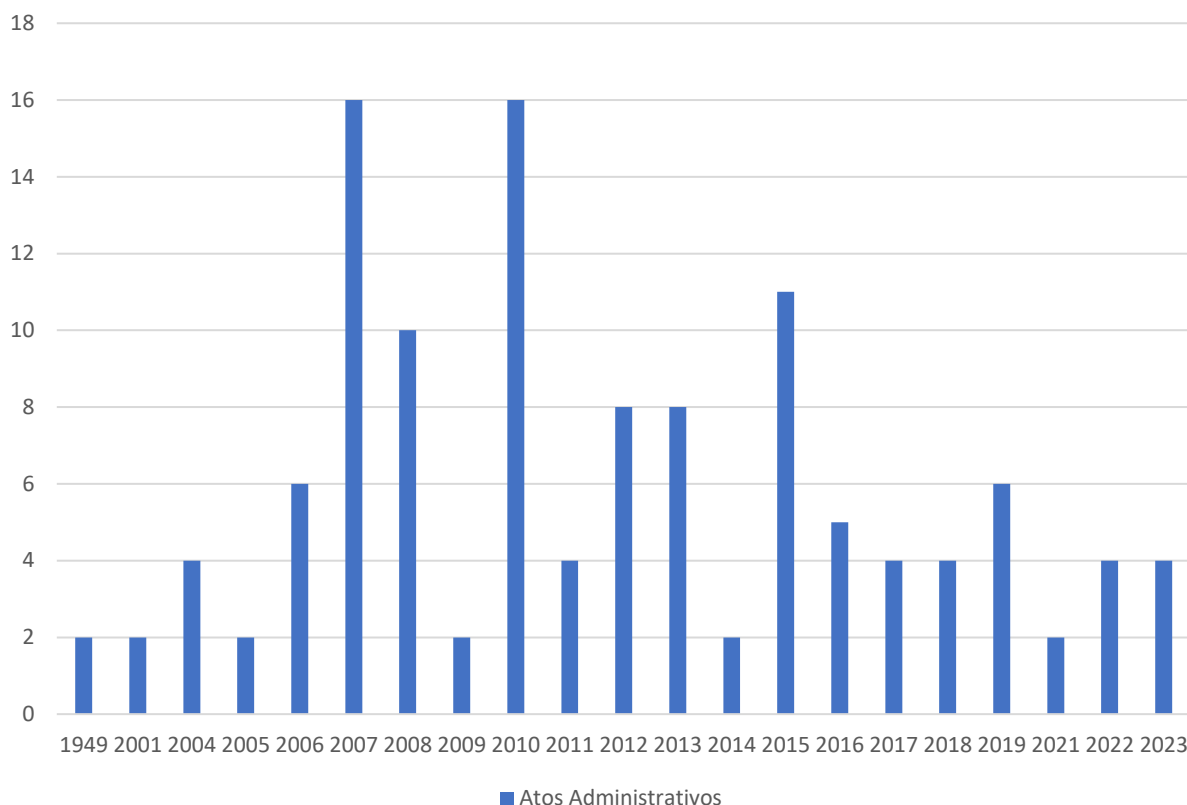
A totalidade dos documentos encontrados corresponde a 765 materiais. Esses arquivos estão dispostos em três acervos distintos: da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. As buscas foram realizadas em duas ferramentas, o buscador interno da Câmara dos Deputados – disponível em:

<https://www.camara.leg.br/legislacao> –, que reúne o acervo das duas casas legislativas federais, e o buscador interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/>. Em ambas as plataformas, foram realizadas buscas concomitantes pelos termos “Arranjos Produtivos Locais (APLs)”, “Arranjo Produtivo Local (APL)”, “Arranjos Produtivos Locais”, “Arranjo Produtivo Local”, “APLs” e “APL”.

Na página oficial da Câmara dos Deputados do Brasil, a ferramenta de busca permite localizar um conjunto de materiais da legislação federal, incluindo: “Decreto”, “Decreto Legislativo”, “Decreto-Lei”, “Emenda Constitucional”, “Lei Complementar”, “Lei Ordinária”, “Medida Provisória”, “Resolução da Câmara dos Deputados” e “Resolução do Senado Federal” (Apêndice 1). Ao acessar o site (<https://www.camara.leg.br/legislacao>) e pesquisar esses termos específicos, foi encontrado um total de 134 documentos, sendo 58 decretos, seis decretos legislativos, 58 leis ordinárias, duas medidas provisórias, duas resoluções da Câmara dos Deputados e outras oito resoluções do Senado Federal.

O indexador da ferramenta de busca da Câmara dos Deputados atribui data a um total de 93 documentos, divididos em: 1949 (dois documentos encontrados), 2001 (dois), 2004 (quatro), 2005 (dois), 2006 (seis), 2007 (dezesesseis), 2008 (dez), 2009 (dois), 2010 (dezesesseis), 2011 (quatro), 2012 (oito), 2013 (oito), 2014 (dois), 2015 (onze), 2016 (cinco), 2017 (quatro), 2018 (quatro), 2019 (seis), 2021 (dois), 2022 (quatro) e 2023 (quatro) (Gráfico 1). O anacronismo observado entre algumas datas e o conceito de Arranjos Produtivos Locais pode ser devido à forma como a plataforma de busca opera. Quando um conceito composto por várias palavras é pesquisado, a plataforma pode buscar cada termo independentemente, obtendo resultados que contêm um ou mais dos termos, mas não necessariamente no contexto do conceito completo. A ausência de datas em alguns documentos pode estar relacionada ao processo de digitalização do acervo físico. Em alguns casos, a data de publicação pode não ter sido incluída nos metadados do documento digitalizado, embora possa ser encontrada no próprio documento quando acessado.

Gráfico 1 – Resultados da busca por APL nas bases de dados do Governo Federal por ano



Fonte: Elaboração própria

Na página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), a ferramenta de busca permite localizar um conjunto de materiais da legislação estadual, dentre estes, “Projeto de Lei”, “Projeto de Lei Complementar”, “Decreto-Lei”, “Emenda Constitucional”, “Lei Complementar”, “Lei Ordinária”, “Proposta de Emenda à Constituição”, “Projeto de Decreto Legislativo”, “Projeto de Resolução”, “Moção”, “Requerimento”, “Requerimento de Informação” e “Indicação” (Apêndice 2). Ao acessar o site (<https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/>) e procurar em assuntos pelos termos específicos, foram encontrados 631 documentos.

A plataforma de busca da ALESP se restringe apenas aos resultados de busca, não apresentando quaisquer outros indexadores compilados, tais como datas, tipo de documento, autor do documento, entre outras informações relevantes para esta pesquisa. Assim como a ferramenta de busca da plataforma do governo federal, o site da ALESP informa que os termos pesquisados, quando compostos por mais de uma palavra, são indexados e retornam resultados que contenham essas palavras individualmente. Portanto, ao se realizar uma pesquisa, os

documentos destacados incluirão pelo menos uma das palavras relacionadas, independentemente da ordem em que apareçam.

3.2 Levantamento da regulação federal sobre APLs

O primeiro registro em um documento público do governo federal brasileiro com menção ao termo “Arranjos Produtivos Locais” é encontrado na forma da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (CONGRESSO NACIONAL, 2004). O texto institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007 e, em sua primeira versão, apresenta a proposta de criação da Ação 0490, iniciativa que seria responsável pelo apoio à instalação de incubadoras de empresas nos arranjos produtivos locais. Na ocasião, a proposta foi vetada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, sob a justificativa de que a aprovação resultaria em um sombreamento de iniciativas, pois “a ação já existe com o mesmo código e título no Programa 1015 - Arranjos Produtivos Locais” e publicada sob a forma da mensagem Nº 481, de 11 de agosto de 2004 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004a).

Sobre o Programa 1015, trata-se de um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP–APL)³⁵, criado em 2004 “no âmbito do governo federal para sistematizar a atuação institucional em prol do desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes” (BELLUCCI et al., 2014, p. 13). O entendimento sobre APLs,

³⁵ O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP–APL) foi instituído pela Portaria Interministerial nº 200, de 2 de agosto de 2004, como instância competente para tratar de estratégias de desenvolvimento produtivo que tenham como objetivo estimular processos locais de desenvolvimento, por meio da promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos no território dos APLs trabalhados. O Grupo de Trabalho para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL visa alcançar: 1) O desenvolvimento econômico; 2) O desenvolvimento regional para redução das desigualdades sociais e regionais; 3) A inovação tecnológica; 4) A expansão e a modernização da base produtiva; 5) O crescimento do nível de emprego e renda; 6) O aumento da escolaridade e da capacitação; e 7) O desenvolvimento sustentável. Quando regulamentado, em 2018, o grupo GTP-APL era integrado pelas seguintes instituições: Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Turismo (Mtur); Ministério da Educação (MEC); Ministério das Minas e Energia (MME); Ministério da Cultura (MinC); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES); Banco da Amazônia S.A. (BASA); Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB); Banco do Brasil S.A. (BB); Banco Bradesco; Caixa Econômica Federal (CAIXA); Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Instituto Euvaldo Lodi (IEL); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA); Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

naquele momento, se definia por “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes” (LASTRES; CASSIOLATO, 2000, p. 11).

O Grupo de Trabalho APL foi coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)³⁶. Faziam parte do Programa 1015 o GTP – APL, os Ministérios de Integração Nacional, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Educação, Turismo, Fazenda, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Também apoiavam essa iniciativa do Governo Federal o Movimento Brasil Competitivo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Immetro), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bradesco, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros (SECOM/MT, n.d.).

Ainda naquele ano, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Lei Nº 11.066, de 30 de dezembro de 2004, encaminhada pelo Congresso e aprovada pela Presidência da República. A ementa do texto tratava da alteração dos Programas Desenvolvimento do Comércio Exterior, Competitividade das Cadeias Produtivas, Arranjos Produtivos Locais, Metrologia e Qualidade Industrial, Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional e Apoio Administrativo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004b). Nos anexos da lei, sob iniciativa do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), consta explicitamente o objetivo do governo federal de “promover o desenvolvimento integrado de arranjos produtivos locais, elevando a competitividade local em consonância com a estratégia de desenvolvimento do Brasil”, direcionado seu público-alvo para “micro, pequenas e médias empresas situadas em arranjos produtivos locais”.

³⁶ Somente em 1 de junho de 2018 o grupo (GTP-APL) foi regulamentado, Portaria Nº 958-SEI, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em comunicado publicado no Diário Oficial da União (JORGE, 2018). Nesse ato, foram definidos alguns entendimentos do grupo acerca de um conjunto de conceitos básicos, dentre eles, de Arranjos Produtivos Locais – APL: “aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”. Durante o evento para celebrar a regulamentação do grupo, foi lançado o Novo Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O site foi reestruturado e ficou mais intuitivo e informativo, conforme pode ser visto no link: <http://www.observatorioapl.gov.br>

O conjunto de leis publicadas em 2004, especificamente a Lei nº 10.933³⁷ e a Lei nº 11.066³⁸, evidencia a iniciativa do governo federal brasileiro, especialmente do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na promoção do desenvolvimento econômico regional por meio dos APLs. Entre as ações de apoio do governo brasileiro, destacam-se a sistematização dos conhecimentos gerados sobre APLs e o aporte de R\$ 71.399.277 para o desenvolvimento de APLs no triênio 2004-2007, com foco em capacitação de empresas e promoção comercial de microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

Embora não houvesse regulação específica para a implementação dos APLs, a promoção dos arranjos já fazia parte da agenda de desenvolvimento do país, evidenciando a importância de se pensar em políticas públicas voltadas para o fortalecimento de setores produtivos específicos em regiões com vocações econômicas similares.

Em 2006, foi publicado no DOU o Decreto nº 5.761, sob a ementa de “regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006). O texto conferiu as disposições gerais do PRONAC, do Fundo Nacional de Cultura, dos Fundos de Investimentos Culturais e Artísticos, dos incentivos fiscais, da divulgação do PRONAC e da integração do PRONAC ao Sistema Nacional de Cultura. Em seu artigo 2º, garante que na execução do PRONAC serão apoiados programas, projetos e ações culturais destinados a um conjunto de finalidades, dentre elas, “desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais que formam a economia da cultura”. Importante notar a relação mencionada entre Arranjos Produtivos Locais e economia da cultura, uma vez que ainda é desafiador analisar e mensurar a importância desse setor do ponto de vista econômico e inovativo.

Na obra “Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura”, organizada por José Eduardo Cassiolato, Marcelo Pessoa de Matos e Helena M. M. Lastres (2008, p. 26), os autores chamam atenção para o potencial econômico dos produtos culturais, ora argumentando que resultam em produtos de cultura únicos, ora refletindo sobre a capacidade de uso – afinal, são “bens cujo ato de consumo por um indivíduo não reduz a possibilidade de consumo por outra pessoa”. Os pesquisadores avaliam que as

³⁷ Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição.

³⁸ Altera os Programas Desenvolvimento do Comércio Exterior, Competitividade das Cadeias Produtivas, Arranjos Produtivos Locais, Metrologia e Qualidade Industrial, Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional e Apoio Administrativo constantes do Plano Plurianual para o período 2004-2007.

atividades culturais são de especial relevância para países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, uma vez que sua “produção é pouco intensiva em recursos escassos e seu potencial de desenvolvimento é especialmente destacado em um país de rica diversidade e densidade cultural”. Por aqui, destacam locais ou eventos tais como o Círio de Nazaré de Belém, turismo religioso de Juazeiro do Norte, o São João de Campina Grande, Paraíba, a indústria de bordados em Caicó, Rio Grande do Norte, e o APL de turismo de Pirenópolis, em Goiás, de Lagoa e Mar, em Alagoas, de Bonito, em Mato Grosso do Sul e, finalmente, de Florianópolis, em Santa Catarina.

Em 2007, são destaques a publicação de três decretos, nº 6.041³⁹, nº 6.095 e nº 6.302. Em 24 de abril de 2007, ficaram estabelecidas as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, registrada no Decreto nº 6.095. O texto orientava, dentre um conjunto de ações, “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET;” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007a).

Em 12 de dezembro de 2007, fora instituído o Programa Brasil Profissionalizado – Decreto nº 6.302, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. Entre tantos, ficou estabelecido que um dos objetivos do programa é “propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007b).

Em 2008, o Decreto nº 6.703⁴⁰ aprovou a Estratégia Nacional de Defesa. Em 2010, consta publicada no DOU a Resolução nº 50, que autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo para financiamento parcial do "Programa de Produção e Difusão

³⁹ Em 8 de fevereiro de 2007, instituiu-se a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e criou-se o Comitê Nacional de Biotecnologia. Nos termos do decreto, ficou registrado sob responsabilidade institucional do MDIC o apoio à “estruturação de arranjos produtivos locais vinculados ao setor de biotecnologia, procurando conciliar o incremento da competitividade industrial e a sustentabilidade sócio-ambiental [sic]” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007a).

⁴⁰ Pactuou-se como um de seus objetivos que o Ministério da Defesa e o Ministério da Integração Nacional “desenvolverão estudos conjuntos com vistas à compatibilização dos Programas Calha Norte e de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e ao levantamento da viabilidade de estruturação de APL, com ações de infra-estrutura econômica e social” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de Pernambuco" (CONGRESSO NACIONAL, 2010a). Em dezembro do mesmo ano, a Lei nº 12.343 instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). O texto da lei deixa explícitas a estratégia e ações do PNC, entre elas, “estimular pequenos e médios empreendedores culturais e a implantação de Arranjos Produtivos Locais para a produção cultural” (CONGRESSO NACIONAL, 2010b).

Em 2013, sob forma da Lei nº 12.792⁴¹, dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. No ano seguinte, em 2014, o Decreto nº 8.281 dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (PRODAV) e institui o Prêmio Brasil Audiovisual. Destinado ao fomento das atividades audiovisuais brasileiras, o decreto busca promover o “apoio financeiro ao planejamento e à execução de arranjos produtivos, ações, estudos ou pesquisas para o desenvolvimento audiovisual regional e local” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014).

Após um hiato de 4 anos, a partir 2018 nota-se o crescimento da promulgação de leis de incentivo voltadas às Políticas Nacionais do primeiro setor, tais como a Lei nº 13.710, de 2018, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade, a Lei nº 13.791, de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate e a Lei nº 13.854, de 2019, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura. Em todos os casos, os documentos mencionam que são princípios e diretrizes dessas políticas nacionais “o associativismo, o cooperativismo, os arranjos produtivos locais e os contratos de parceria de produção integrada;” (CONGRESSO NACIONAL, 2018, 2019a, 2019b).

O Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019, institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego. O texto do documento pontua que “as microempresas e as pequenas empresas, os arranjos produtivos locais e os complexos produtivos locais terão tratamento preferencial no desenvolvimento das políticas de qualificação profissional” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019).

Em 2021, o Presidente da República assinou o Decreto nº 10.755, que regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que alterou o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019. Apesar das mudanças, ficou mantida a

⁴¹ Criou-se a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Ficou sob a competência da secretaria a assessoria direta e imediata ao presidente, na formulação, coordenação e articulação de “programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte e de promoção do desenvolvimento da produção;” (CONGRESSO NACIONAL, 2013).

disposição geral do Programa Nacional de Apoio à Cultura de “desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais que formam a economia da cultura;” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2021).

Finalmente, em 23 de março de 2023, foi assinado o Decreto nº 11.453, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. O documento revela que “Os mecanismos de fomento cultural contribuirão para [...] desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais, nos diversos segmentos culturais;” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023).

Portanto, dentre os 134 documentos encontrados no mecanismo de busca do Congresso Nacional que mencionam APLs, 19 abordam explicitamente a necessidade de elaborar, incentivar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais no Brasil. Esses documentos se referem a atividades nos setores primário, secundário e terciário.

Não houve, desde o princípio, qualquer ato administrativo preciso voltado exclusivamente para a regulação dos Arranjos Produtivos Locais (APL) na esfera federal. No entanto, aquilo que se registra é o incentivo de políticas públicas para APLs contido na forma de outras leis de apoio a outros setores produtivos e estratégicos, tais como o primeiro setor, a área da defesa, da educação e da cultura, por exemplo. Destacam-se os papéis do MDIC, IPEA, CNPq, BNDES e FINEP de apoio contínuo, órgãos estes caracterizados pelo fomento a setores chave de produção e ciência, durante a elaboração teórica e no reconhecimento das primeiras reflexões sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) no país.

Não obstante, os esforços técnicos do governo federal sobre APLs estiveram a todo momento materializados na forma da REDESIST e do GTP-APL e, como produto desta rede, na forma do Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL). Nessa trajetória, alguns entendimentos conceituais foram melhorados, tornando-se mais precisos, com destaque para o atual entendimento sobre a importância da governança local e da cooperação mútua entre as aglomerações produtivas e outros setores da sociedade, tais como o governo, instituições de ensino e pesquisa e outras organizações de fomento (Tabela 4).

Tabela 2 – Entendimento do Governo Federal sobre o conceito de APL

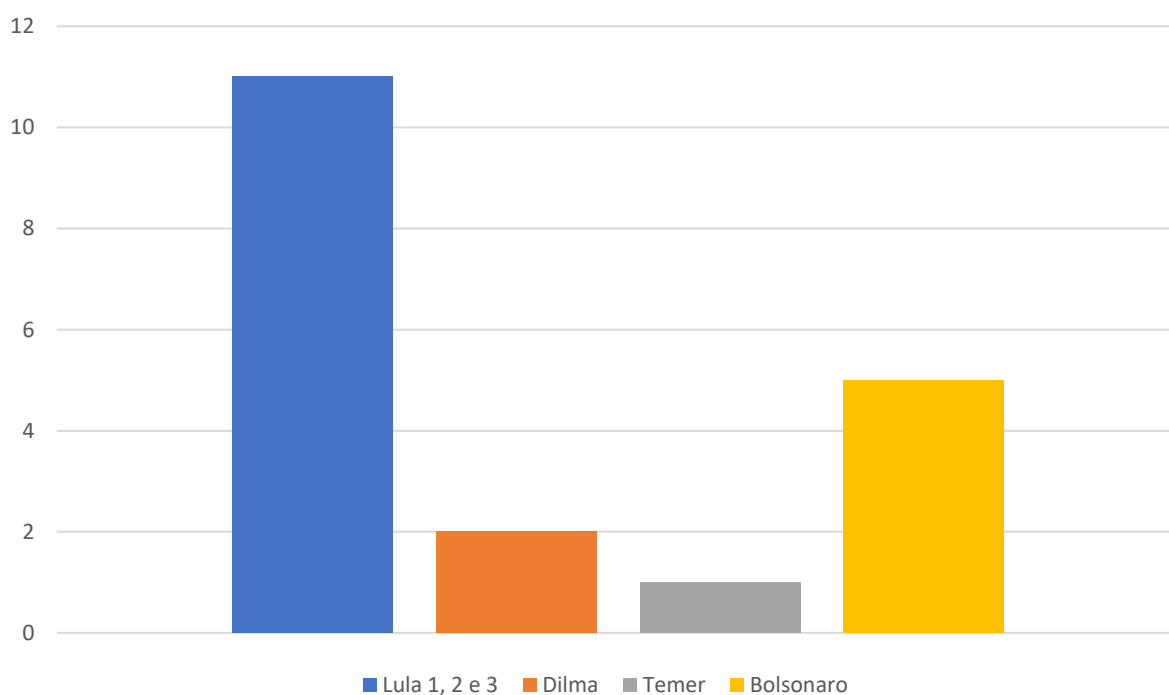
Anos 2000	A partir de 2017
Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto	Aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam

específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes (LASTRES; CASSIOLATO, 2000)	especialização produtiva, algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (BRASIL, 2017).
---	---

Fonte: Elaboração própria

É destaque o número de atos administrativos com menções aos APLs publicizados durante os primeiros mandatos do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva (onze publicações), seguido do penúltimo mandatário, Jair Bolsonaro (cinco), Dilma Rousseff (duas) e Michel Temer (uma) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Número de atos administrativos com menção a APLs por gestão presidencial



Fonte: Elaboração própria

Fica registrada a liderança do poder executivo na proposição de atos administrativos que incluam APLs no âmbito do governo federal, destacadamente nos anos seguintes à elaboração do conceito. Ao todo, são 11 os registros de ações de incentivo e desenvolvimento por parte do poder executivo e outras 8 iniciativas por liderança do poder legislativo.

3.3 Levantamento da regulação paulista sobre APLs

O estado de São Paulo também foi propositivo na formulação de regras que permitiram o fomento e o reconhecimento de arranjos produtivos locais em diferentes regiões do território paulista. Compreender a cronologia das políticas públicas do estado para os APLs, especialmente considerando o estudo de caso do APL do Audiovisual da cidade de Bauru, é o foco desta parte da pesquisa. É importante destacar que, embora as políticas nacionais tenham um impacto significativo no estado, a regulação estadual pode introduzir critérios específicos e políticas de apoio e fomento a essas iniciativas.

Um ano antes do governo federal, o primeiro registro com menções explícitas aos Arranjos Produtivos Locais em documentos do estado de São Paulo é datado do dia 31 de maio de 2003 (SOUZA, 2003). Trata-se, curiosamente, de um pedido, dias depois transformado em ofício, do então presidente da Alesp, Sidney Beraldo, por solicitação do deputado estadual Gilson de Souza, encaminhado diretamente ao então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, requisitando que este reconhecesse, de forma direta, o município de Franca como um Arranjo Produtivo Local, a fim de que a cidade pudesse ser contemplada com recursos do Ministério da Ciência e da Tecnologia e do FINEP (BERALDO, 2003). O episódio registra o conhecimento das autoridades federais e estaduais sobre a importância dos APLs.

Não obstante, ainda no ano de 2003, o então governador Geraldo Alckmin autorizou no dia 25 de novembro de 2003 o Projeto de Lei nº1210, no valor de 10 milhões de dólares, que permitiu ao estado de São Paulo contrair um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado à execução do Programa de "Fortalecimento de Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos (clusters) do Estado de São Paulo" (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2003b). Nessa iniciativa, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo ficou responsável pela execução do projeto e o SEBRAE se posicionou como coexecutor.

O projeto tem por objetivo contribuir para aumentar a competitividade dos arranjos produtivos locais (clusters) no Estado de São Paulo, com ênfase nas micro e pequenas empresas visando melhorar, através de iniciativas piloto, o dinamismo e o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLs) em termos de inovação tecnológica e de expansão de mercados, promover a cultura da cooperação das micro e pequenas empresas (MPEs) para fortalecer ações de empreendedorismo, gestão e cooperação empresarial, melhorar o acesso dos APLs à informação, tecnologia, capacitação e assessoria empresarial, e aos mercados de fatores, bens e serviços finais; e atrair e coordenar os instrumentos de apoio aos APLs, nos níveis Federal, Estadual, Municipal e Privado para execução desse projeto (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2003b).

Ao menos três considerações de destaque podem ser feitas nesse contexto. 1) O elevado montante para a execução do projeto, uma vez que foi contraído um empréstimo no valor de 10 milhões de dólares do BID e que, em contrapartida, a mesma quantia foi aplicada com fundos do SEBRAE, portanto, um volume total de US\$ 20 milhões. 2) No Projeto de Lei nº 1210/2003 foi apresentado um mapeamento preliminar dos APLs do estado de São Paulo⁴². O projeto foi liderado e encaminhado ao senhor governador Geraldo Alckmin pela secretária Andrea Calabi, da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, e pelo secretário Eduardo Refinetti Guardia, da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo. Nota-se, pelo texto do projeto, que o entendimento do secretariado paulista sobre APLs parte do conceito de “cadeias produtivas”, sendo assim compreendidos como locais que apresentem “todas as etapas do processo produtivo, da produção primária, agropecuária e extração, ao consumo final, passando pela transformação industrial, comercialização e prestação de serviços (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2003a). O projeto de lei determina que territórios com cadeias produtivas do estado sejam também reconhecidos como ambiente de potenciais arranjos produtivos. 3) Os primeiros documentos paulistas sobre APL faziam referência ao conceito de “*cluster* ou agrupamento”, sempre logo depois da menção ao termo Arranjo Produtivo Local, uma vez que o termo trazido de fora já possuía literatura mais consolidada na época. Os novos documentos do estado aboliram a prática conforme o termo criado no Brasil foi se estabelecendo.

Em 2005, uma segunda iniciativa do Estado de São Paulo para promover os APLs, ganhou forma sob o Projeto de Lei nº 763 / 2005, que instituiu a “Política de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo”⁴³. O último andamento do projeto foi registrado em 27 de outubro de 2006, quando publicado requerimento do deputado estadual Enio Tatto, solicitando tramitação em regime de urgência. Desde então, o status segue como “Pronto para Ordem do Dia”.

⁴² Representados pelas cidades de Limeira, Bocaina, Tambaú, São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul, São José do Rio Preto, Olímpia, Mirassol, Jaci, Ibatinga, Capivari, Cerquilha, Águas de Lindóia, Socorro, Iperó, Sorocaba, Pedreira, Cabreúva, Itu, Indaiatuba, Porto Ferreira, Birigui, Itatiba, Jundiá e Ribeirão Preto.

⁴³ Ficaria definido um conjunto de nove objetivos, sendo: 1) Definir e identificar os Arranjos Produtivos Locais no âmbito do Estado; 2) Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais já existentes no Estado; 3) Implantar novos Arranjos Produtivos Locais no Estado; 4) Promover a competitividade, a solidariedade e a sustentabilidade dos micros e pequenos negócios e dos empreendimentos de economia solidária; 5) Estimular processos locais e regionais de desenvolvimento sustentável; 6) Apoiar o desenvolvimento empresarial, tecnológico e de cunho cooperativo dos Arranjos Produtivos Locais; 7) Articular as universidades, institutos de pesquisa e centros de tecnologia estaduais no apoio aos Arranjos Produtivos Locais, notadamente para as ações em rede, a pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas; 8) Promover a cooperação entre os diversos atores do território dos Arranjos Produtivos Locais; e 9) Fortalecer o protagonismo local, a preservação do meio ambiente e a democratização do acesso aos bens e recursos públicos. A proposta reconhecia a importância dos APLs para o desenvolvimento econômico do Estado, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Em 2006 foi discutido na ALESP o Projeto de Lei Complementar nº 4 /2006, que mais tarde se tornou a Lei Complementar nº 1.049/2008. O texto zela pelo comprometimento do estado em estabelecer medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo. No texto, fica reconhecido que o estímulo à participação de empresas, cooperativas e APLs no processo de inovação tecnológica é papel do estado de São Paulo, “mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura ou a concessão de apoio financeiro, a serem ajustados em acordos específicos” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008). A iniciativa deu ênfase no papel dos APLs, uma vez que, quando apoiados por um conjunto de elementos favoráveis, são capazes de produzir inovação tecnológica.

Com as mudanças, a partir da Lei Orçamentária do Estado de São Paulo de 2007 para o ano de 2008, passou a constar nos objetivos da Secretaria de Desenvolvimento o “fortalecimento dos arranjos produtivos locais e das micro, pequenas e médias empresas” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

A primeira tentativa de se oficializar uma “Política de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo” aconteceu em 2005, conforme mencionado, mas foi somente em 2009, por meio do Decreto nº 54.654, do então Governador José Serra, que se consolidou o “Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais”.

Fica instituído o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais com o objetivo de estimular e apoiar: I - a descentralização do desenvolvimento produtivo, de forma a contribuir para o fortalecimento da economia local e regional; II - o desenvolvimento das cadeias produtivas paulistas; III - o aumento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas; IV - o empreendedorismo, baseado na interação e cooperação; V - a cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio empresarial, órgãos da Administração Pública, universidades, institutos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e centros de educação tecnológica, com vistas ao estabelecimento de estratégias e investimentos conjuntos, ao compartilhamento de infraestruturas, à qualificação da mão-de-obra e outras medidas que levem à melhoria da qualidade dos produtos e processos produtivos, à redução dos custos e à geração de economia de escala (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Fica apresentado o entendimento que o Governo do Estado de São Paulo tinha, naquele momento, sobre o que são APLs: “concentração geográfica de micro, pequenas e médias empresas de um mesmo setor ou mesma cadeia produtiva, as quais, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com entidades públicas e privadas” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). Sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento, fora criada neste ato a Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais, composta por

representantes do Estado, do SEBRAE-SP, da FIESP e de outras entidades que atuam diretamente nos arranjos produtivos locais paulistas.

À Rede Paulista de Arranjos Produtivos Locais caberá: I - identificar os arranjos produtivos locais paulistas de acordo com os seguintes critérios técnicos: a) concentração produtiva; b) existência de governança local; II - dar suporte técnico e metodológico à execução do Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais; III - articular os instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais; IV - elaborar um plano de metas e investimentos nos arranjos produtivos locais, a fim de orientar a atuação do Estado; V - manifestar-se previamente sobre projetos de desenvolvimento produtivo local e regional que demandem a participação do Estado; VI - controlar, acompanhar e avaliar o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009).

Do conjunto de 631 achados no mecanismo de busca da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para os termos mencionados sobre APL, trinta abordam no texto da lei a necessidade de elaboração, incentivo e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no Estado de São Paulo.

Pactuou-se o papel do Estado para a promoção do programa, ficando definida a responsabilidade de apoiar projetos de desenvolvimento produtivo local e regional voltados para gestão empresarial, inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento, suporte tecnológico, capacitação e treinamento, acesso a mercados e sustentabilidade ambiental, que beneficiem toda a cadeia produtiva, podendo transferir recursos financeiros destinados à cobertura das seguintes despesas: I - obras de infraestrutura em imóvel de propriedade do município ou da entidade conveniada; II - aquisição de equipamentos, maquinários, mobiliários e softwares; III - programas de capacitação, de treinamento e de transferência de tecnologia.

3.3.1 Dos pedidos de reconhecimento de APLs

As tentativas do Estado de São Paulo em reconhecer e mapear APLs desde 2003 permitiram um fenômeno registrado nos documentos paulistas e distintos daquilo que fora observado no conteúdo do governo federal: pedidos de reconhecimento de APLs e o envio de emendas parlamentares específicas para determinado arranjo tornaram-se frequentes. Desde as primeiras referências aos APLs em documentos do Governo do Estado de São Paulo, foi registrado um total de seis pedidos para o reconhecimento de territórios com alguma vocação produtiva. Os pedidos estão concentrados nos anos de 2003, 2004, 2008, 2010, 2017 e 2022.

Conforme tratado anteriormente, o primeiro pedido de reconhecimento de um APL no Estado de São Paulo acontece em 2003, sob forma da Indicação nº 702, feito por solicitação do

deputado estadual Gilson de Souza, buscando reconhecer o município de Franca como um APL em um momento no qual se fazia ausente qualquer marco regulatório sobre o tema. Na ocasião, o pedido argumentava que a cidade do nordeste paulista possui tradição secular enquanto um polo produtor de calçados de couro, abrigando mais de seiscentas indústrias de calçados, além de todos os demais segmentos industriais da cadeia coureiro-calçadista. Foi destacada também a presença de centros de desenvolvimento tecnológico, escolas, centros de pesquisa e universidades com cursos voltados à área de especialização da cidade.

No ano seguinte, já com uma política pública estadual desenhada, o parlamentar Vinícius Camarinha solicitou a validação da cidade de Marília como um APL da metalurgia (CAMARINHA, 2004), na Indicação nº 1800 /2004. O deputado, naquele contexto, reiterava a atividade industrial como marca associada à economia de Marília, com mais de mil unidades produtivas instaladas, e apresentando forte crescimento. Destaca ainda que o segmento metalúrgico, ao lado do de alimentos, é dos mais expressivos da economia do município, gerando cerca de 6 mil empregos diretos e o dobro de indiretos

Em 2008, foi a vez do deputado Edmir Chedid propor um Projeto de Lei, nº 585/2008, buscando o reconhecimento do APL da Indústria de Confecções de Malhas, na região conhecida como Circuito das Águas – circuito composto de nove cidades, sendo elas: Águas de Lindóia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro (CHEDID, 2008). Na justificativa, mencionou-se apenas a marca de “ricos sinais de identidade coletiva – sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos” da região.

O Projeto de Lei nº 757 /2010, de autoria de José Bittencourt, propôs a criação do APL de Cerâmica Vermelha, na cidade de Tambaú (BITTENCOURT, 2010). No pedido, faz-se um apanhado histórico da região, valorizando a presença de uma variada gama de argilas de reconhecida qualidade encontrada em solo tambauense desde 1905, quando a primeira produção cerâmica foi inaugurada. O documento menciona que as micro, pequenas e médias empresas do setor são responsáveis por 68% dos empregos disponibilizados pela indústria em âmbito local, e por 53% das unidades produtivas do parque industrial do município.

Em 2017, O Projeto de Lei nº 966 / 2017, de João Caraméz, solicitou o reconhecimento do município de Porto Ferreira como um Município de Interesse Turístico, utilizando como um dos principais argumentos a presença do APL da Cerâmica Artística e Decoração na cidade, responsável pela atração de turistas (CARAMEZ, 2017). O texto recupera a tradição de Porto Ferreira, desde o século XIX, como um grande polo de indústrias de transformação de minerais não metálicos, papel e papelão, alimentos, metalúrgicas e tecnologia, na ocasião,

movimentando cerca de R\$ 527 milhões para a economia local. Destaca-se ainda que “anualmente, desde 1975, o Município realiza a Feira Industrial Ferreirense – FEIFE, com público estimado de 80 mil pessoas”.

Finalmente, o último registro de reconhecimento foi feito por Roberto Moraes, sob a forma do Projeto de Lei nº 213 /2022, que buscou reconhecer o município de Santa Maria da Serra como a “capital paulista da farinha de mandioca”, iniciativa que em outra frente busca reconhecer a cidade como um APL da mandioca (MORAIS, 2022) devido à extensa área de produção que acontece no território.

3.3.2 Outras leis de incentivos a APLs

Na teia de incentivos à promoção de APLs no estado de São Paulo, em 2012 foi aprovado o Projeto de Lei nº 582/2012, que instituiu o “Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva”, com a finalidade de incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas à sua emancipação. Aprimorando o conjunto de políticas públicas para os arranjos, o programa, entendendo o potencial de desenvolvimento local de APLs, previu “investimentos na implantação e no fortalecimento de empreendimentos coletivos, tendo por base o alicerce de sustentabilidade através de Arranjos Produtivos Locais, ampliando as competências pessoais, aumentando a capacidade das famílias e a organização das comunidades” (THOMAS, 2012).

Anos mais tarde, sob forma do Projeto de Lei nº 278 /2017, foi proposta a criação da Política de Incentivo à Economia Criativa no Estado de São Paulo. Segundo o texto, considera-se Economia Criativa “os ciclos de produção, individual ou coletivo, de distribuição, circulação, consumo e fruição de bens e serviços oriundos dos setores cujas atividades produtivas visem exclusivamente à criação de produtos, bens ou serviços, de valor cultural, intelectual, social e artístico”.

As expressões culturais – artesanato, culturas populares e regionais, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, artes visuais e arte digital; as artes de espetáculo (dança, música, circo e teatro); o audiovisual e editoração (cinema e vídeo, publicações e mídias impressas e digitais); as criações culturais e funcionais (moda, design e arquitetura); e o setor tecnológico (desenvolvimento de softwares, aplicativos e jogos eletrônicos) – formam o conjunto das indústrias criativas segundo o texto da lei. Ao propor-se uma legislação que crie ambientes favoráveis com foco na criação de produtos, bens ou serviços de valor cultural, intelectual,

social e artístico, novas cadeias produtivas do setor criativo podem ser fomentadas e, portanto, benefícios são agregados à política pública de estímulo aos APLs.

A legislação previu a adoção de ações como: a produção de informação, conhecimento e ampla divulgação sobre a Economia Criativa; a formação para profissionais e empreendedores criativos; o fomento aos empreendimentos criativos; a criação e adequação de marco legal para a Economia Criativa; a institucionalização da Economia Criativa. Para instrumentalizar o poder público, ficaram definidos incentivos de crédito para a produção e comercialização; de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; de assistência técnica; de capacitação gerencial, e a formação de mão de obra qualificada; de associativismo e cooperativismo, para os arranjos produtivos locais e os sistemas produtivos e redes de Economia Criativa; de certificações de origem social e regional, e de qualidade dos produtos; de informações de mercado; e de promoção de fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados.

3.3.3 Dos editais de chamamento público para reconhecimento de APLs

Durante a pesquisa pelos documentos oficiais, foi encontrada uma série de chamamentos públicos, promovidos pelo Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais Paulista, que merecem aqui destaque. As ações do Programa de Fomento dos APLs Paulista estão divididas em três fases: a) Processo de reconhecimento e recadastramento de APLs; b) Identificação dos níveis de maturidade; e c) Editais e projetos de fomento e fortalecimento.

Desde 2019, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) tem dado sequência ao conjunto de chamadas públicas “Edital de Chamamento Público Objetivando o Processo de Reconhecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs)”. Desde então, encontra-se na terceira edição.

Este edital tem por objetivo selecionar Propostas de Reconhecimento elaboradas e enviadas pelas aglomerações produtivas do Estado de São Paulo, com finalidade de obter Reconhecimento para eventual e posterior celebração de parceria e participação em editais de fomento. As propostas apresentadas devem mostrar, por meio de documentação comprobatória, que se configuram como Aglomerações ou Arranjos Produtivos Locais (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2020).

A cada chamada são mencionadas as vantagens de um território ser reconhecido oficialmente como APL. Acesso a políticas de fortalecimento próprias para APLs, participação em editais de fomento promovidos pela SDE, acesso a linhas de crédito específicas (públicas ou privadas) para empresas inseridas em APLs e participação em projetos promovidos por entidades parceiras, integrantes ou não da Rede Paulista de APLs, são destaques. As iniciativas

de promoção buscam conferir maior sustentabilidade aos arranjos produtivos, pois tentam assegurar maior competitividade, inovação, produtividade, atração de investimentos e desenvolvimento local em cada caso. A capacidade de produzir bens e serviços de alta qualidade e com eficiência é essencial para se destacar no mercado e, ao se fomentar mecanismos que concedam oportunidade para especialização da mão de obra, o acesso facilitado a recursos externos e a troca de saberes entre *players* permitem o alcance mais efetivo dessas metas.

Da primeira iniciativa – resultados divulgados apenas em novembro de 2020 – ficaram reconhecidos 58 APLs⁴⁴, espalhados por 43 municípios⁴⁵. No ano seguinte, foram divulgados os resultados do “2º Edital de Chamamento Público Objetivando o Processo de Reconhecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs)”, ficando estabelecidos outros nove APLs, sendo eles de Agricultura (Banana), Agricultura (Jabuticaba), Agricultura (Mandioca), Biotecnologia, Cafeicultura, Cervejas artesanais, Moveleiro, Produção Audiovisual, TIC, nas cidades de Registro, Casa Branca, Bebedouro, Botucatu, Divinolândia, Campinas, Birigui, Bauru e São Carlos, respectivamente. Na terceira chamada, foram reconhecidos outros 23 APLs⁴⁶, distribuídos em vinte cidades⁴⁷. No total, noventa APLs já foram reconhecidos pelo Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Local Paulista, localizados em 66 cidades distintas (Figura 5).

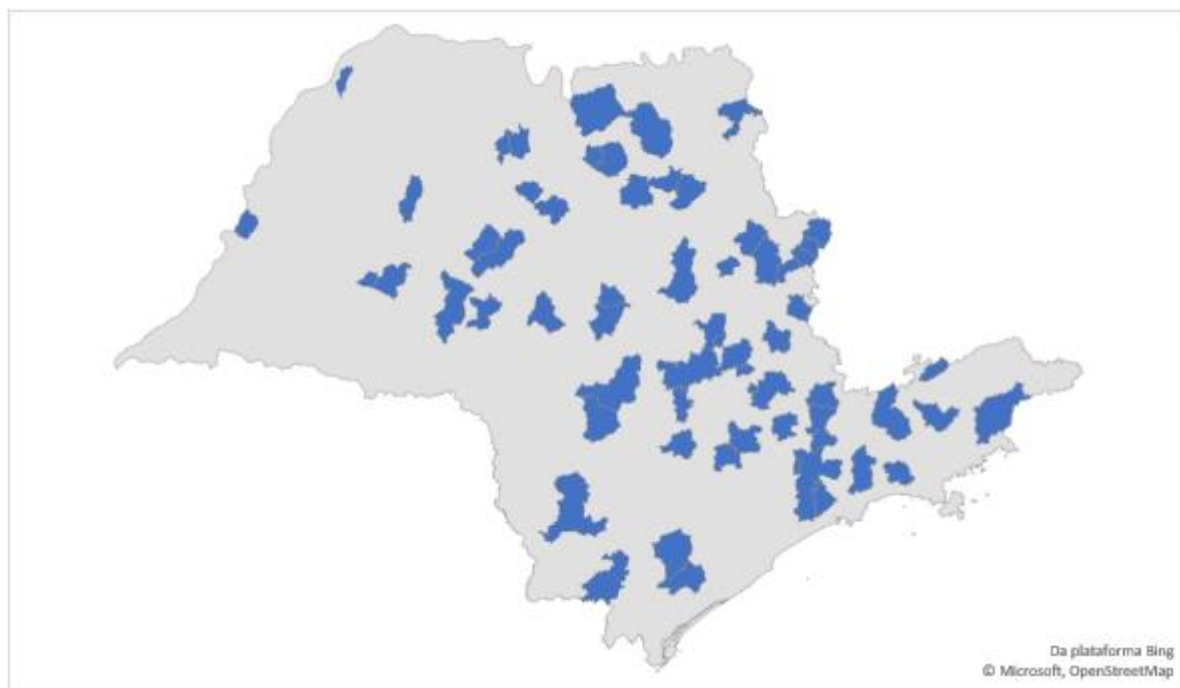
⁴⁴ Têxtil e de Confecção, Saúde, Avicultura, Calçado, Ferramentarias e Usinagem, Cafeicultura, Setor Pet, Software e TIC, Cerâmica artesanal, Cosméticos, Cafeicultura, Pão de Queijo (Industrial), Produção de Mudanças de espécies nativas, Agropecuária (Limão Tahiti), Apicultura, Cerâmica vermelha, Agronegócio, Calçados, Vitivinicultura, Produção de Brinquedos, TIC, Agropecuário e agricultura familiar, Eventos, Alimentos, Mobiliário, Agroecológico, Cerâmica Vermelha, Bioenergia, Cerâmica, Software, Software e serviços, Cerâmica de Revestimento, Madeira Móveis, Saúde e Farma, Aeroespacial, Jogos Digitais, Cafeicultura, Metal Mecânico, Aeronáutico, Setor Cerâmico, Cerâmica Vermelha, Apicultura, Confecção de Jeans.

⁴⁵ Americana, Barretos, Bastos, Birigui, Bragança Paulista, Caconde, Cafelândia, Campinas, Cunha, Diadema, Franca, Hortolândia, Iporanga, Itajobi, Itatinga, Itu, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Laranjal Paulista, Limeira, Lins, Mairiporã, Marília, Mirassol, Osasco, Panorama, Piracicaba, Porto Ferreira, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santa Gertrudes, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Sebastião da Gramma, Sertãozinho, Sorocaba, Tambaú, Tatuí, Taubaté, Urupês.

⁴⁶ Agronegócio, Agrotech, Amendoim Agrícola, Apicultura, Apicultura, Bataticultura, Beleza e Cultura, Cafeicultura, Cafeicultura, Citrus de Mesa, Confecção, Energias Renováveis, Juçara, Livros e editora, Macadâmia, Metalmecânica, Piscicultura, Setor Mineral, 2 APLs em Tecnologia da Informação e Comunicação, Turismo e Turismo Gastronômico.

⁴⁷ Atibaia, Bocaina, Campos do Jordão, Espírito Santo do Pinhal, Garça, Itapeva, Lins, Mogi Mirim, Mogi das Cruzes, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Registro, Rio Claro, Salesópolis, Santa Fé do Sul, Sete Barras, São José dos Campos, São Paulo, Tupã e Vargem Grande do Sul.

Figura 5 – APLs reconhecidos pelo Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Local Paulista



Fonte: Elaboração própria

O Programa de Fomento aos APLs Paulista tem dedicado esforços para recadastrar arranjos. Os editais mantêm uma validade de dois anos para cada registro. Após o período, cada aglomerado deve atualizar as informações disponibilizadas junto ao programa para que se atualize o cadastro e, logo, o status de reconhecimento. Devido aos impactos causados pela pandemia, o que resultou em um atraso de política pública, apenas um edital de recadastramento foi realizado para conferir a atualização dos dados coletados dos APLs em 2019. Na ocasião, 94,8% (55 arranjos)⁴⁸ dos APLs reconhecidos no primeiro edital obtiveram êxito no

⁴⁸ Aeroespacial e Defesa (São José dos Campos), Aeronáutico (Sorocaba), Agroecológico (Osasco), Agronegócio (Jaboticabal), Agropecuário e Agricultura Familiar (Lins), Avicultura (Bastos), Bioenergia (Piracicaba), Brinquedos (Laranjal Paulista), Cafeicultura (Caconde), Cafeicultura (Franca), Cafeicultura (São Sebastião da Gramma), Calçados (Birigui), Calçados (Franca), Calçados (Jaú), Cerâmica (Tambaú), Cerâmica Artesanal (Cunha), Cerâmica Artística e Decoração (Porto Ferreira), Cerâmica de Revestimento (Santa Gertrudes), Cerâmica Vermelha (Itu), Cerâmica Vermelha (Panorama), Cervejas Artesanais (Ribeirão Preto), Cervejas Artesanais (Sorocaba), Confeção de Jeans (Urupês), Cosméticos (Diadema), Cultural (Ribeirão Preto), Energias Renováveis (Sorocaba), Eventos (Mairiporã), Ferramentaria (Bragança Paulista), Indústria de Alimentos (Marília), Joalheiro (Limeira), Joalheiro (São José do Rio Preto), Jogos Digitais (São Paulo), Leite e Derivados (Taubaté), Limão Tahiti (Itajobi), Apicultura (Itatinga), Apicultura (Taubaté), Metalmecânico (Sertãozinho), Metalmecânico (Sorocaba), Móveis (Mirassol), Móveis (São Paulo), Móveis (São Bernardo do Campo), Mudanças de Espécies Nativas (Iporanga), Saúde (Barretos), Saúde (Ribeirão Preto), Saúde e Farma (São José do Rio Preto), Setor Pet (Cafelândia), Têxtil e Confeção (Americana), Tecnologia da Informação e Comunicação (Campinas), Tecnologia da Informação e Comunicação (Limeira), Tecnologia da Informação e Comunicação (Marília), Tecnologia da Informação e Comunicação (São José do Rio Preto), Tecnologia da Informação e Comunicação (São José dos Campos), TIC - Software e Serviços (Ribeirão Preto) e Vitivinicultura (Jundiaí).

recadastramento. O objetivo é manter atualizada a base de dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na tentativa de melhorar a governança dos recursos disponíveis e, por isso, de tempos em tempos, os APLs de São Paulo precisam reavaliar seus indicadores locais e submeterem um novo registro atualizado a SDE. Foram recadastrados 53 registros de APLs desde o primeiro reconhecimento.

3.3.4 Maturidade dos APLs

De acordo com o Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Local Paulista, há ainda uma classificação sobre o nível de maturidade de cada APL no estado. A classificação abrange quatro níveis distintos, passando por “aglomerado produtivo”, sendo este o de menor escala, “APL em desenvolvimento”, “APL consolidado” e, no último estágio, “APL maduro” (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2021). A última classificação foi atualizada em 2021.

Seguindo o conceito adotado pelo programa, o nível mais básico de maturidade de um APL é denominado de aglomerado produtivo, que indica um estágio anterior à constituição de um Arranjo. Neste momento, o grupo ainda não possui governança organizada e instituída, nem dispõe de um planejamento estratégico (*apud*, 2021).

O segundo nível de maturidade é considerado como um APL em desenvolvimento. Este é o primeiro estágio de um Arranjo. Aqui, a governança já está organizada, (preferencialmente) possui um planejamento estratégico e há colaboração e/ou parceria entre as empresas que compõem o APL. A comercialização do bem ou produto produzido pelo APL ainda se dá em níveis mais locais (*apud*, 2021).

O terceiro nível de desenvolvimento é chamado de APL consolidado: neste estágio, o APL apresenta relações mais sólidas entre as empresas do arranjo, e parcerias com outras instituições, tais como: universidades, institutos de pesquisa, órgãos governamentais etc. A comercialização pode ter se expandido para além do nível local, mas o Arranjo ainda encontra dificuldades de desenvolver parcerias, inovação tecnológica e comércio exterior (*apud*, 2021).

O estágio de maior maturidade é dado pelo APL maduro: neste estágio, o APL ultrapassou o nível de parcerias entre empresas do arranjo e participa, agora, de redes setoriais e/ou de relação interclusters. Em termos de comercialização, este arranjo já conta com apoio de entidades para promoção comercial e exportação e comercializa seus serviços e/ou produtos internacionalmente (*apud*, 2021).

De acordo com os dados mais recentes, o Estado de São Paulo possuía três APLs em nível de maturidade “aglomerados produtivos”, 41 APLs em nível “APL em desenvolvimento”, treze APLs eram considerados “APLs consolidados” e outros quatro arranjos foram avaliados como “APL maduro”. Em consideração, seis arranjos foram apresentados como “sem classificação”.

Tabela 3 – Nível de maturidade dos APLs paulistas

APL	Cidade Sede	Ano de Reconhecimento	Maturidade
Jaboticaba	Casa Branca	2021	Aglomerado
Móveis de Madeira	Birigui	2021	Aglomerado
Setor Pet	Cafelândia	2020	Aglomerado
Aeronáutico	Sorocaba	2020	Desenvolvimento
Agricultura - Mandioca	Bebedouro	2021	Desenvolvimento
Agroecológico	Osasco	2020	Desenvolvimento
Agronegócio	Jaboticabal	2020	Desenvolvimento
Agropecuário e Agricultura Familiar	Lins	2020	Desenvolvimento
Agricultura	Itatinga	2020	Desenvolvimento
Banana	Registro	2021	Desenvolvimento
Biotecnologia	Botucatu	2021	Desenvolvimento
Brinquedos	Laranjal Paulista	2020	Desenvolvimento
Cafeicultura	Caconde	2020	Desenvolvimento
Cafeicultura	Divinolândia	2021	Desenvolvimento
Calçados	Birigui	2020	Desenvolvimento
Calçados	Jaú	2020	Desenvolvimento
Calçados	Franca	2020	Desenvolvimento
Cerâmica Artesanal	Cunha	2020	Desenvolvimento
Cerâmica Artística e Decoração	Porto Ferreira	2020	Desenvolvimento
Cerâmica Vermelha	Panorama	2020	Desenvolvimento
Cerâmica Vermelha	Tatuí	2020	Desenvolvimento
Cervejas Artesanais	Campinas	2021	Desenvolvimento
Cervejas Artesanais	Ribeirão Preto	2020	Desenvolvimento
Confecção de Jeans	Urupês	2020	Desenvolvimento
Cultural	Ribeirão Preto	2020	Desenvolvimento
Energias Renováveis	Sorocaba	2020	Desenvolvimento
Ferramentaria	Bragança Paulista	2020	Desenvolvimento
Indústria de Alimentos	Marília	2020	Desenvolvimento
Indústria de Alimentos	Hortolândia	2020	Desenvolvimento
Joalheiro	São José do Rio Preto	2020	Desenvolvimento
Jogos Digitais	São Paulo	2020	Desenvolvimento

Joalheiro	Limeira	2020	Desenvolvimento
Leite e Derivados	Taubaté	2020	Desenvolvimento
Metal-Mecânico	Sorocaba	2020	Desenvolvimento
Mobiliário	Mirassol	2020	Desenvolvimento
Móveis de Madeira	São Paulo e São Bernardo do Campo	2020	Desenvolvimento
Produção Audiovisual	Bauru	2021	Desenvolvimento
Saúde	Ribeirão Preto	2020	Desenvolvimento
Software	Presidente Prudente	2020	Desenvolvimento
Têxtil e Confecção	Americana	2020	Desenvolvimento
TIC	Limeira	2020	Desenvolvimento
TIC	Presidente Prudente	2020	Desenvolvimento
TIC	São Carlos	2021	Desenvolvimento
Vitivinicultura	Jundiaí	2020	Desenvolvimento
TIC	São José do Rio Preto	2020	Consolidado
Agricultura	Taubaté	2020	Consolidado
Cafecultura	Franca	2020	Consolidado
Cafecultura	São Sebastião da Gramma	2020	Consolidado
Cerâmica de Revestimento	Santa Gertrudes	2020	Consolidado
Cervejas Artesanais	Sorocaba	2020	Consolidado
Cosméticos	Diadema	2020	Consolidado
Eventos	Mairiporã	2020	Consolidado
Produção de Mudanças de Espécies Nativas	Iporanga	2020	Consolidado
Saúde	Barretos	2020	Consolidado
Setor Cerâmico	Tambaú	2020	Consolidado
Software e Serviços	Ribeirão Preto	2020	Consolidado
TIC	Campinas	2020	Consolidado
Aeroespacial e Defesa	São José dos Campos	2020	Maduro
Bioenergia	Piracicaba	2020	Maduro
TIC	Marília	2020	Maduro
TIC	São José dos Campos	2020	Maduro
Agropecuária - Limão Tahiti	Itajubi	2020	Sem classificação
Avicultura	Bastos	2020	Sem classificação
Cerâmica Vermelha	Itu	2020	Sem classificação
Fruticultura	Jundiaí	2020	Sem classificação
Metal-Mecânico	Sertãozinho	2020	Sem classificação
Saúde e Farma	São José do Rio Preto	2020	Sem classificação

Fonte: Elaboração própria

O estado de São Paulo constituiu uma rede robusta de Arranjos Produtivos Locais. Desde 2005, as políticas paulistas têm fortalecido a constituições desses APLs como, por exemplo, o “Programa de Fortalecimento de Competitividade das Empresas Localizadas em

Arranjos Produtivos (clusters) do Estado de São Paulo” e o “Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais”.

Além disso, o estado de São Paulo tem promovido programas de incentivo à inovação tecnológica, pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento tecnológico, engenharia não-rotineira e extensão tecnológica em ambiente produtivo. Esses programas foram concebidos de forma que assimilam os APLs como estratégias de desenvolvimento fundamentais para o progresso socioeconômico da região. O “Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva” e a “Política Estadual de Incentivo à Economia Criativa” também reconhecem a importância dos APLs como espaços promotores de inovação, tecnologia, emprego, oportunidades e sustentabilidade.

Permitir que esse conjunto de políticas públicas se mantenham em constante atualização, conforme observado nas duas últimas décadas, é de grande importância. Cabe ao Estado monitorar as necessidades e oportunidades dos APLs, a fim de garantir que eles possam crescer e se adaptar aos desafios do mercado, tais como a transformação digital, a inovação acelerada, mudanças nas expectativas dos consumidores, sustentabilidade ou até mesmo escassez de talentos.

Após o levantamento dos documentos governamentais estaduais e federais e as políticas públicas relacionados aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), passaremos a observar de que forma o território da cidade de Bauru reuniu as condições para o estabelecimento do aglomerado na área de produção audiovisual.

CAPÍTULO 4 | FATORES CONDICIONANTES DO APL

Bauru tem reconhecido o primeiro Arranjo Produtivo Local do audiovisual do estado de São Paulo. É o único do setor de comunicação social. Para compreender os elementos que levaram ao surgimento, e manutenção, da cadeia produtiva que compõe o APL do Audiovisual em Bauru, o capítulo está dividido em quatro partes. Será realizada uma contextualização do município e, logo após, serão abordados os fatores precursores, o processo de reconhecimento do arranjo e os avanços registrados após a consolidação.

A seguir, serão contextualizadas características da cidade em seu aspecto amplo, como um breve histórico, localização estratégica, infraestrutura disponível, demografia e recursos socioeconômicos próprios da realidade local. Depois, serão analisados elementos específicos voltados ao audiovisual, como a chegada das primeiras emissoras de televisão, elementos empresariais do setor no município e região, presença de instituições de ensino e pesquisa relacionadas, eventos artísticos e organizações de produtores. Vamos analisar os fatores que propiciaram o crescimento da cadeia produtiva do audiovisual em Bauru e sua relevância para a economia e a cultura local.

4.1 Bauru em cena: uma breve apresentação

Localizada no centro-oeste paulista, a 326km da capital do Estado de São Paulo, ocupa o centro geográfico do estado (Figura 6). É a maior cidade da região, em um conjunto de compreende outros 201 municípios ao redor, entre eles Marília, Jaú e Presidente Prudente. A cidade foi fundada em 1 de agosto de 1896. O município compõe e é sede da Região Administrativa de Bauru (RA Bauru), um aglomerado formado por 39 cidades, isto é, uma divisão normativa proposta pelo governo do estado com vistas a facilitar a governança local.

Figura 6 – Bauru no mapa do Estado de São Paulo

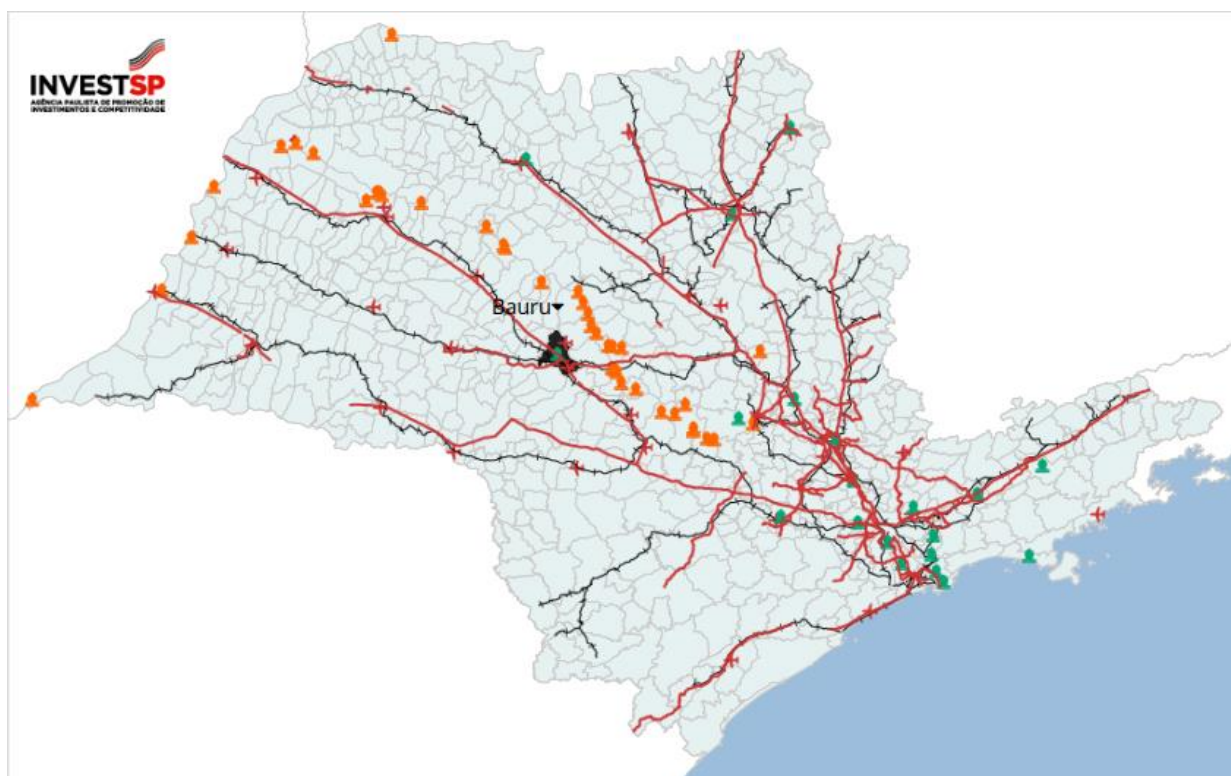


Fonte: Wikimedia Commons (2020)

Universidades, redes hospitalares, centros comerciais, centros culturais, parques e áreas verdes, complexos esportivos, terminais rodoviários e aeroportuários expressam a pujança da cidade. Segundo o IBGE (VIEIRA; ROMA; MIYAZAKI, 2007), Bauru é classificada como uma cidade de médio porte: são 379.146 habitantes de acordo com o último censo. Em 2020, 36,7% da população mantinha vínculo laboral com ganho médio mensal equivalente a 2,6 salários-mínimos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). São 1.139.226 habitantes em toda a região administrativa, de maioria jovem, com média de idade de 37,1 anos (FUNDAÇÃO SEADE, 2023a). A área urbana é ocupada por 95,3% da população.

A localização e estrutura do município fazem da cidade um *hub* produtivo do interior do Estado de São Paulo, atendida por rodovias, ferrovias, aeroportos regionais, porto seco e portos fluviais (Figura 7).

Figura 7 – Infraestrutura de transporte em Bauru e Região



Fonte: Invest SP (2023)

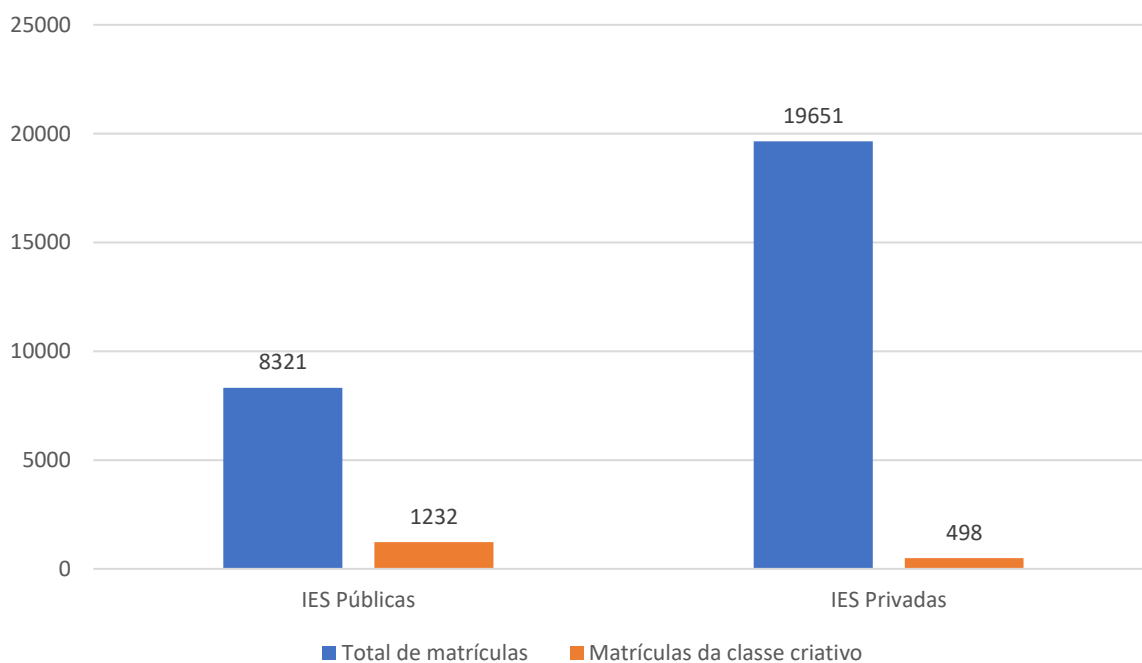
Conforme a ilustração, em vermelho, duas rodovias estaduais cruzam a cidade, a Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e a Rodovia Engenheiro João Batista Cabral (SP-225). As marcações formadas pelas linhas pretas delimitam as linhas férreas do estado. Bauru possui atualmente dois corredores ferroviários e, desde o começo de 2023, tem-se discutido a reativação do ramal ferroviário Bauru-Marília-Panorama (BONFIM; SIEPLIN, 2023). A cidade tem acesso a dois aeroportos, o Aeroclube de Bauru, um centro de formação de pilotos de administração privada, e o Aeroporto Estadual de Bauru-Arealva, para transporte de cargas e passageiros. A Estação Aduaneira Interior (Eadi) de Bauru, um Porto Seco identificado em verde, abrange municípios da região em um raio de 150 a 200 quilômetros (MORAES, 2023). Bauru está estrategicamente localizado próximo a partes navegáveis do Rio Tietê, no Médio Tietê, onde há grande presença de um conjunto amplo de portos fluviais próximos ao município, marcados no mapa pela silhueta laranja.

Ao todo, 3,1% das pessoas com quinze anos ou mais são analfabetas, enquanto no estado de São Paulo, a taxa é de 4,3 (FUNDAÇÃO SEADE, [s.d.]). Uma rede de 116 escolas de ensino fundamental e 63 de ensino médio formam parte da estrutura educacional da cidade. No ensino superior, o portal e-MEC, do Ministério da Educação, aponta para 110 registros de Instituições

de Ensino Superior (IES), compostos por faculdades, centros universitários, universidades e escolas de governo, da rede pública e privada, com cursos presenciais e ensino à distância (EAD) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

Bauru é reconhecida como uma “cidade universitária”. Foram efetivadas 27.972 matrículas de ensino superior na modalidade presencial na região em 2021, com liderança da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – 5.208 matrículas; Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) – 4.178; e Universidade Paulista (UNIP) – 3.586. Há grande disparidade de oferta entre IES públicas e privadas. As organizações particulares concentram 19.651 das matrículas no ensino superior da região, destaque para formação em Direito (2.958), Psicologia (1.461) e Medicina (1.235); as públicas constituem o restante das 8.321 matrículas, sendo os cursos de Jornalismo (402), Logística (383) e Psicologia (353) aqueles com maior número de estudantes (FUNDAÇÃO SEADE, 2023b).

Gráfico 3 – Proporção das matrículas em IES para carreiras da classe criativa



Fonte: Elaboração própria

Em carreiras da classe criativa (FLORIDA, 2002), as IES públicas oportunizaram 1.232 matrículas. São destaque a formação discente anual em Jornalismo (402), Design Gráfico (256), Relações Públicas (225), Artes e Humanidades (196) e Rádio, TV e Internet (153). Nas

instituições privadas, a formação em Publicidade e Propaganda (287) e Design (211) tem os maiores números de egressos. Há outras carreiras, como Administração, Sistema de Informação, Gestão de Pessoas, que formam profissionais que potencialmente podem atender as indústrias criativas.

O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade atingiu R\$15,18 bilhões em 2020, o 23º do Estado de São Paulo. A participação do setor de serviços corresponde a 73,82% desse montante, seguido pelo setor da indústria, com 15,98%, e agropecuária, 9,88% (FUNDAÇÃO SEADE, 2023c). O PIB per capita é elevado e corresponde a R\$ 40.021,97, o 183º do estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2023). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁴⁹ é muito alto, de 0,801, o 20º de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, [s.d.]).

As exportações da região administrativa de Bauru alcançaram os US\$ 4,2 bilhões em 2022, 5,8% do valor total gerado por todo o estado no período. Bauru contribui com US\$ 314 milhões, ou 7,4% do total regional⁵⁰. Em termos de perfil industrial com base em intensidade tecnológica⁵¹, 78,1% das exportações são constituídas por indústrias de baixa tecnologia, seguido pelas indústrias de média-alta tecnologia (9,8%), indústrias de média-baixa tecnologia (6,5%), produtos não industriais (3,1%) e indústria de alta tecnologia (2,6%) (DESENVOLVE SP, 2019).

O Mapa da Economia Paulista, elaborado pela Desenvolve SP⁵², reúne em um site informações sobre as potencialidades, oportunidades e desafios de desenvolvimento econômico

⁴⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, [s.d.]).

⁵⁰ Os principais produtos exportados são ferro fundido, ferro e aço; reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes, aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens em televisão, e suas partes e acessórios; açúcares e produtos de confeitaria; e plásticos e suas obras, respectivamente.

⁵¹ Adotado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o indicador utiliza gasto em P&D/valor adicionado ou gasto em P&D/produção para classificar os setores industriais de acordo com sua base de desenvolvimento tecnológico. *Alta intensidade tecnológica*: setores aeroespacial; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos; *Média-alta intensidade tecnológica*: setores de material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos; *Média-baixa intensidade tecnológica*: setores de construção naval; borracha e produtos plásticos; coque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos; *Baixa intensidade tecnológica*: outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados (FURTADO; CARVALHO, 2005; MORCEIRO, 2019).

⁵² Agência de fomento do governo do Estado de São Paulo que promove, desde 2009, o desenvolvimento sustentável por meio da concessão de crédito para micro, pequenas e médias empresas paulistas. O objetivo da agência é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, com a geração de emprego e renda em todas as regiões do Estado e a promoção do desenvolvimento local. A Desenvolve SP foi instituída pela Lei

das 16 Regiões Administrativas (RAs) do Estado. O objetivo do material foi organizar informações que possam ser aproveitadas por empreendedores, gestores e a sociedade paulista, segundo os organizadores, e oportunizar “novos produtos, além de aperfeiçoar as iniciativas já existentes e incentivar, cada vez mais, o desenvolvimento planejado da economia estadual” (DESENVOLVE SP, 2019).

Foram apontadas as forças do território, entre as quais: região administrativa formada por um conjunto de municípios com expansão da população acima da média do estado; presença de um perfil amplo de atividades econômicas na agroindústria e na indústria. Quanto às fraquezas, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) abaixo da média estadual e exportações concentradas em produtos de baixa intensidade tecnológica são destaques. Como oportunidades, é dada ênfase a produtos desenvolvidos na região, bem como a algumas características estruturais dessas localidades e a ameaças, à dependência de exportações focadas em *commodities*, com riscos derivados das movimentações de preços internacionais, além de barreiras técnicas e outros obstáculos comerciais da região (DESENVOLVE SP, 2019).

A cidade de Bauru apresenta potenciais em diversas direções. Começa pelo posicionamento estratégico de sua localização geográfica, pelo entroncamento das vias de transporte, o que proporciona conectividade, aspecto facilitador do comércio, negócios e transporte de mercadorias. Há também uma incidência de instituições de ensino superior, públicas e privadas, que ofertam um número elevado de matrículas, caracterizadas pela formação em múltiplas áreas, como a Medicina, o Direito e a Comunicação Social. Aspectos como a jovialidade da população, a taxa de escolaridade e massa salarial, ambas acima da média estadual, condicionam o desenvolvimento de novos negócios. Continuaremos a apresentação dos elementos precursores da trajetória do audiovisual na cidade de Bauru, conforme será abordado no próximo tópico.

4.2 Elementos precursores

As condições de infraestrutura para o setor audiovisual foram constituídas por um longo processo marcado pela peculiaridade da cadeia produtiva do audiovisual impulsionada, no começo, pela presença de emissoras geradoras de conteúdo e, posteriormente, aprimorada com as instituições de ensino superior. Tais elementos formaram as bases para um momento político e administrativo favorável, que culminaram na estrutura do Arranjo Produtivo Local (APL).

Estadual 10.853/01 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a instituição foi concebida como instrumento institucional de apoio às políticas de desenvolvimento econômico para o Estado de São Paulo (BRITO, [s.d.]).

A complexidade das relações entre o conjunto das empresas de um território com atores locais, dos fluxos de conhecimento, das capacitações produtivas, organizacionais e inovativas, da importância da proximidade geográfica, bem como da identidade histórica, institucional, social e cultural de que possam prover diversidade e vantagens competitivas, conotam um APL (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 27) e é fundamental para o entendimento do território e o contexto no qual foram desenvolvidos esses aglomerados, respeitando sua cultura e história próprias (LASTRES et al., 2014).

Compreender essa formação não está restrito às particularidades econômicas de um território, todavia, estabelecidos pela coletividade entre este e as interações entre instituições de ensino e governança, de interações individuais com as inovações, o compartilhamento das experiências empíricas e implícitas, e o conhecimento científico disponíveis nestes meios (QUEIROZ; SOUZA, 2017, p. 44).

Para contextualizar o território de Bauru diante do setor do audiovisual no momento anterior ao reconhecimento do APL, o capítulo procurará na pesquisa documental do capítulo anterior e com trechos do relatório produzido pela Cinemateca Digital Bauruense⁵³.

O projeto da Cinemateca⁵⁴ surgiu da iniciativa de produtores independentes que integram o Plano Conjunto – Coletivo de Produtores de Audiovisuais de Bauru. O coletivo é um movimento da sociedade civil precursor que tomou a iniciativa de conectar produtores audiovisuais locais e que, desde 2019, elabora discussões periódicas voltadas às políticas públicas de incentivo à cultura da cidade e formas de produção de cinema independente. A vanguarda do Plano Conjunto permitiu ao grupo liderar a proposta de reconhecimento do APL em Bauru e, desde então, tem exercido o papel de governança principal, como será abordado no tópico 4.2.5.

4.2.1 Primeiras experiências audiovisuais

⁵³ Este é o documento de diagnóstico conferido pelo projeto, que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre o desenvolvimento do audiovisual no município por meio de um mapeamento realizado entre 1 de junho e 17 de setembro de 2020. A versão pública do documento será divulgada no endereço <https://cinematecabauru.com.br/dados>. Apenas as informações divulgadas em um live transmitida pelo canal do YouTube Camino Audiovisual, ao ar em 16 de dezembro de 2020, disponível em <https://youtu.be/t8tc3c7tAOI>, serão tornadas públicas.

⁵⁴ A Cinemateca Digital de Bauru é um projeto sem fins lucrativos para dar visibilidade e levantar dados sobre o setor audiovisual de Bauru. A cinemateca mapeou, catalogou e disponibilizou ao público produções audiovisuais bauruenses realizadas nas últimas décadas. São obras entre curtas, longas, webséries, ficções, documentários, animações, videocliques, videoartes, entre outros, realizados com fomento público ou privado, por empresas produtoras, realizadores independentes e estudantes universitários.

A história da implantação das emissoras de televisão se confunde, em parte, com a história de Bauru. Ao final da década de 1950, a cidade foi uma das pioneiras no Brasil a contar com a concessão de um canal de televisão, iniciativa liderada pelo empresário João Simonetti. Inaugurada oficialmente em 1º de agosto de 1960, a TV Bauru – Canal 2, foi a primeira emissora de televisão do interior paulista e a primeira do Brasil constituída fora de uma capital (ALFARO, 2021).

A iniciativa de João Simonetti, que já possuía empreendimento no rádio, foi encarada como uma aventura, segundo Silva (2005, p. 65-67). Nesse sentido, o sucesso em instalar uma TV na cidade deveu-se a dois fatores, segundo a autora: o primeiro, pela proximidade que Simonetti tinha com o então presidente Getúlio Vargas, que facilitou o processo de concessão; em segundo, pela localização estratégica de Bauru (centro-oeste paulista), já que ocupa o centro geográfico do estado.

Os profissionais da cidade migraram do rádio para a televisão, a exemplo de várias emissoras em âmbito nacional; além disso, a capacidade de improviso foi fundamental para que os programas exibidos obtivessem êxito. Musicais, programas de auditório, noticiários e até uma novela fizeram parte dos primeiros tempos desse veículo (SILVA, 2005, p. 66-67). No mesmo ano, sob alegação de altos custos financeiros de implementação e manutenção da emissora, toda a estrutura, assim como a marca, foi vendida para as Organizações Victor Costa (OVC).

O funcionamento de um canal demanda grandes e ininterruptos investimentos financeiros, tanto para a manutenção da qualidade de som e imagem, quanto para a produção de toda a sorte de programas. A televisão no Brasil, desde seus primórdios foi constituída como uma empresa comercial privada, e como tal, deveria ser financeiramente viável. [...] Durante o período em que o Canal 2 permaneceu no controle da Organização Victor Costa, houve o aumento de número de produções exibidas, além da extensão dos horários. Estes eram preenchidos por enlatados norte-americanos, musicais, teatros, além da repetição dos programas que eram vistos primeiramente pelos moradores da capital paulista (SILVA, 2005, p. 67).

Anos mais tarde, em 1965, as Organizações Globo, do Rio de Janeiro, passam a ter o controle da TV Bauru e de outros canais integrantes da OVC. O volume de investimentos na área técnica foi observado por meio da compra de novos equipamentos e construção de novos estúdios; o que não impediu a extinção gradual das produções locais. Segundo Jambeiro (2001, pp. 75-76), o período que coincidiu com a Ditadura Militar foi de mudança para o setor de TV

no país todo. Os serviços de TV começaram a ser encarados sob a ótica da Doutrina da Segurança Nacional. O estímulo à construção de novas redes de televisão seria “promovido para apoiar a integração nacional, além de promover e organizar o mercado de massa; disseminar a Doutrina da Segurança Nacional; e dar estabilidade econômica e financeira à própria indústria da TV”. Coube ao governo militar investir diretamente em infraestrutura e indústria básica, visando à futura criação de um mercado nacional de consumo de bens (JAMBEIRO, 2001, p. 76).

Pouco foi mudado no setor em Bauru até 1984, quando a Central Globo de Afiliadas e Expansão foi criada para aperfeiçoar e revitalizar o jornalismo, desaparecido desde a aquisição pelo grupo. A partir de então, a TV Bauru passa a denominar-se TV Globo Oeste Paulista. A cobertura foi então ampliada para 260 municípios (SILVA, 2005, p. 70). Já em 1986, a transmissão e a cobertura de Bauru são reorganizadas, são fundadas as sedes em Araçatuba e São José do Rio Preto e cria-se a TV Globo Noroeste Paulista.

O “Projeto Regional do Futuro”, de 1998, marca o início desta nova fase para a televisão e visava a conceder maior autonomia às sedes do interior paulista, entre elas, Bauru. Entre as mudanças, os canais perderam a identidade com a marca “Globo”. A TV Globo Oeste Paulista passa a se chamar TV Modelo, com sucursais em Marília, Botucatu e Ourinhos. O argumento usado à época apontava a necessidade de maior entrosamento entre a TV e as comunidades locais. A aproximação só seria possível caso a emissora local tivesse autonomia administrativa, financeira e tecnológica suficiente para atender às demandas dos anunciantes e do público telespectador (SILVA, 2005, p. 74).

Mesmo com este processo de revalorização regional, o espaço da programação da rede disponível para as produções das afiliadas é pequeno e não foi alterado. Ele é praticamente todo ocupado pelo telejornalismo, o tipo de programa que se traduz em credibilidade para o canal. Somente aos sábados existia uma maior abertura e lacunas maiores para que sejam exibidas criações em outros formatos (SILVA, 2005, p. 74).

O processo de reformulação foi desafiador para a Globo e visto como positivo para os moradores do interior do Estado de São Paulo, já que permitiu a criação de uma marca próxima das identidades locais. O movimento garantiu maior credibilidade, que se transformou em maior visibilidade e venda de tempo de publicidade para marcas regionais e, portanto, maior lucratividade. A mudança administrativa e mercadológica causou dois impactos: relação mais intensa com a comunidade através do jornalismo e, derivada desta, reforçou a estratégia de investimentos. Em ambos os casos, o setor do audiovisual foi beneficiado.

As mudanças foram entendidas como um investimento a longo prazo, porém as corporações foram beneficiadas em todos os aspectos: recebem o reconhecimento da comunidade e a preferência dos consumidores (SILVA, 2005, p. 78). Nesse sentido, o calendário de eventos e projetos regionais foi aperfeiçoado. As televisões regionais passaram a ser importantes núcleos difusores das atividades locais, formando disso um modelo de negócio. Um anunciante, por exemplo, poderia verificar em quais tipos de eventos havia espaço para inserção de publicidade de seu produto ou serviço, gerando receita para a TV. As atividades eram divididas nos setores de Agronegócios, Culturais e Folclóricos, Ecológicos, Esportivos, Gastronômicos, Inverno e Festas Juninas, Religiosos, Sociais e Comunitários e Verão.

Em 2002, as Organizações Globo colocaram à venda quinze das 31 afiliadas nas quais seus membros tinham participação acionária, como forma de alívio de dívida bilionária. O empresário José Hawilla, proprietário da Traffic, uma empresa de marketing esportivo, adquiriu 90% de todas as companhias. Em 7 de maio de 2003, as emissoras de TV de Bauru, Itapetininga, Sorocaba e São José do Rio Preto passaram a formar a TV TEM (sigla de Traffic Entertainment and Marketing), que em conjunto cobrem 318 municípios do interior paulista, totalizando 50% do território do estado de São Paulo e potencial de impacto de até 8,6 milhões de habitantes (TV TEM, 2020).

A RecordTV Paulista é outra emissora que tem início nos anos 1990, com a construção das instalações da TV FR, do político Fausto Rocha (FR). Afiliada à rede OM e com sede na cidade de Limeira, um estúdio em Campinas e outro em Bauru, com programação própria. Em 1992, passou a integrar a Rede Manchete, mudança realizada após Fausto Rocha romper o apoio ao então presidente Collor de Mello, devido ao envolvimento de José Carlos Martínez (membro da rede OM) em esquemas de corrupção que levaram ao processo de *impeachment*.

Em 1993, devido à dificuldade financeira, Fausto Rocha anunciou a venda da TV FR para a produtora de vídeo Lead Comunicação, de propriedade de Kleber Santos. Junto com Airton Caseiro, de Jaú, e outros investidores, Santos cria a SP Centro Comunicação Ltda, e renomeia a operação para TV São Paulo Centro, com sede em Bauru. Com a nova estrutura acionária, o contrato com a Rede Manchete foi encerrado, e a emissora tornou-se afiliada à Rede Bandeirantes.

A emissora enfrentou graves dificuldades financeiras que tornaram inviável sua continuidade, especialmente devido aos altos custos das produções diárias e ao uso de equipamentos obsoletos herdados da época da TV FR. No final de 1998, a Central Record de Comunicação, pertencente ao empresário e líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir

Macedo, adquiriu a emissora. Em 1999, a TV São Paulo Centro foi renomeada como TV Record Bauru, como parte dos esforços do Grupo Record para reposicionar a emissora em nível nacional, por meio da aquisição de estações geradoras, retransmissoras e afiliadas. Em 2016, como parte de uma reformulação da marca da rede, a emissora passou a se chamar Record TV Paulista (RECORD TV PAULISTA, [s.d.]). A emissora tem sucursais em Sorocaba e Marília, abrange 108 municípios e uma cobertura de cerca de 4,8 milhões de habitantes.

O ambiente universitário também influencia o setor audiovisual e Bauru se beneficia da presença de TVs universitárias. O Canal Universitário de Bauru (CNUB) foi estabelecido em 27 de janeiro de 1999 por um grupo de profissionais ligados às instituições de ensino superior. Sua origem remonta ao programa TV Centrinho USP, que estreou em 24 de junho de 1996, através do Canal da Cidade. Esse programa fazia parte do projeto ScienceNet⁵⁵, que tinha como objetivo divulgar a produção científica da universidade em diversas plataformas de mídia, entre elas a televisão. Hoje, a programação da emissora é dividida entre a TV USC, apoiada pela Universidade do Sagrado Coração (atual UNISAGRADO) e a TV FIB, das Faculdades Integradas de Bauru, ambas em Bauru, e a TV UNIP, da Universidade Paulista, cuja programação é elaborada em São Paulo. A programação é exibida somente pela TV fechada, no canal 14 da LPNET (CNUB, [s.d.]).

O campus da USP de Bauru, mesmo sem oferecer cursos relacionados ao audiovisual, lançou seu próprio canal universitário em setembro de 2010. Sua produção é transmitida pela TV Câmara de Bauru e nas mídias sociais, pelos canais 10 da NET e 31.3 UHF digital. O canal é um projeto da Superintendência de Comunicação Social e atualmente é gerenciado pelo campus de Bauru. Sua programação não só divulga as atividades de pesquisa, ensino e extensão da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), mas também fornece serviços de utilidade pública, como orientações de saúde (PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU, [s.d.]).

A TV UNESP, que teve sua primeira transmissão em novembro de 2011, foi a primeira emissora universitária 100% digital do Brasil. Ela faz parte do Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo, que também inclui a UNESP FM. Surgiu afiliada à TV Futura, logo após à TV Brasil e, atualmente, é afiliada à TV Cultura. A TV UNESP tem como missão entender, utilizar e disseminar o conhecimento teórico e prático construído pela Universidade Estadual Paulista e pela sociedade em conteúdos audiovisuais (TV UNESP, [s.d.]). Sua programação

55

https://somedicyt.org.mx/images/divulgadores/congresos/12/memorias/Memorias/descargas_pdf/periodismo_cientifico/descarga_victorelli.pdf

abrange uma variedade de programas de entretenimento, cultura, divulgação científica e jornalismo. A TV UNESP também se destaca como um campo de experimentação para pesquisas aplicadas, com projetos voltados para cenários virtuais, interatividade nos programas, interação com o público por meio de mídias sociais e internet, disponibilização de conteúdo sob demanda. A programação da TV Unesp pode ser assistida em sinal aberto pelo canal 45 UHF (sinal analógico) e 46.1 HD (sinal digital), ou pela TV a cabo no canal 18 da operadora NET.

A TV Prevê é uma emissora educativa que está no ar desde 1º de novembro de 1995. Voltada à educação, sua programação é dirigida para evidenciar ações e pessoas da cidade de Bauru e região, mostrando seus aspectos positivos, conforme às editorias de cultura, esportes, economia, educação e política (TV PREVÊ, [s.d.]). Afiliada a TV Brasil, transmite sessões da Câmara Municipal. A TV Prevê está no canal digital 32 UHF. O canal faz parte do Grupo Prevê Objetivo, um complexo educacional que abrange o ensino fundamental e médio, e cursinhos pré-vestibulares (GRUPO PREVÊ OBJETIVO, [s.d.]).

A TVC Bauru é um canal comunitário que iniciou suas atividades em 3 de agosto de 2003. Seu objetivo é democratizar, diversificar e viabilizar o acesso dos diversos segmentos da sociedade ao meio de comunicação televisiva, por meio de parcerias com a própria comunidade. A TVC é filiada à FRENAVATEC (Frente Nacional de Valorização das TVs do Campo Público) e à ACESP (Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo), que promovem acordos de cooperação técnico-cultural com outros canais do campo público e diversos produtores independentes, visando a fortalecer a produção regional.

Bauru é um importante polo de produção audiovisual, mantendo-se como referência no estado de São Paulo. Essa estrutura diversificada e ampla estimula o crescimento do setor, demandando constantemente novos produtores e impulsionando o surgimento de empresas e profissionais. As emissoras da cidade mobilizam profissionais para o local, promovem ações de cultura com comunidade, reproduzindo seus interesses. A pauta econômica, cultural, de bem-estar e política, por exemplo, pode estar mais contemplada com relação a outros municípios que não têm essa peculiaridade. Essa concentração de emissoras e potencial criativo forma uma das características que permitiu ao município se posicionar como um Arranjo Produtivo Local do audiovisual.

4.2.2 Ambiente de negócios: um olhar sobre as empresas locais

As iniciativas com a comunidade se espalham para múltiplos ambientes de negócios. Reconhecê-las nos permite compreender como outras cadeias produtivas podem complementar

o setor da comunicação e do audiovisual. Portanto, o diagnóstico do setor empresarial de um território é também um medidor da saúde da cadeia produtiva daquele ambiente. Já que os arranjos produtivos são uma iniciativa para a descentralização do desenvolvimento econômico e estímulo à competitividade (FUINI, 2013, p. 58).

Com 37 empreendimentos em audiovisual, Bauru se destaca como polo produtivo do setor na região do centro-oeste paulista, de acordo com o relatório produzido pela Cinemateca Digital Bauruense⁵⁶. São 25 empreendimentos (Tabela 6) na CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) de Atividades Cinematográficas, Produção de Vídeos e de Programas de Televisão, Gravação de Som e Edição De Música, e outras doze nas Atividades de Rádio e Televisão, conforme a tabela abaixo.

⁵⁶ O relatório utiliza três fontes de informação para obter esses dados. A primeira delas foi conferida a partir do Cadastro Geral de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acessado através do sistema SIDRA. De acordo com os pesquisadores, o CEMPRE é uma plataforma que permite cruzar informações sobre empreendimentos formais registrados em diferentes CNAEs (Cadastro Nacional de Atividade Econômica) de cada município. O relatório ainda ressalta que “a unidade territorial da empresa se refere apenas ao endereço da sede, não levando em conta possíveis produtores que atuam em Bauru, mas possuem suas empresas registradas em outras localidades” (RELATÓRIO CINEMATECA). Registra ainda que o levantamento feito pelo IBGE não inclui os Microempreendedores Individuais (MEI) e que a metodologia utilizada “considera apenas o CNAE primário das empresas, mesmo que algumas delas possuam a produção audiovisual como CNAEs secundários”. Os dados disponíveis na plataforma no momento de coleta de dados para o relatório são de 2018.

Tabela 4 – Setor audiovisual no centro-oeste paulista

#	Município	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)		
		59 Atividades cinematográficas	60 Atividades de rádio e de televisão	Total
1	Bauru (SP)	25	12	37
2	Botucatu (SP)	18	3	21
3	Marília (SP)	14	5	19
4	Presidente Prudente (SP)	11	8	19
5	Jaú (SP)	10	8	18
6	Araçatuba (SP)	7	7	14
7	Assis (SP)	8	3	11
8	Ourinhos (SP)	4	7	11
9	Tupã (SP)	4	7	11
10	Adamantina (SP)	3	7	10
11	Birigui (SP)	2	8	10
12	Lençóis Paulista (SP)	4	4	8
13	Avaré (SP)	3	5	8
14	Garça (SP)	4	3	7
15	Lins (SP)	3	4	7

Fonte: Reprodução Relatório Cinemateca (2020)

Ao buscarmos comparações com outras cidades de médio porte da região centro-oeste, como Botucatu, Marília e Presidente Prudente, o número de registros em atividades cinematográficas, de rádio e televisão em Bauru é o mais elevado. O município concentra 17,5% dos registros regionais, uma predominância 76% superior à representação do segundo colocado, Botucatu, com 9,9% (Tabela 6). A diferença pode conotar que há uma cadeia proeminente dos empreendimentos em audiovisual constituída em Bauru e que as condições locais têm possibilitado a formação de aglomerações no setor.

Tabela 5 – Setor audiovisual no estado excluindo a Região Metropolitana de São Paulo

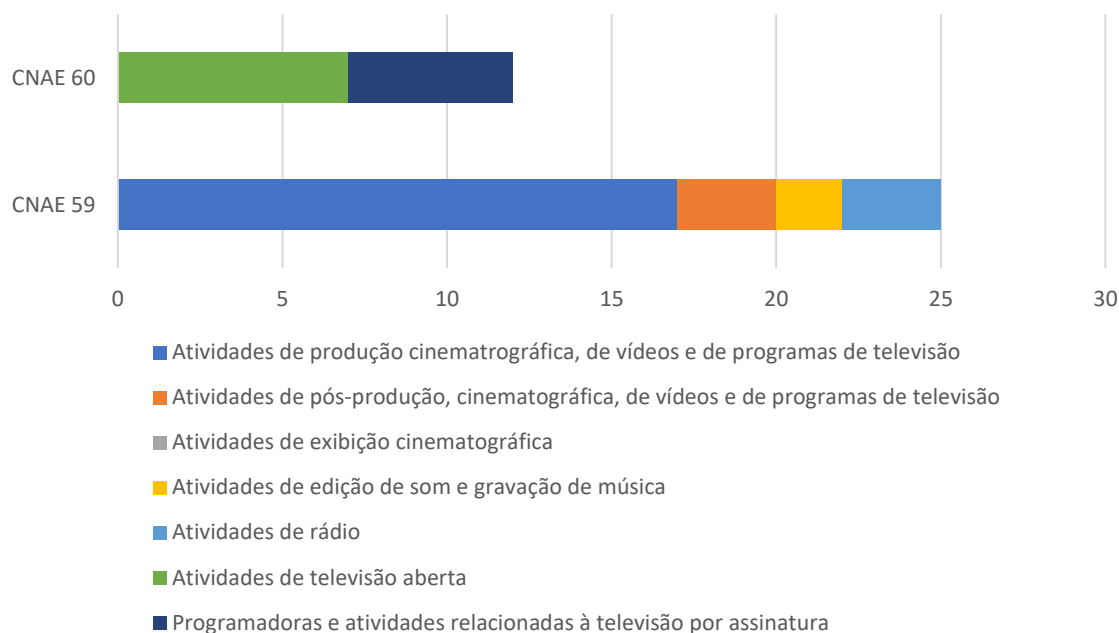
#	Município	59 Atividades cinematográficas	60 Atividades de rádio e de televisão	Total
1	Ribeirão Preto (SP)	68	22	90
2	São José do Rio Preto (SP)	30	13	43
3	Bauru (SP)	25	12	37
4	São Carlos (SP)	27	9	36
5	Franca (SP)	17	9	26
6	Araraquara (SP)	10	12	22
7	Botucatu (SP)	18	3	21
8	Limeira (SP)	9	12	21
9	Marília (SP)	14	5	19
10	Presidente Prudente (SP)	11	8	19
11	Jaú (SP)	10	8	18
12	Rio Claro (SP)	12	4	16
13	Bragança Paulista (SP)	10	5	15
14	Atibaia (SP)	11	3	14
15	São João da Boa Vista (SP)	7	7	14

Fonte: Reprodução Relatório Cinemateca (2020)

Ao avaliar a concentração das atividades cinematográficas, de rádio e televisão no interior e litoral paulista, Bauru se destaca como aglomerado produtivo. Na terceira colocação, o município compete com cidades maiores, como Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, e supera outras de mesmo porte, como Franca. Ao considerar somente os dez maiores polos, Bauru representa 11% dos registros.

A prestação de serviço para emissoras de televisão representa 84% da atividade econômica do audiovisual em Bauru e reforça a importância destas empresas para o desenvolvimento local no setor (Gráfico 6). Elas desempenham um papel central na disseminação de informações, entretenimento e cultura, e exercem influência nas comunidades. Nesse contexto, as empresas que prestam serviços para essas emissoras têm uma participação crucial no suporte e na expansão desse meio de comunicação.

Gráfico 4 – Atividades do audiovisual a partir dos registros CNAE em Bauru em 2018



Fonte: Adaptado de Relatório Cinemateca (2020)

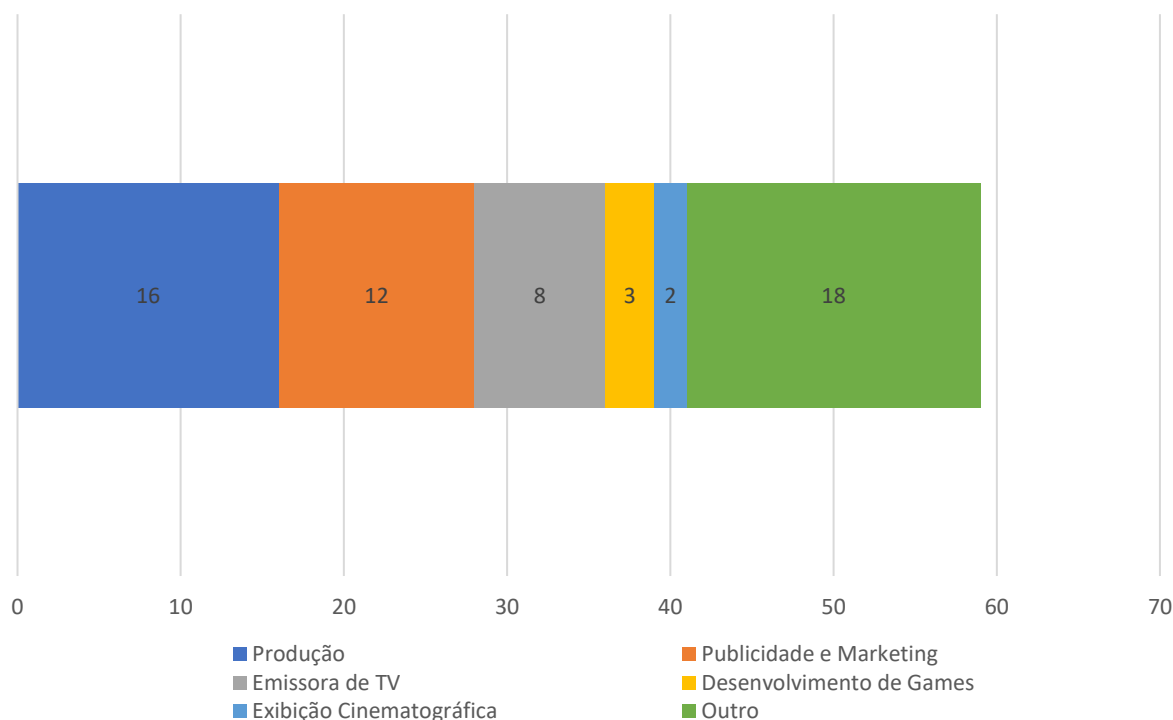
Os empreendimentos em audiovisual estão distribuídos nas áreas de atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (45%), atividades de televisão aberta (18%), programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura (13%), atividade de pós-produção, cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão (8%), atividades de rádio (8%) e atividades de edição de som e gravação de música.

As informações coletadas do IBGE foram complementadas com o banco de dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo⁵⁷. O objetivo, segundo os formuladores, foi identificar empresas em Bauru que possuem atividades relacionadas ao audiovisual (Gráfico 7). Há uma transversalidade da cadeia produtiva do audiovisual que o relatório procurou valorizar, pois esta não é uma área de atuação fechada, há um hibridismo de profissionais e empresas que conversam com outras cadeias agregadas. Produção cinematográfica, televisiva e produtoras de desenvolvimento de jogos eletrônicos foram consideradas. A inclusão dessa última foi justificada pela mudança do posicionamento da Agência Nacional do Cinema (Ancine), que passou a contemplar o setor em sua agenda regulatória (ZAMBON; CARVALHO, 2018)⁵⁸.

⁵⁷ O relatório da Cinemateca Digital Bauruense reconhece limitações, que se referem apenas às empresas com seu CNAE principal nas categorias mencionadas e, por isso, foram também buscadas informações junto ao banco de dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

⁵⁸ A agência tem justificado que, no estágio atual de produção, o mercado de jogos tem se utilizado de técnicas do setor do audiovisual e, por outro lado, produções audiovisuais também têm aportado elementos trazidos dos *games* (MARANHÃO JUNIOR, 2017).

Gráfico 5 – Empresas em Bauru com atividades cinematográficas, televisão e games



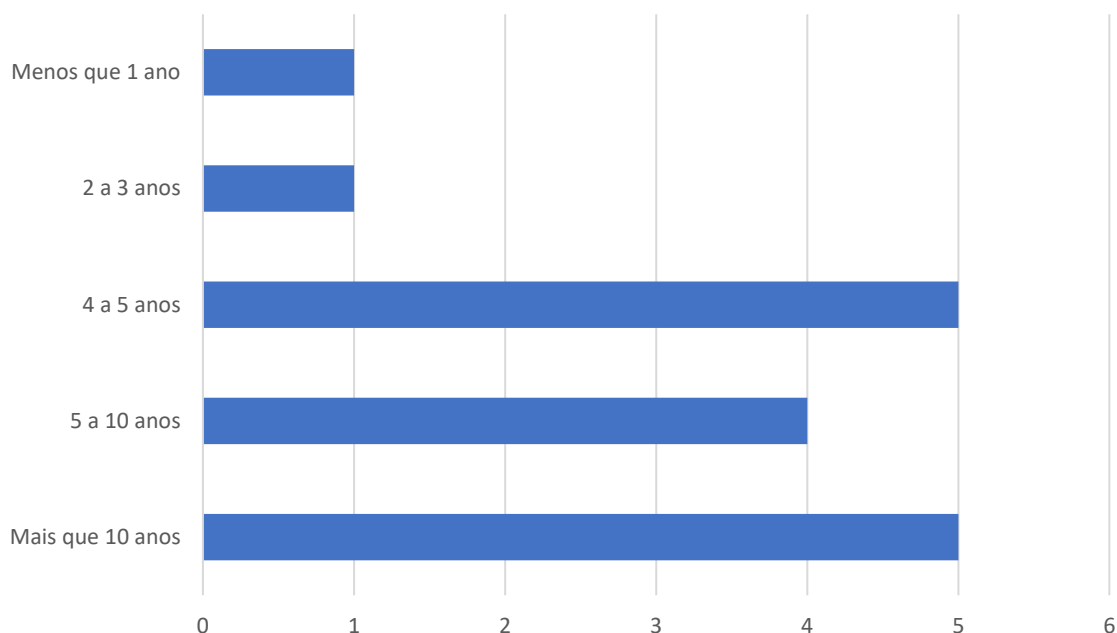
Fonte: Adaptado Relatório Cinemateca (2020)

Constam 59 empresas atuantes no setor de cinematografia, televisão e *games* em Bauru. Destas, dezesseis (16) estão classificadas como empresas de produção audiovisual, doze (12) são agências de publicidade e marketing, oito (8) são emissoras de televisão, três (3) são empresas de desenvolvimento de jogos digitais e duas (2) estão relacionadas à exibição cinematográfica. O relatório também identificou dezoito (18) empresas de atuação adjacente que possuem CNAE principal em: tecnologia da informação (TI), produção teatral, produção musical, mixagem sonora, equipamentos de áudio de vídeo, educação, edição de livros e revistas, apoio administrativo.

O setor mostra um longo ciclo de vida⁵⁹, que pode ser observado a partir da constatação de que, das dezesseis (16) produtoras identificadas, aproximadamente um terço está em atividade há mais de uma década, um quarto possui entre 5 e 10 anos de existência, e outro terço tem entre 4 e 5 anos de atividade.

⁵⁹ Com base nos dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo, o relatório captou informações sobre a duração das atividades dessas empresas, observando o ano de registro dos seus respectivos CNPJ. Os apontamentos registram que, ao observar especificamente as empresas cuja atividade principal é a produção cinematográfica, pode-se constatar a existência de um ecossistema estável de produtoras audiovisuais na cidade de Bauru.

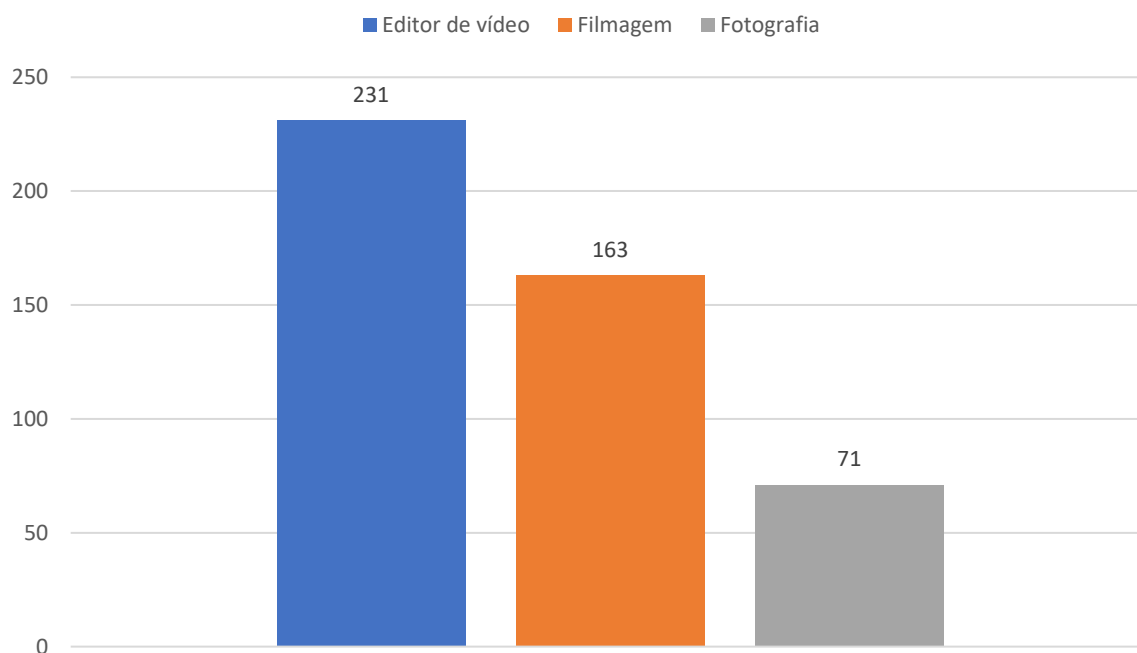
Gráfico 6 – Tempo de atividade das empresas com atividade principal de produção cinematográfica



Fonte: Adaptado Relatório Cinemateca (2020)

Bauru tem registrados 465 Microempreendedores Individuais (MEI) em atividades relacionadas ao setor audiovisual (Gráfico 9). Os empreendedores nas áreas de Edição de Vídeo, Filmagem e Fotografia representam um conjunto amplo de trabalhadores emergentes que atuam como contratados de serviços ou freelancers, um regime adotado com maior frequência no setor, aponta o documento. O relatório ressalta a fragilidade dos registros de MEI, pois eles não permitem precisar quantos destes empreendedores de fato atuam no setor quantos atuam tendo registros em outros municípios.

Gráfico 7 – Microempreendedores individuais com atividades relacionadas ao audiovisual



Fonte: Adaptado Relatório Cinemateca (2020)

O setor do audiovisual mostra aspectos positivos de renda. Uma evidência é que a massa salarial é mais competitiva nos setores criativos. A média salarial desses setores em Bauru é 5,6% mais elevada que a dos trabalhadores formais, R\$3.029,20 em comparação a R\$ 2860, em 2021 (FUNDAÇÃO SEADE, 2023d). As mudanças nas relações de trabalho, consumo e nos modelos de geração de riqueza, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2022), apontadas no Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, colocam os profissionais criativos em evidência nas indústrias, pois reúnem características de liderança e resolutividade, capazes de produzir retornos econômicos e superar limitações materiais.

Tabela 6 – Média salarial dos setores criativos em Bauru

Atividade	Média Salarial
Rádio e televisão	R\$ 4.371
Telecomunicações	R\$ 4.121
Serviços de tecnologia da informação	R\$ 4.089
Pesquisa e desenvolvimento científico	R\$ 3.784
Impressão e reprodução de gravações	R\$ 2.718

Edição e edição integrada à impressão	R\$ 2.646
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	R\$ 2.237
Atividades artísticas, criativas e de espetáculo	R\$ 2.223
Publicidade e pesquisa de mercado	R\$ 1.644
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música	R\$ 1.437
Atividades de prestação de serviços da informação	R\$ 1.022

Fonte: (FUNDAÇÃO SEADE, 2023d)

É evidente uma dispersão da média salarial entre os setores criativos na cidade de Bauru. Os profissionais de rádio e televisão, por exemplo, ganham 44,2% a mais; a atividade prestação de serviços da informação, 66,3% a menos. Somente 36% das atividades criativas da cidade possuem salários superiores aos R\$3.029,20. Em valores de 2023, enquanto algumas funções acumulam cerca de quatro salários-mínimos de remuneração, outras atividades se sustentam com menos de um. As duas últimas atividades referidas na tabela (Tabela 4), inclusive, estão entre as de pior desempenho comparadas a outras categorias profissionais (FUNDAÇÃO SEADE, 2023d).

O ambiente de negócios se mostra composto por variáveis que contribuem para a *clusterização* do audiovisual, seja por representar uma concentração de emissoras de televisão associada com outras empresas de produção cinematográfica e setores adjacentes, como publicidade e marketing, seja pela qualidade da mão de obra a partir de um ambiente formativo de ensino superior. Com destaque para a atuação independente identificada a partir dos microempreendedores individuais, entretanto, o ambiente ainda apresenta assimetrias, com oportunidades de ganhos, mas com grandes disparidades salariais.

4.2.3 A cena artística e cultural

As iniciativas culturais, como festivais e outros eventos, também conformam um ambiente para a economia criativa e a promoção da cultura; e sempre foram espaço de reconhecimento de novos talentos e de linguagem experimental. Estes territórios intensivos em cultura “potencializam núcleos de produção de conteúdo, redes de conexão, trocas de experiências, agentes organizados em cadeias criativas e produtivas capilarizadas e disseminadas” (XAVIER, 2016, pp. 63 e 64). Esses espaços de convívio possibilitam “modos

de reconhecimento e entendimento das potencialidades culturais, democráticas e econômicas de cada local ou região, evidenciando sempre as particularidades e singularidades de povos” (PANOSSO, 2013, p. 9). Dessa forma, esses são ambientes de promoção das esferas da economia criativa, entre elas as artes, as mídias, o patrimônio histórico material e imaterial e inovações técnicas e funcionais, segundo Xavier (2016), e que, segundo Panosso (2013), criam oportunidades de resgatar o cidadão, no contexto social, e o consumidor, economicamente.

Atividades dessa natureza reúnem profissionais criativos e potencializam a troca de informações e saberes. No festival, convivem pessoas de diferentes lugares, experiências e culturas. Esses eventos servem também de plataforma para promover a produção local, inclusive a audiovisual, e os principais deles que acontecem em Bauru serão demonstrados na sequência.

Figura 8 – Arte de divulgação da 4ª Edição do Festival Filma Bauru – festival de cinema do interior



Fonte: Página do Filma Bauru no Facebook⁶⁰

O maior festival do audiovisual de Bauru é o Filma Bauru – Festival de cinema do interior. O Filma Bauru é realizado pelo Plano Conjunto – Coletivo Audiovisual de Bauru. O projeto surgiu em 2012, quando foi contemplado pelo Prêmio Estímulo à Cultura de Bauru, com o nome de “Bauru em Cena”, idealizado por Abel Freitas e Alexandre B. Borges. “Pensando no circuito audiovisual desde a produção até a circulação, o projeto envolveu a

⁶⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=453481859788934&set=pb.100053813715643.-2207520000>>.

produção do curta-metragem ‘Pós-Fim’ e a realização de uma mostra competitiva para estimular o contato entre produtores e estudantes da cidade” (FILMA BAURU, 2023).

A primeira edição com o nome “Filma Bauru” estreou em 2014, no Sesc Bauru. O evento incluiu não apenas a exibição de um curta-metragem, mas também ofereceu oficinas, palestras e a exibição e premiação de curtas produzidos localmente. Segundo os organizadores, desde 2018, o interesse pelo festival tem crescido, expandindo sua programação graças ao envolvimento de mais realizadores da cidade. Na segunda edição do festival, que aconteceu no Teatro Municipal, foram exibidos os curtas-metragens financiados pelo Programa Estímulo à Cultura do município.

Foi a partir da terceira edição, realizada em 2019, que o Filma Bauru ampliou a cobertura do evento, passando a contemplar filmes produzidos no estado de São Paulo, exceto a capital. Com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Bauru, foi introduzida a primeira sessão de filmes em praça pública, consolidando um dos princípios fundamentais do festival: a descentralização do acesso à produção cinematográfica local (FILMA BAURU, 2023).

Em 2021, a quarta edição do festival consolidou ações de acessibilidade. Por meio do Programa de Ação Cultural (ProAC), da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, e com o apoio do Sesc Bauru, os filmes da mostra competitiva passaram a contar com legendas em Língua Brasileira de Sinais (Libras), proporcionando a inclusão de pessoas com deficiência auditiva. Todas as cerimônias do evento contaram com a presença de intérpretes, permitindo uma experiência inclusiva para a comunidade.

Na ocasião, foram 223 obras audiovisuais inscritas, de 64 cidades distintas do estado de São Paulo. A cidade de Bauru foi a que esteve mais representada, com 48 inscrições (21,5%), seguida pelas cidades de Campinas – dezenove produções (8,5%); São José dos Campos e Santos – com oito produções cada; e São Carlos – sete produções (3,1%). As categorias com o maior número de participantes foram ficção (noventa obras), documentário (54 obras), e animação (doze obras). Os organizadores planejam edições a cada dois anos do evento.

Desde o seu lançamento, o Filma Bauru tem desempenhado um papel no impulsionamento da produção audiovisual, tornando-se uma plataforma para talentos do estado de São Paulo expressarem sua criatividade. Ao oferecer espaço para os cineastas e artistas da região exibirem seus trabalhos, o projeto proporciona visibilidade e reconhecimento para o talento emergente do cinema do interior. Além das exposições, o Filma Bauru se dedica a incentivar a produção audiovisual, oferecendo recursos, orientação e oportunidades de *networking* para os participantes. O festival é uma plataforma de conexão e ampliação de

cinema, reconhecimento de talentos, troca de saberes, *locus* de encontro entre os *players* do mercado, mas é um fundamental espaço de oxigenação de diálogo sobre a contemporaneidade do audiovisual paulista.

Figura 9 – Chamada do 4º Festival Cria Bauru



Fonte: Reprodução site Cria Bauru⁶¹

O Cria Bauru é um festival de economia criativa que acontece anualmente na cidade. O festival trabalha para incentivar as indústrias criativas e, de maneira transversal, contribui para o audiovisual. O objetivo principal é "posicionar a cultura e a criatividade, como ativos intangíveis da economia criativa, na centralidade da estratégia e das políticas de desenvolvimento socioeconômico e de regeneração urbana da cidade" (CRIA BAURU, 2022). São promovidas palestras e oficinas que buscam refletir, contextualizar e valorizar os setores das indústrias criativas no município, entre os quais o artesanato, as artes visuais, as artes cênicas, a mídia impressa e audiovisual e o design, entre outros previstos no relatório da UNCTAD (2010).

O festival coincide com o Dia Mundial da Criatividade⁶², uma data estabelecida em 2017 pelas Nações Unidas com o objetivo de pautar a criatividade e a inovação no

⁶¹ Disponível em: <<https://www.criabauru.com.br/>>

⁶² O evento recebe apoio da World Creativity Day (WCD). Na mesma data, um conjunto de mais de uma centena de cidades espalhadas pelo mundo organiza atividades criativas gratuitas à população.

desenvolvimento sustentável das cidades. O primeiro evento foi organizado em 2020, sob a marca Cria Sem Limites, uma referência à alcunha da cidade, Bauru: cidade sem limites. A primeira edição aconteceu de forma remota devido às restrições sanitárias impostas pela pandemia de COVID-19. O evento teve apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDECON), da Prefeitura de Bauru e da iniciativa privada.

A marca Cria Bauru foi estabelecida para a segunda edição do festival e assim permanece. Na ocasião, foi ampliado o leque de parceiros, como a Unesp – campus Bauru e outras organizações internas da universidade, tais como a Empresa Júnior de Relações Públicas, a Empresa Júnior de Jornalismo, o Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Lecotec) e o Núcleo Bauru, “organização sem fins lucrativos que tem por objetivo representar e disseminar a vivência empresarial para todo o oeste paulista” (NÚCLEO BAURU, n.d). O evento segue em atividade e celebrou recentemente sua 4ª edição.

A idealização do projeto Cria Bauru tem reconhecido talentos criativos de Bauru. O evento proporciona visibilidade a profissionais, pesquisadores e apoiadores das indústrias criativas e possibilita a ocupação de espaços públicos, o que acaba por fortalecer o festival como uma ação pública de revitalização desses locais. As vivências geram aprendizados culturais e cooperação produtiva entre os participantes, intensificando as relações e a formação de redes.

Figura 10 – Logo do evento Semana do Hip Hop de Bauru de 2023



*Fonte: Reprodução site Semana hip hop Bauru*⁶³

⁶³ Disponível em: <<https://semanahiphopbauru.com.br/edicoes/>>

Há ainda outros festivais com vocação artística e cultural, como a semana do Hip Hop de Bauru, que envolve atividades também do setor do audiovisual, entre as quais a produção de materiais de divulgação e a transmissão do evento. A Semana do Hip Hop Bauru é realizada pela Prefeitura Municipal de Bauru, Secretaria Municipal de Cultura, com a organização não-governamental Acesso Popular. A primeira edição aconteceu em 2011 e, a partir de 2013, foi oficializada por meio de uma lei municipal.

A cidade ainda comporta outros eventos que ocorrem de maneira episódica e não institucionalizada, e que também contribuem para o cenário das atividades de economia criativa e mantêm relações com o setor do audiovisual. O estímulo à produção cultural, que atrai novos investidores e parceiros e possibilita a formação de redes de intercâmbio de saberes entre a comunidade de produtores, por exemplo, promove a identidade cultural da cidade para além do território geográfico, pois traz à pauta sua diversidade e riqueza dos talentos disponíveis localmente.

4.2.4 Educação na consolidação de APLs

A formação educacional é uma relevante dimensão de Bauru, composta por universidades e faculdades que preparam profissionais para os setores criativos. A aproximação das estruturas de formação de mão de obra qualificada com a constituição de arranjos produtivos locais é fundamental para sua sustentabilidade (BRASIL, 2017; CASSIOLATO; LASTRES, 2001; ESTADO DE SÃO PAULO, [s.d.]; SEBRAE, 2017).

O desempenho dos complexos universitários no desenvolvimento de aglomerados produtivos ganhou maior pertinência a partir da teoria da tríplice hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (1995). A combinação produtiva do setor empresarial, somada ao papel formativo das universidades e ao apoio estratégico do setor público, compunha o desenho ideal de desenvolvimento local, uma vez que a cadeia produtiva se beneficiaria das melhores práticas competitivas de mercado, segundo os autores.

A literatura de *clusters*, de Michael Porter (1998c), foi a primeira a considerar expressamente o fator “universidades” para descrever o aproveitamento do potencial de formação dos talentos locais e da capacidade inovativa desses espaços. A REDESIST, mencionada anteriormente, por exemplo, compartilha deste entendimento e destaca a importância das organizações de ensino superior para o conceito de Arranjos Produtivos Locais, destacando-os pela importância estratégica de formação e capacitação de recursos humanos em determinado território (LASTRES; CASSIOLATO, 2000).

Na cidade, dentre as Instituições de Ensino Superior (IES), a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e as Faculdades Integradas de Bauru (FIB) ocupam uma função estratégica para a formação de profissionais para o setor audiovisual, conforme observado no documento produzido pela Cinemateca Digital Bauruense e pela liderança do Plano Conjunto.

Na Unesp, a Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), oferece cursos na área, tais como Artes Visuais, Design, Jornalismo e, entre eles, Comunicação: Rádio, TV e Internet. Bauru é o único campus universitário que abriga cursos de comunicação em toda a Unesp. Junto com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), são as únicas instituições de ensino superior público que ofertam alguma formação em comunicação no interior do estado de São Paulo. A FIB oferta o curso de Produção Audiovisual, mas também Publicidade e Propaganda, além de Design.

No âmbito da pós-graduação da Unesp, há o Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT). O primeiro se debruça sobre as linhas de pesquisa “processos midiáticos e práticas socioculturais”⁶⁴, “produção de sentido na comunicação midiática”⁶⁵ e “gestão e políticas da informação e da comunicação midiática”⁶⁶. O segundo trabalha com “gestão midiática e tecnológica”⁶⁷ e “tecnologias midiáticas”⁶⁸. Na Unesp, estão concentrados os cursos de graduação e os programas de pós-graduação em comunicação, a rádio da universidade, a Rádio Unesp, e a televisão institucional, a TV Unesp.

Há, ainda, cursos de setores que compõem a economia criativa, por exemplo, Artes, Design, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, e Jogos Digitais, do Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO); e Sistema de Informação, na Unesp.

⁶⁴ Analisa as dimensões socioculturais dos processos de produção, veiculação e recepção da comunicação midiática, a partir de pesquisas teórico-epistemológicas e de pesquisas empíricas (FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN, 2019).

⁶⁵ Investiga a produção de sentidos nas produções presentes na mídia, considerando as contribuições das ciências da comunicação e da linguagem para a análise dos processos de produção, circulação e percepção de narrativas verbais e não-verbais, nos meios impressos, eletrônicos e digitais, caracterizando-os em termos conteudísticos e formais no contexto da cultura midiaticizada (FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN, 2019).

⁶⁶ Investiga o fluxo da comunicação e da informação, abordando a geração, veiculação e gestão do conhecimento midiático e da comunicação organizacional, os processos de inovação tecnológica na produção e transmissão de mensagens e os meios tradicionais e tecnologias emergentes; analisa a formulação e o fluxo de políticas públicas e privadas de informação e comunicação (FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN, 2019).

⁶⁷ Investiga gestão de ambientes midiáticos e tecnológicos, englobando planejamento, programação e estética na produção de conceitos, métodos, técnicas, produtos e modelos, aplicáveis às convergências e interfaces, onde são contemplados os recursos humanos, tecnológicos e informacionais, que agregam valor ao produto midiático e tecnológico (FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN, 2022).

⁶⁸ Estuda, projeta, desenvolve e valida as tecnologias criativas direcionadas aos processos e produtos tecnológicos e midiáticos (FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN, 2022).

Existe uma relação simbiótica entre APL's e universidades, na qual as IES desempenham papel de formação da mão de obra qualificada exigida pelo setor industrial, segundo Campbell-Kelly *et al.* (2010), e de desenvolvimento da leitura crítica da realidade, do incentivo à mudança e à mobilização das comunidades onde estão inseridas. Essa interação entre as duas esferas resulta em benefícios mútuos, onde as universidades se tornam responsáveis por fornecer conhecimento e habilidades especializadas, atendendo às demandas específicas da indústria, ao passo que a indústria se beneficia do acesso a profissionais capacitados que podem impulsionar a inovação e o crescimento econômico. O alinhamento comum entre diferentes agentes locais, empenhados na busca por soluções inovadoras, aprimora a construção intersetorial de saberes (HAUGE; PINHEIRO; ZYZAK, 2016; WANG *et al.*, 2022).

A presença dessas instituições atrai pessoas de diferentes origens e culturas, capazes de tornar o território polo de atração cultural e intelectual. Estudantes, professores, pesquisadores de partes distintas do país se encontram em um mesmo espaço em busca de trabalho, ensino e pesquisa. Essa diversidade promove um ambiente estimulante, que fomenta a troca de ideias, perspectivas e valores, e contribui para a construção de uma comunidade mais conectada e plural.

4.2.5 A governança nasce de “um plano de estar sempre juntos”

A definição de aglomerados produtivos perscrutadas nas primeiras etapas desta pesquisa revelam a necessidade de uma governança local. Dos estudos *marshallianos* sobre distritos industriais ao conceito de Arranjos Produtivos Locais são permanentes as menções sobre a presença de alguma entidade representante dos interesses comuns à cadeia produtiva do território. A governança é aquela responsável pela coordenação das interações entre os diversos atores de um arranjo, determinando sua forma de organização e o conjunto de regras que guiarão as atividades, segundo Antero *et al.* (2016). Sua representação pode se dar na forma de um indivíduo (PRATT, 2021), por parte de instituições da iniciativa privada ou por órgãos governamentais (ANTERO *et al.*, 2016). Não há um guia de regras para a formação de uma governança, podendo até mesmo ser formada por um conjunto simultâneo de atores, uma governança colaborativa, segundo Arfaoui *et al.* (2022).

O reconhecimento do APL em Bauru foi liderado por produtores audiovisuais organizados no coletivo Plano Conjunto, que teve início em 2019. A experiência organizativa do grupo e suas ações administrativas e políticas são considerados por alguns de seus membros

como pontos focais, ou seja, ações estratégicas que levaram à institucionalização do APL. Conforme as condições delineadas pelo Governo do Estado de São Paulo e que preveem a representação de alguma entidade sob a cadeia produtiva e a evidência de relações de cooperação, trocas e aprendizado constantes com os atores locais (ESTADO DE SÃO PAULO, [s.d.]).

O primeiro aspecto focal destacado pelo grupo é a presença das instituições de ensino superior, entre elas, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e as Faculdades Integradas de Bauru (FIB). A vivência nesses espaços contribuiu para a aproximação dos membros do Plano Conjunto, além de constituírem-se como ambientes propícios para o desenvolvimento das competências para o setor audiovisual.

Um exemplo dessa vivência foi a participação de alguns integrantes do Plano Conjunto em disciplinas oferecidas no PPGMiT, apontada como ponto de partida para a elaboração de uma proposta de reconhecimento da cadeia produtiva local do audiovisual. Aquele ambiente tornou-se um espaço de reflexão sobre temas como as indústrias criativas, a economia criativa, valorizando-se a importância de ocupar os editais públicos de fomento como uma forma de potencializar as atividades artísticas e culturais, entre as quais o audiovisual, segundo o relato.

Em 2012, a Unesp conquista a concessão de uma emissora de televisão universitária, a TV Unesp. Por ocasião da implantação, um núcleo de profissionais se constitui e essa aglutinação é considerada o segundo ponto focal pelos membros, uma vez que integrantes do próprio coletivo participaram da estruturação da emissora. A experiência converge com a reflexão dos autores Stern e Seifert (2010) sobre a capacidade que pequenas aglomerações de arte e cultura, como uma televisão, têm de revitalizar o espaço urbano e convergir produtores e consumidores ao desenvolvimento local, seja pela oferta do produto ou pelo seu consumo.

O terceiro ponto focal é a organização da 2ª edição do Festival Filma Bauru, em 2018. É por ocasião do planejamento do evento que o grupo, incluindo profissionais da TV Unesp e de outros setores do audiovisual, se consolida como o coletivo Plano Conjunto. Um episódio que marca essa passagem é uma reunião do grupo no Fran's Café da Avenida Getúlio Vargas, tradicional avenida de bares e restaurantes da cidade. A construção do Plano Conjunto nasceu do interesse em juntar pessoas, confirma a equipe.

A iniciativa de sistematizar as informações sobre a cadeia produtiva do audiovisual na cidade de Bauru para serem enviadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico para o cadastro como um Arranjo Produtivo Local foi maturada um período depois da formação do grupo, por duas razões. A primeira delas é a participação de outros integrantes do Plano

Conjunto em redes para o desenvolvimento e cadastramento de outros APLs no estado, conhecimento que foi compartilhado com o restante do grupo. Em segundo, quando parte da equipe esteve envolvida com disciplinas do PPGMiT, que aprimorou o conhecimento sobre indústrias criativas, economias criativas, aglomerações produtivas e oportunidades de fomento em políticas públicas.

As primeiras articulações da equipe foram feitas de forma bem embrionária, em conversas que eram dialogadas pelo aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp. Um aspecto importante revelado pelo grupo é sobre o trabalho no setor do audiovisual. É comum que as articulações e oportunidades surjam de contatos preexistentes, e foi a partir da aproximação entre os membros do coletivo que cada vez mais conexões foram sendo realizadas e novos vínculos foram sendo criados a partir desses processos de trabalho, muito embora o Plano Conjunto afirme que não há liderança institucionalizada: que os temas referentes à organização e novas oportunidades são horizontalizados e que todo o trabalho é voluntário. Nesse caso, para diferentes iniciativas, uma espécie de liderança de projeto é designada. Desde que se articulou, o grupo ressalta que havia perspectiva de realizar atividades que não ficassem restritas à cidade de Bauru.

Na fase pré-APL, foi destacada a importância de um único parceiro estratégico, o SESC Bauru. Os primeiros vínculos foram individualizados com alguns dos integrantes do coletivo. “Meu Primeiro Curta” foi um treinamento realizado no SESC que contou com um conjunto de oficinas para a produção de curtas-metragens para qualquer público interessado na cidade. O objetivo era desenvolver habilidades para a produção de um curta-metragem em indivíduos com pouco ou nenhum conhecimento em audiovisual. Após as primeiras parcerias, o SESC institucionalizou os encontros do coletivo Plano Conjunto, que passaram a ser realizados periodicamente nas dependências do centro. A ação foi resultado do reconhecimento do potencial do grupo no desenvolvimento de ações em prol do setor do audiovisual da cidade. A medida aproximou um número maior de pessoas do coletivo, uma vez que a comunicação sobre os encontros passou a ser realizada de forma institucional pelo SESC.

Os primeiros ganhos se refletiram na forma como o grupo se tornou cada vez mais conhecido pela cidade enquanto uma referência para discussão e mesmo representação do setor do audiovisual. Foi o momento em que a organização se desvencilha de aspectos de informalidade e passa a contar com espaço físico próprio, elevando o nível do coletivo. Segundo a liderança, a união do grupo estava baseada em um mesmo ideal, partindo de um entendimento comum sobre o audiovisual como uma poderosa ferramenta de transformação e, além disso,

percebiam um grande potencial na cidade de Bauru, o que reforçava ainda mais o empenho no projeto conjunto.

O apoio institucional da Prefeitura não foi amplamente mencionado. São destacadas carências dos órgãos públicos no setor cultural, como a falta de informações sobre programas municipais – dados de cobertura e impacto dessas ações, por exemplo. Compete também o desafio de atrair ações de políticas públicas para a cultura, uma vez que, nos últimos anos, tem se disseminado um pensamento de que o setor é menos prioritário.

O processo de mobilização do Plano Conjunto revela a importância de algumas das instituições instaladas na cidade e de seus eventos. O papel das universidades está no centro das discussões sobre APLs (CASSIOLATO; LASTRES, 2001). Ganhos em pesquisa e desenvolvimento já foram relatados a partir da colaboração entre a governança do APL com IES (CAMPOS et al., 2010; FIGAL GARONE et al., 2015). As participações da Unesp e da FIB são destacadas na formação e desenvolvimento das habilidades técnicas e teóricas sobre a produção audiovisual, sobretudo as indústrias criativas, economia criativa e política pública. A instalação da TV Unesp na cidade oportunizou novas vagas de trabalho para os profissionais do audiovisual, revitalizando em alguma medida seu setor produtivo (STERN; SEIFERT, 2010). Para o Plano Conjunto, foi também espaço de formação das primeiras redes de contato entre o grupo. Os festivais de cultura em Bauru, notadamente o Filma Bauru, são destaques para a cadeia produtiva do audiovisual. O estímulo às atividades criativas e a presença desses profissionais em um território contribuem para o crescimento e bem-estar social e econômico (BOROWIECKI; DAHL, 2021). O evento é um irradiador de produções cinematográficas locais para o restante do estado, aproximando produtores de diversas regiões e a comunidade. A segunda edição do Filma Bauru formalizou as primeiras iniciativas coletivas do grupo Plano Conjunto, como seu organizador.

O espaço de governança local da cadeia produtiva do audiovisual na cidade de Bauru não foi delegado ao Plano Conjunto, mas assumido. O coletivo é a primeira iniciativa conhecida do município com o objetivo de reunir os produtores da cidade em volta de uma representação comum. Pelo próprio conceito de APL, quanto maior o grau de colaboração entre empresas, mais escalados são os ganhos (CAMPOS et al., 2010; OLIVEIRA; FRANÇA; RANGEL, 2018; THOMAZ et al., 2011). O Plano Conjunto, portanto, desde que se propôs a revitalizar o Festival Filma Bauru, ocupa um espaço de liderança ao designar um plano estratégico de desenvolvimento comum que, se ausentado, pode representar falta de estímulo de inovação (DIAS; PORTO, 2011). Autores como Harvey, Hawkins e Thomas (2012) avaliam que

indivíduos ou pequenos grupos são capazes de liderar o desenvolvimento de redes de relacionamento entre agentes locais, uma vez que em cidades menores suas ações tornam-se particularmente mais visíveis e, portanto, mais significativo o peso daquilo que oferecem.

Em síntese, muitos aspectos contribuíram para o perfil sociocultural e econômico do município de Bauru no transcorrer das últimas 6 décadas, que vão desde a oportunização de empresas e serviços de atividades audiovisuais dialogando com outras cadeias da economia da cultura até o fator decisivo do forte adensamento educacional e sua ênfase em carreiras e negócios para o setor interno. A natureza estratégica da cidade e o entorno político e administrativo também são relações causais que ajudam a compreender os elementos precursores deste contexto, que só se instrumentaliza a partir de uma liderança social e política, exercida pelo coletivo Plano Conjunto.

CAPÍTULO 5 | ENFIM, BAURU CONQUISTA O APL DO AUDIOVISUAL

O arranjo produtivo local do audiovisual de Bauru é reconhecido pelo Governo do Estado de São Paulo em 2021⁶⁹. A proposta da cadeia produtiva local foi submetida ao 2º Chamamento Público para o Processo de Reconhecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de São Paulo⁷⁰. O edital faz parte do conjunto de iniciativas do Programa de Fomento de Arranjos Produtivos Locais Paulista, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, instituído pelo Decreto nº 54.654 de 07 de agosto de 2009⁷¹.

Partiremos da proposta encaminhada pelo Plano Conjunto à SDE e examinaremos o papel dos agentes públicos, privados e institucionais no processo de implantação. Discutiremos as mudanças que ocorreram após o reconhecimento, como impactos de categoria econômica, de intensidade de rede, dos eventos artísticos e de melhorias na governança.

A formalização de um APL ocorre por meio do encaminhamento de uma proposta de reconhecimento que é submetida via formulário online⁷². A proposta deve compor a estrutura dos arranjos, nos seguintes aspectos: 1) Caracterização geral do APL; 2) Caracterização produtiva; 3) Estrutura governativa; 4) Ações cooperadas; e 5) Desafios enfrentados pelo APL. Foram acompanhados documentos comprobatórios de sua caracterização como Aglomeração ou Arranjo Produtivo Local, de acordo com a definição paulista de APL⁷³.

⁶⁹ Em 26 de março de 2021 foi comunicado o aceite da proposta de Bauru como um Arranjo Produtivo Local do Audiovisual.

⁷⁰ https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/edital_apl_reconhecimento_2020-cdrfinal-1.pdf

⁷¹ Tem como objetivo o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades regionais do estado por meio da descentralização do desenvolvimento produtivo, das cadeias paulistas, e do aumento do empreendedorismo e da competitividade das micro, pequenas e médias empresas – baseados em interação e cooperação (ESTADO DE SÃO PAULO, [s.d.]).

⁷² Devido ao período, o formulário encontra-se atualmente bloqueado, não sendo possível sequer a visualização dos requisitos solicitados por cada APL a partir desta plataforma. A época, um documento de apoio ao preenchimento da plataforma foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo e pode ser encontrado ainda disponível no endereço on-line: <http://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-operativo-processo-de-reconhecimento-de-apls-1.pdf>.

⁷³ Retomamos aqui, conforme mencionado anteriormente, a definição de APL do Governo do Estado de São Paulo: “Um conjunto de agentes de natureza diversa, que participam nas tarefas principais de uma aglomeração produtiva, o que inclui empresas produtoras (de um produto/serviço de um setor específico) e fornecedoras, centros de pesquisa, agentes do governo, instituições do terceiro setor, universidades, entre alguns exemplos), que tenham uma governança e evidenciam relações de cooperação trocas e aprendizado constantes em um determinado território. Esses fenômenos ocorrem em um recorte do espaço geográfico constituído pelo agrupamento de agentes de interesses que consolidam uma identidade coletiva e demonstram a capacidade de promover o desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no arranjo e seu entorno” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). O edital ainda se debruça sobre o conceito de “território”, entendido como “um espaço geográfico, preferencialmente constituído de regiões contíguas, onde as atividades do APLs estão concentradas”. A compreensão feita pelo documento é de que, embora os arranjos possam se referir a uma área delimitada, o conceito estipulado possibilita “investigar áreas não exclusivamente políticas (ou seja, pode ir além de divisões político-geográficas, tais como municípios, micro, meso ou macrorregiões, regiões administrativas etc.), desde que exista uma estrutura única de governança para cooperação e desenvolvimento”.

A entidade gestora deve se manter como responsável pelo arranjo pelo prazo de um ano e divulgar as informações para subsidiar o Observatório de APLS Paulista, uma espécie de repositório do governo. Editais para o reconhecimento de APLs ocorrem com frequência anual, direcionados para as cadeias produtivas. O edital que contemplou o APL do audiovisual de Bauru trouxe como etapas formais: conferência da documentação enviada pelos proponentes e análise do enquadramento do conceito de arranjos produtivos locais, pela área técnica. Os dados que compuseram a certificação do APL do audiovisual não foram tornados públicos pelo Governo do Estado de São Paulo, e as informações aqui contidas foram autorizadas pelo coletivo Plano Conjunto.

A primeira etapa do formulário de reconhecimento reuniu informações gerais acerca de cada proponente e buscou aspectos de seu setor produtivo, como municípios envolvidos e um breve histórico. O documento relata a produção audiovisual e outros serviços e produtos que se relacionam com a realização de filmes ficcionais, documentais, de animação e experimentais, programas de TV, vídeos comerciais e festivais de cinema. Foi considerado que o tipo de produção com relação à sua infraestrutura produtiva é de base tecnológica, uma vez que seus produtos são disseminados em plataformas digitais, e que os equipamentos necessários para a produção e pós-produção são baseados em microfones, câmeras e filmadoras, equipamentos de som, equipamentos de luz, computadores e aparelhos celulares, por exemplo.

A qualificação profissional para realização das atividades fins do APL foi considerada alta. A presença das universidades, que absorve a demanda do mercado, dá conta de resolver dois desafios enfrentados pelas cadeias de produção: a oportunidade de formação superior e o adensamento da massa crítica, que articula grupos da sociedade civil organizada para melhorias em seu entorno. Esses aspectos confirmam a teoria de Etzkowitz e Leydesdorff (1995) ao ponderar que a presença no território de instituições de ensino superior qualifica o ambiente, seja porque disponibiliza educação de alto nível à comunidade e traz consigo o investimento e desenvolvimento em pesquisas, que reúne profissionais altamente qualificados e torna-se espaço de troca cultural entre indivíduos. Confirma-se também um dos pontos focais assegurados pelo Plano Conjunto.

Foi apontado que os produtos e serviços gerados pelo APL são comercializados em nível nacional. Os parceiros comerciais constituem-se de festivais e eventos de cultura, plataformas de *streaming* e emissoras de televisão. Também são avaliadas as ações de estímulo à inovação. Nesse quesito, a governança sinalizou para o desenvolvimento de produtos de cultura, como obras únicas que podem ser consideradas inovadoras, uma vez que grande parte de suas etapas

são resultado de trabalho intelectual. Autores como Xavier (2016), Panosso (2013) e Lima (2017) concordam com o argumento utilizado pelo Plano Conjunto sobre produtos de cultura serem inovadores, uma vez que, segundo eles, a criatividade é condição *sine qua non* da geração de valor simbólica tangível e intangível própria dos produtos de cultura. A individualidade de cada produção, portanto, é sempre carregada do fator “novidade”, elemento primordial da inovação (KUNG, 2008; MORLANDSTØ, 2019).

Muito embora o formulário traga indagações como a comercialização em nível nacional, parcerias e inovação como respostas sumárias, cabe observar que aqui se insere, talvez, a “coluna vertebral” da cadeia produtiva. Ao observarmos a prospecção do mercado do audiovisual local para além dos limites regionais ou estaduais é latente a conclusão de que os negócios e as oportunidades alavancadas por uma comercialização em âmbito nacional de um mercado que tem a vivacidade continental do Brasil possibilita compreender a relevância desse elemento produtivo entre os critérios do chamamento.

Por seu turno, em relação a parceiros estratégicos, como já comentado anteriormente, seja nas atividades promovidas pela própria governança, como o Filma Bauru, seja na cooperação em outros eventos de audiovisual e cultura, além dos produtos já gerados localmente por empresas de TV, destacamos a produção para plataformas de streaming. Esse mercado em ascensão e fortemente capilarizado por plataformas como YouTube e Netflix também nos permite inferir a capacidade de adaptação dos produtores locais para esse nicho, ao mesmo tempo em que demonstra uma dinâmica produtiva sintonizada com linguagens e protocolos contemporâneos do setor. Não poderíamos depreender de outra forma a indicação de estímulo à inovação, talvez pela própria dinâmica de como se estrutura o coletivo Plano Conjunto; e as experiências como a da Cinemateca Digital Bauruense podem evidenciar estratégias inovadoras, ao menos no âmbito local, para a disseminação de produtos audiovisuais.

Também foi apresentado um planejamento estratégico, relevante pois se sobressaem as atividades que fortalecerão o APL, como as ações de cooperação com outras entidades e já observadas em produções que envolvem distintas organizações, com as quais atuam em setores complementares, como elaboração do roteiro, a gravação, a edição e a divulgação, por exemplo. A composição multifacetada dos trabalhos em audiovisual pode ser gerenciada por empresas especializadas distintas, fato bastante observado por conta do registro de MEI’s.

As aproximações externas com instituições acadêmicas, institutos de pesquisa, escolas técnicas, órgãos governamentais e autarquias são destaque positivo. Em maior grau de

proximidade, o relacionamento com a Unesp, a FIB e o SESC. Parcerias com a Universidade de São Paulo (USP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Grupo Ato, Iicine e Fundação para o Desenvolvimento de Bauru (Fundeb), estão no âmbito dos projetos Filma Bauru e Cinemateca Digital Bauruense. A interação de um arranjo produtivo com o ambiente influencia no grau de enraizamento no território, que estimula a criação de ativos intangíveis e circulação informal de conhecimento, levando ao seu crescimento e desenvolvimento, segundo De Mendonça *et al.* (2012). Para tanto, a diversidade de parcerias em uma economia de aglomeração é um bem desejável que enseja o desenvolvimento da cadeia produtiva principal (TAO et al., 2019).

Uma das evidências que a proposta usa para demonstrar um estágio de maturidade do aglomerado é a captação de recursos na ordem dos R\$ 200.000,00 para a realização do 4º Festival do Filma Bauru (2020) e da Cinemateca Digital Bauruense (2019), oriundos do Programa de Ação Cultural (ProAC). Portanto, o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais acontece para além do Programa de Fomento de APL do estado, mas interoperado por um conjunto de outras políticas públicas. Quando estimulada, uma cadeia produtiva produzirá demandas que poderão ser respondidas com a aglomeração de novos atores, aprimorando o desenvolvimento de APL (QUANDT, 2012). O acesso a programas públicos de fomento dinamiza as oportunidades de crédito e podem representar, inclusive, sobrelevar as estratégias de sustentabilidade de determinada cadeia produtiva.

Há peculiaridades do setor audiovisual que impactam também aglomerados locais, como as dificuldades encontradas para o custo de registro da obra, a legendagem e ou dublagem e finalização em padrões tecnológicos específicos, o que comumente inviabiliza produções com baixo orçamento, como aquelas que podem acontecer em uma cidade como Bauru. Esses aspectos são abordados na proposta como possíveis obstáculos para implementação de novos projetos.

5.1 Perspectivas para o arranjo produtivo

Após a obtenção de APL em desenvolvimento, o arranjo produtivo do audiovisual pode buscar outros degraus para aprimoramento de seu ambiente de negócios. Conforme o documento de maturidade do governo do estado, os níveis subsequentes são “consolidado” e, na categoria mais elevada, “maduro”. O APL do audiovisual de Bauru tem buscado essa maturidade nos aspectos de visibilidade, governança e estímulos financeiros. Arranjos produtivos são uma estratégia econômica capaz de alavancar o desenvolvimento local, sendo

obrigatoriamente constituídos por um conjunto de empresas de um único setor produtivo, que se estabelecem em proximidade geográfica, são representadas por uma governança local e cooperam com outros agentes no território, tais como universidades, associações comerciais e poder público, conforme a própria definição (BRASIL, 2017; GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009; LASTRES; CASSIOLATO, 2000).

Inicialmente, o APL do audiovisual conquistou a classificação de “em desenvolvimento”. Esta classificação de maturidade faz parte do Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais Paulista, conforme vimos no item 3.3.4 desta dissertação. Fortalecer as relações entre as empresas do arranjo junto a outras organizações, como universidades e governos, bem como superar as dificuldades para ampliar o comércio exterior, promoção à inovação tecnológica e novas parcerias, são requisitos para alcançar o nível seguinte de maturidade, portanto, de APL consolidado.

Esta notoriedade está em curso, a começar pelo aspecto econômico. O APL do audiovisual captou, em editais públicos de fomento, o equivalente a R\$ 929.000,00 nos últimos dois anos e, no mesmo período, o Programa Municipal de Estímulo à Cultura de Bauru repassou R\$ 675.000,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2021, 2022). Essa dimensão da captação e geração de recursos de um APL tem importante destaque para comprovação de sua eficiência, pois o desenvolvimento econômico é intrínseco ao desenho conceitual dos Arranjos Produtivos Locais (MANFRÉ; NARDEZ, 2019). Com oportunidades de recursos, vêm se criando as características de maturidade, conforme mencionado na política pública, que possam ir ao encontro da superação de barreiras diante das dificuldades de comércio exterior.

Em editais de fomento exclusivos para APLs, conforme destacamos no item 3.3.3, a entidade gestora de Bauru também tem empreendido esforços. No último Edital de Chamamento Público para Fomento aos Arranjos Produtivos Locais e Polos de Desenvolvimento, realizado pela SDE em 2022, a cadeia produtiva do audiovisual teve projeto aprovado e contará com aporte financeiro do governo. Ao todo, o programa liberou cerca de R\$ 4 milhões em verbas para concorrência entre os arranjos reconhecidos.

Aproximar-se de outras organizações de apoio é também uma condição indispensável para que o APL do audiovisual ganhe escala de maturidade. É desconhecida a dificuldade que a governança possui para atrair novas parcerias; entretanto, as recentes aproximações têm sobrelevado a chegada de *players* de distintos setores, movimento que promove a capilaridade da rede de contatos e da troca de informações. Desde que o APL foi reconhecido, algumas iniciativas têm apontado em direção às características de um arranjo produtivo consolidado.

A governança do APL foi expandida, conforme o entendimento de governança múltipla (ARFAOUI *et al.*, 2022). O Centro de Inovação e Tecnologia de Bauru (CITeB) se aproximou do Plano Conjunto para o intercâmbio de saberes e, além disso, intensificou-se o diálogo com agentes de comum interesse, como o SEBRAE e a Secretaria de Desenvolvimento de Bauru, que estimulou a aproximação. A Fundação para o Desenvolvimento de Bauru (FunDeB)⁷⁴ institucionalizou o apoio ao APL do audiovisual para a realização dos eventos e festivais promovidos pelo grupo, bem como tem sido sede de alguns encontros do arranjo para o estreitamento das relações, e por isso foi incorporada à governança. Em que pesem as novas parcerias, a gestão das dificuldades de novos parceiros pode se revelar um entrave para o avanço a um estágio mais elevado da maturidade do APL.

Nos diálogos com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE, foram iniciadas ações de cooperação, entre elas, a realização de consultoria alçou a organização como a principal parceira da governança do APL. Foi elaborada uma estratégia de desenvolvimento junto ao coletivo que se baseia em troca de saberes e boas práticas de gestão que possam ampliar as técnicas e habilidades do grupo e promover o empreendedorismo. Por meio de reuniões de trabalho são compartilhadas informações da cadeia produtiva, do uso de metodologias de avaliação e desenho de planejamento estratégico.

Parcerias recentes com o projeto Cidades Criativas, do CriaSP⁷⁵, são destacadas. O grupo tenta alavancar a candidatura da cidade de Bauru à Rede de Cidades Criativas da UNESCO. A aproximação gerou diálogos e troca de informações sobre a indústria criativa local. O projeto encaminhado pelo CriaSP busca reconhecer Bauru como uma cidade criativa de Artes Midiáticas. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO “foi criada em 2004 para promover a cooperação com e entre cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável”⁷⁶ (UNESCO, n.d).

⁷⁴ A FunDeB - Fundação para o Desenvolvimento de Bauru é constituída de capital privado, sem fins lucrativos, que trabalha junto à Faculdades de Artes, Arquitetura e Comunicação, Ciências e Engenharia do Campus da UNESP de Bauru, prestando serviços técnicos e científicos à Comunidade interna e externa da Universidade (FUNDEB, [s.d.])

⁷⁵ De acordo com o portal oficial, o Cria SP é um programa do Governo do Estado de São Paulo criado em 2022, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, e com gestão da Amigos da Arte. O programa é uma “iniciativa pioneira no país de estímulo aos municípios do Estado de São Paulo para adoção de políticas públicas locais que posicionem a cultura e a criatividade no centro das estratégias de desenvolvimento urbano e sustentável”. Segundo a plataforma, por meio de uma mentoria especializada, os municípios interessados recebem apoio para elaboração de planos participativos para a economia criativa, tendo também suporte para a estruturação de potenciais candidaturas à Rede de Cidades Criativas da UNESCO (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE, n.d).

⁷⁶ No original: “The UNESCO Creative Cities Network (UCCN) was created in 2004 to promote cooperation with and among cities that have identified creativity as a strategic factor for sustainable urban development.”

Ainda no âmbito da gestão, a governança local tem mantido reuniões periódicas, incluindo membros externos, de modo a contemplar as novas etapas e estabelecer mecanismos de avaliação permanente do aglomerado. O volume de eventos promovidos com a comunidade local demonstra empenho da entidade gestora na difusão de conhecimento e oportunidades de novas cooperações. Conforme enfatiza Chagas *et al.* (2011), quando a governança se torna capaz de gerir iniciativas de aproximação a competitividade é aumentada e, de fato, novos fornecedores e clientes foram incorporados à cadeia produtiva do APL.

A cooperação entre o Plano Conjunto e organizações locais evidencia que essa representação se tornou uma referência. Isto porque a governança tem sido buscada para a troca de saberes e atividades de consultoria, pois não somente detém os dados do setor criativo e do audiovisual, mas sobretudo tem reunido experiência e estabelecido uma rede de contato mais intensa com os demais *players* do território.

A visibilidade foi percebida nos primeiros instantes após o reconhecimento, já que coberturas jornalísticas nas mídias digitais, nas televisões locais e nos jornais impressos da cidade foram produzidas para anunciar a conquista. Nesse aspecto, foram dois os efeitos gerados: aumentar o fluxo de informação sobre o APL para membros de toda a comunidade local e aglutinar novos integrantes para a governança local. As reflexões de Tao *et al.* (2019) e Wang *et al.* (2022) consideram que fluxos de informação mais intensos entre agentes de uma cadeia produtiva contribuem para a inovação em âmbito local e atividades colaborativas mais adensadas. Produtores que eram desconhecidos pela governança se aproximaram e puderam trocar informações com a entidade gestora, intensificando as informações acerca do ambiente produtivo na cidade, tal como sua rede de contatos. Dessa troca, novos interessados se juntaram às reflexões e discussões feitas sobre o audiovisual, como também sobre a cena cultural como um todo. Portanto, se considera que houve um fortalecimento das relações entre os agentes do setor do audiovisual.

5.2 Cenários futuro: uma aproximação crítica

O processo de reconhecimento foi importante para demonstrar de forma documental e material experiências que já eram conhecidas no âmbito da comunidade, como os festivais e outras ações do Plano Conjunto, conforme relatamos no capítulo anterior. Porém, muito embora produza um diagnóstico que foi muito importante para o governo paulista reconhecer a potencialidade desse aglomerado, a certificação organizou o grupo a fim de pensar para além do “selo” e o planejamento estratégico apresentado. Uma execução desse projeto, com

captações de recursos que superam a cifra do próprio governo municipal para o campo da cultura, é também uma evidência de que a sustentabilidade, uma condição para um APL, parece dar sinais de maturidade no âmbito local.

Podemos observar as estratégias que estão sendo adotadas no campo da cultura, inclusive o CriaSP, onde o grupo tem feito uma interação, e nos parece que há uma intencionalidade do grupo mais orientada para editais do que para outros elementos da cadeia do audiovisual tradicionais. Portanto, talvez isso explique como virá a se sustentar e quais serão os elementos que possam assegurar a sobrevivência do arranjo produtivo. Diferente de outros polos ao redor do mundo, que pensarão em grandes produções audiovisuais, em uma indústria mais complexa, a vocação do APL parece dedicar-se às produções independentes.

Da mesma forma, ele se estrutura em um território a partir de atividades e ações que sejam atraídas para o município, como os editais e outros financiamentos, que fomentam pequenos empreendimentos culturais e comunicacionais, gerando um ambiente de negócios e de referência para o audiovisual seguramente no âmbito regional, prospectivamente no âmbito estadual e desejavelmente no âmbito nacional e internacional. Isso parece compor os elementos que mostram um pouco os desafios e a perspectiva de cenário do Arranjo Produtivo Local do audiovisual em Bauru.

A integração maior do poder público local em políticas públicas para as áreas de cultura e comunicação poderia ampliar a segurança jurídica e econômica para esses setores. Melhorias recentes no Programa Municipal de Estímulo à Cultura de Bauru foram destacadas como importantes pelos entrevistados do Plano Conjunto, ainda que existam demandas que careçam de políticas de estímulo. Reivindicações de ferramentas de incentivo fiscal no município são apontadas, a exemplo da Lei Federal de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93) e do Programa De Ação Cultural (ProAC), do estado de São Paulo. Esse fomento cobra o direcionamento de uma pequena porcentagem de impostos de natureza municipal, como ISS e IPTU, para o desenvolvimento do setor cultural.

Contudo, conforme mencionamos no capítulo três, a partir da documentação das iniciativas promovidas pelo governo federal, podemos observar uma lacuna de políticas públicas de estímulo à cultura, bem como para a área de aglomerados produtivos durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), que podem ter representado a perda de uma “janela de oportunidade” em âmbito dos estados brasileiros e em nível internacional, que pudessem capacitar os aglomerados para as exportações. Há uma perspectiva de que a retomada de um governo iniciado em 2023, que detém histórico de estímulo a esses setores, possa

fortalecer os ambientes de aglomerados, especialmente no campo da comunicação e da cultura, e de que novas políticas públicas em âmbito nacional possam também incrementar arranjos similares ao de Bauru.

O aperfeiçoamento de instrumentos de apoio e acompanhamento dos Arranjos Produtivos Locais seria também desejável nessas políticas públicas. Para além de formulários que buscam identificar o potencial das lideranças da governança, outros elementos, em cidades menores, careceriam de políticas que pudessem apoiar *players* menos nucleados. A melhoria dos instrumentos na política estadual, em termos administrativos, voltados à qualificação de lideranças de aglomerados e gestores públicos municipais para facilitar a compreensão dos editais e dos aspectos formais desta política pública, contribuiria para que mais cidades obtivessem estas certificações.

Somado a isso, entramos em um aspecto que talvez tenha sido um dos maiores limites dessa pesquisa: lidar com dados que foram apagados ou pouco transparentes ao longo do processo. A ausência de documentos que relatassem de maneira pública, mas que não foram preservados no site do governo estadual paulista e que estão em poder tão somente dos proponentes em âmbito municipal, dificulta a coleta e interpretação dos dados dessa pesquisa. De maneira exponencial prefeituras, outros aglomerados e iniciativas de governança em outros municípios paulistas poderiam aprender com a experiência de uma cidade como Bauru, com a publicidade das informações.

Em síntese, há um itinerário a ser percorrido pelo APL do audiovisual na direção dos próximos estágios de maturidade. Em perspectiva, podemos inferir que tanto do ponto de vista da governança quanto do resultado da produção audiovisual, as estratégias pós certificação se desenham de forma exitosa. É lacunar a apropriação da política pública paulista para aglomerados produtivos tendo em vista o caso em tela, mas é imperioso categorizar que o apoio público às ações da sociedade no âmbito dos municípios foi uma condição fundamental para o desenvolvimento das iniciativas do setor e oportunizam cenários de avanço que expandem os horizontes da comunicação social para a cultura e para áreas que necessitam do apoio, tanto em termos de fomento quanto em termos de certificação para sustentabilidade.

CONCLUSÃO

A nomenclatura de Arranjos Produtivos Locais (APL) vem ganhando espaço nos mais variados setores porque propicia o desenvolvimento das potencialidades locais. Nesse aspecto, reconhecer a trajetória de como o setor audiovisual vivenciou um período que podemos chamar de preparação, que culmina em uma governança local para que Bauru tivesse seu primeiro APL e o estado de SP seu primeiro aglomerado do audiovisual, é o caso sobre o qual imergimos nesse estudo.

Nosso maior desafio foi reconhecer os Arranjos Produtivos Locais, suas categorias, e o diálogo com as políticas públicas, sobretudo como alternativa de sustentabilidade do campo da comunicação e da mídia, tão afetados no período recente. Ainda que não tenhamos um consenso, conseguimos construir uma literatura reconhecendo a força brasileira da nomenclatura distintamente da literatura internacional, como *distritos industriais*, *clusters* e *hubs*. Ao mesmo tempo, ainda que não tenhamos buscado na análise documental uma perspectiva comparada sobre a legislação municipal, estadual ou federal, é relevante reconhecer que os limites regulatórios em torno dos APL's nos ajudam a compreender os caminhos que governos têm adotado para estimular, fortalecer e prospectar novas cadeias produtivas.

O Arranjo Produtivo Local conquistado por Bauru em 2021, conforme explicitado nesse estudo, em nossa perspectiva se deveu à ligação dos seguintes fatores: ambiente de negócios, papel das IES, eventos de cultura e governança. A cadeia produtiva do audiovisual não decorreu de um planejamento ou uma estratégia que pudesse direcioná-la, mas devido à sua peculiaridade, pela presença de emissoras geradoras de produção de conteúdo. Depois, a cadeia produtiva se aprimorou com os centros formativos, com os quais ela e as emissoras foram constituindo uma tríade que criou as condições para um momento político e de organização administrativa propício que levou à estrutura do APL.

Com essa trajetória, nos requisitos estipulados pelo Estado de São Paulo, Bauru cumpre com as características de um APL. O território detém um conjunto de agentes de natureza diversa, entre os quais produtores do audiovisual, pesquisadores e outros profissionais dos setores criativos; inclui produtores e fornecedores de serviço, universidades, instituições do terceiro setor e outras entidades; a volta do Plano Conjunto, tem uma governança que estimula relações de cooperação, troca e aprendizado com outros agentes; está delimitado em um espaço geográfico constituído, que nesse caso, é o município de Bauru; e conforme tem fortalecido aspectos econômicos, via editais de fomento, aspectos culturais, por meio de festivais de audiovisual, e administrativos, pela multidisciplinaridade da governança, tem demonstrado a capacidade de promover o desenvolvimento local.

Desde as primeiras emissoras de televisão, que surgiram em razão das circunstâncias políticas, administrativas e estratégicas, passando por outras organizações criadas recentemente, foi pavimentada uma condição de mercado do audiovisual que gera renda e oportunidades para o desenvolvimento de produtos.

A diversificação desse ambiente de negócios local deve ser encarada como uma estratégia fundamental de sustentabilidade. A participação relevante de agências de publicidade e marketing e desenvolvedoras de jogos digitais atesta a transversalidade do setor, e a longevidade das empresas aponta para uma demanda permanente de consumo por conteúdos em tela, requerida pelas novas plataformas. Precaver-se da produção de conteúdo não legada a partir das emissoras de televisão profissionais pode não só diversificar a atuação desses profissionais para outros setores, mas funcionar como alavanca de sua manutenção. Ao imaginarmos que os cenários de audiovisual de televisão no mundo têm sinalizado para uma alteração na forma de consumo (a migração da publicidade da tv aberta para outras plataformas, como a internet), constatamos que este modelo concentrado, conforme está organizado na cidade, pode rapidamente ser impactado com a migração das audiências.

Em razão disso, este é um ponto enorme de fragilidade. No início, pôde explicar positivamente o processo de desenvolvimento do arranjo, mas, de forma negativa, pode funcionar a partir da estruturação da mudança da cadeia produtiva, tendo em perspectiva o consumo de conteúdo *on demand*. Portanto, alterar a plataforma de produção local permitiria colocar em risco a manutenção do *cluster*.

O estudo não nos permite inferir que há uma relação causal entre a formação de recursos humanos pelas universidades e a cultura do audiovisual local, entretanto, conforme relatado pela governança e as apurações que fizemos de maneira documental, a relação entre setor produtivo e educação condicionou o reconhecimento do APL, principalmente por aportar um lugar de reflexão para o ambiente de negócios, ao mesmo tempo em que propiciou o diálogo dos agentes que constituiriam o grupo gestor. O *hub* formativo não apenas cria a estrutura para o desenvolvimento de mão de obra altamente qualificada, mas capilariza competências e habilidades. No caso do audiovisual e de outros setores criativos, talvez, o papel das instituições de ensino superior é preponderante para o surgimento de uma governança local, já que a catalisam a força e a organização política mínima da entidade gestora, requisitos de reconhecimento de um APL.

Também observamos na análise empregada o capital simbólico gerado na relação com a comunidade, a constituição de uma identidade construída no pertencimento representado nos

produtos gerados localmente. Arranjos de mídia têm esse poder, porque, além da mensagem do audiovisual ultrapassar os limites da cidade, pode ainda, enquanto cenário, ser elemento que fale sobre si mesma. Experiências cinematográficas de Hollywood, por exemplo, constroem o imaginário do sotaque, do jeito, da cultura, do clima, da temperatura, dos prédios, do ambiente daquele território, que é carregado na identidade do local onde o conteúdo é produzido. Nesse sentido, se constituem elementos de empoderamento da própria comunidade, de seus traços únicos para o restante do mundo.

A realização de eventos e festivais de cultura e criatividade é uma oportunidade para a intensificação de contato entre produtores, entre a comunidade, e projeta os bens tangíveis e intangíveis produzidos pela cidade. Além das oportunidades de negócio, o avivamento dos espaços de cultura indica a melhoria da qualidade de vida dos munícipes, como também das condições de infraestrutura local. A atenção de outras localidades para a territorialidade de Bauru projeta iniciativas audiovisuais de talentos independentes, da região e de outros espaços do estado de São Paulo, para ambientes que podem estar muito distantes do município e potencializa o valor simbólico no imaginário de outros indivíduos, uma vez que a “marca” de uma cidade é valorizada para fora, haja vista como outros festivais de cultura, tais como o *Oktoberfest*, em Munique, o *Rock in Rio*, no Rio de Janeiro, e o *St. Patrick's Day*, na Irlanda, por exemplo, projetam seu capital social.

Por seu turno, o Plano Conjunto, uma articulação de profissionais, pesquisadores e agentes da cena audiovisual bauruense foi, sem dúvida, o elemento estratégico e determinante para que a cidade obtivesse essa certificação. A maturidade, a regularidade e a alta qualificação desse coletivo, demonstradas inclusive em outros editais e financiamentos, revelam o papel da competência necessária para a governança na estruturação de propostas para APLs.

Os agentes locais que lideraram o processo de reconhecimento do APL do audiovisual em Bauru têm trajetórias que perpassam todos os fatores anteriormente mencionados. São empreendedores locais, com formação universitária em nível de pós-graduação e promotores de eventos, neste caso de cinema. O domínio de um conjunto multidisciplinar de habilidades permite ao grupo o entendimento sobre a pertinência de se estabelecer novas parcerias, mas também sobre a forma captação de recursos ao município, seja por meio de política pública ou pela aproximação com novos investidores.

Os fatores condicionantes estão inseridos na política de estímulo a aglomerados, que tem como eixo central o desenvolvimento de arranjos no âmbito estadual. No entanto, nosso foco foi compreender essas dimensões, seu rigor, a forma como o processo se deu e,

especificamente, depreender da observação dessa política pública forças e fraquezas que contribuíram para a constituição do APL de Bauru. Isto nos permite prospectar outras iniciativas de arranjos no campo da comunicação e do audiovisual e aprender com esta primeira experiência.

O reconhecimento do APL por política pública é a confirmação da governança e de seu resultado. Esse “selo” atribuído pelo Estado cumpre duas funções. A primeira ocorre pelo reconhecimento de que, em determinada localidade, há um arranjo, um aglomerado de atores econômicos, pessoas físicas e jurídicas, que podem imprimir competitividade, produtividade, condições de alavancar determinado setor, neste caso, a economia criativa. Em segundo lugar, o conjunto de critérios da política pública paulista produz condições que podem assegurar ou criar a plataforma de sustentabilidade desses negócios, seja pela certificação, seja porque atrai investimentos e estimula outros *players* locais a adentrarem nessa proposta e se constituírem como redes, como cadeias locais interligadas.

Em termos de políticas públicas, aqui se estabelece uma crítica aos editais de fomento realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O acesso as informações, mesmo aquelas não sensíveis, das candidaturas de cada APL, não é disponibilizado ao público. É possível consultar a lista de arranjos reconhecidos e cadastrados, bem como seu nível de maturidade; entretanto, não há mecanismos quali-quantitativos de avaliação abertos que possam ser verificados. Esse nível de organização parece sugerir que os resultados são baseados apenas em elementos quantitativos, que comprovem entre “presente” e “ausente” os requisitos estabelecidos pelo governo paulista. Portanto, restam questionamentos sobre a eficácia de ferramentas qualitativas, que poderiam ser remodeladas de modo a incluir outras indagações, ao mesmo tempo em que avaliações quantitativas poderiam captar experiências que o modelo atual não conseguiria.

Claro que não podemos desconsiderar os elementos políticos para a promoção de cultura e setores criativos no Brasil. Conforme dialogado com o Plano Conjunto, há desafios do ponto de vista de articulação política com agentes de Estado, que revelam barreiras ligadas ao desconhecimento, ao preconceito e à falta de interesse, que se refletem em esforços demasiados para “vender” a cultura sempre pelo viés comercial, ao invés da importância de identidade de um povo.

O estudo relata a experiência de estruturação de APL do campo da comunicação social e procura contribuir para o desenvolvimento do aglomerado estudado e subsidia iniciativas similares. O impacto também pode ser observado no aperfeiçoamento de políticas públicas

voltadas a cadeias produtivas – tal qual Política de Incentivo à Economia Criativa no Estado de São Paulo; e novas regulações que tragam segurança jurídica para o desenvolvimento econômico dessas iniciativas, além de apoiar outros estudos no campo em decorrência do caso observado.

Enfim, a pesquisa permite reforçar que aglomerados produtivos empoderam comunidades como efeito gerador de oportunidades que, muito embora não possam se traduzir em transformações agudas das desigualdades, levam os setores da cadeia produtiva e seu entorno a ciclos que, uma vez sustentáveis, asseguram o adensamento nas pequenas e médias cidades e, em última fronteira, contribuem para a melhoria das condições de cidadania.

REFERÊNCIAS

ALESP. **Sobre o Processo Legislativo**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/processo-legislativo/sobre/>>.

ALFARO, É. Bauru foi a primeira cidade interiorana da América Latina a ter uma emissora de televisão. Disponível em: <<https://conteudo.solutudo.com.br/bauru/bauru-foi-a-primeira-cidade-interiorana-da-america-latina-a-ter-uma-emissora-de-televisao/>>.

ANTERO, C. A. DA S. et al. “Participação no processo decisório do APL de vestuário de Muriaé-MG”. **REGE - Revista de Gestão**, v. 23, n. 3, p. 246–253, 1 jul. 2016.

ANTHOPOULOS, L. G. et al. “Smart cities as hubs: Connect, collect and control city flows”. **Cities**, v. 125, p. 103660, 1 jun. 2022.

ARFAOUI, N. et al. “How do governance arrangements matter in the circular economy? Lessons from five methanation projects based on the social-ecological system framework.” **Ecological Economics**, v. 197, p. 107414, 1 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE. **Cria SP**. Disponível em: <<https://amigosdaarte.org.br/programas-e-equipamentos/cria-sp-2022/>>.

ATIASE, V. Y.; KOLADE, O.; LIEDONG, T. A. “The emergence and strategy of tech hubs in Africa: Implications for knowledge production and value creation”. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 161, p. 120307, 1 dez. 2020.

BECATTINI, G. “The Marshallian industrial district as a socio-economic notion”. **Open Edition Journal**, n. 157, p. 13–32, 2017.

BELLUCCI, A. C. S. et al. “GTP APL: dez anos de avanços e perspectivas de futuro”. **Boletim regional, urbano e ambiental**, v. 10, n. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 13–17, 2014.

BERALDO, S. **Ofício 003764 de 03/06/2003**. ALESP, , 3 jun. 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/acessorio/?idDocumento=187489&tpDocumento=19&__ncforminfo=e2rmlJe7Ss3I610U4H685OIaXJC2gEeaTjVLvB-CpiYB8v1eLBIS4VaRvtIE9kv8zK2Dhaq3nHw67iwju72as9v5eodom_Y>

BITTENCOURT, J. 757. Projeto de lei nº 757 /2010. 18 nov. 2010.

BONFIM, B.; SIEPLIN, P. Governador Tarcísio de Freitas promete reativar ferrovias no Oeste Paulista. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2023/03/17/governador-tarcisio-de-freitas-promete-reativar-ferrovias-no-oeste-paulista.ghtml>>.

BOROWIECKI, K. J. “Agglomeration economies in classical music”. **Papers in Regional Science**, v. 94, n. 3, p. 443–468, 2015.

BOROWIECKI, K. J.; DAHL, C. M. “What makes an artist? The evolution and clustering of creative activity in the US since 1850”. **Regional Science and Urban Economics**, v. 86, p. 103614, 1 jan. 2021.

BOUALAM, B. “Does culture affect local productivity and urban amenities?” **Regional Science and Urban Economics**, v. 46, p. 12–17, 1 maio 2014.

BRASIL. **APL**. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais-apl/apl>>. Acesso em: 5 set. 2022.

BRASIL. Resolução nº 674, de 25 de outubro de 2022. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de out 2022. Seção 1, ed. 203, p. 65.

BRESSANELLI, G.; VISINTIN, F.; SACCANI, N. “Circular Economy and the evolution of industrial districts: a supply chain perspective”. **International Journal of Production Economics**, v. 243, p. 108348, 1 jan. 2022.

BRITISH COUNCIL. **Creative HubKit: Made by hubs for emerging hubs**. Londres: Creative England, 2015. Disponível em: <https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Creative_HubKit.pdf>.

BRITO, R. D. Desenvolve SP. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/empresas/desenvolve-sp/>>.

BRUNELLO, G.; LANGELLA, M. “Local agglomeration, entrepreneurship and the 2008 recession: Evidence from Italian industrial districts”. **Regional Science and Urban Economics**, v. 58, p. 104–114, 1 maio 2016.

BRUSCO, S. “The Emilian model: productive decentralisation and social integration”. **Cambridge Journal of Economics**, v. 6, n. 2, p. 167–184, 1982.

CAMARINHA, V. **Indicação nº 1800 /2004**. ALESP, , 3 set. 2004. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=531236>>

CAMPBELL-KELLY, M. et al. “Clustering in the Creative Industries: Insights from the Origins of Computer Software”. **Industry and Innovation**, v. 17, n. 3, p. 309–329, 1 jun. 2010.

CAMPOS, R. R. et al. **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no sul, sudeste e centro-oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

CARAMEZ, J. nº 966. Projeto de lei nº 966 /2017. . 20 out. 2017.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. "O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas". Em: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21–34.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. “Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira”. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 5, p. 1–38, 2001.

CELATA, F.; ROSSI, U. “Industrial Districts”. Em: KOBAYASHI, A. (Ed.). **International Encyclopedia of Human Geography (Second Edition)**. Second Edition ed. Oxford: Elsevier, 2020. p. 231–236.

CHAGAS, T. D. et al. “Arranjos Produtivos Locais: da conceituação à apresentação das características e das vantagens.” **Carpe Diem**, v. 9, n. 9, pp. 1–20, 2011.

CHALOUPKOVÁ, M.; KUNC, J. “Locality selection matters. Investigating creative hubs in the Czech urban environment”. **City, Culture and Society**, v. 28, p. 100440, 1 mar. 2022.

CHEDID, E. nº 585. Projeto de lei nº 585 /2008. . 3 set. 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Sao Paulo: Xamã, 1996.

CHULUUNBAATAR, E. et al. “The Role of Cluster and Social Capital in Cultural and Creative Industries Development”. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 2nd World Conference on Business, Economics and Management. v. 109, p. 552–557, 8 jan. 2014.

CNUB. Histórico - Funcanal - Fun Canal - CNUB. Disponível em: <<https://cnub.com.br/site/conteudo/205484-historico.html>>.

CONGRESSO NACIONAL. 10.933. Lei Nº 10.933. . 11 ago. 2004, Sec. Legislativo, p. 59.

CONGRESSO NACIONAL. **Glossário de Termos Legislativos**. 2. ed. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo, 2020.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 13.791. . 3 jan. 2019 a, Sec. 1.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 13.854. . 8 jul. 2019 b, Sec. 1.

CONGRESSO NACIONAL. nº 12.343. Lei nº 12.343. . 2 dez. 2010 b, Sec. 1.

CONGRESSO NACIONAL. nº 13.710. Lei nº 13.710. . 24 ago. 2018, Sec. 1.

CONGRESSO NACIONAL. nº 50. Resolução nº 50. . 31 ago. 2010 a, Sec. 1.

COUTINHO, L. Prefácio. Em: CAMPOS, R. R. et al. (Eds.). **Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. E-papers ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. p. 380.

CRIA BAURU. Cria Bauru. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cie6dgWviUN/>>.

CUNHA, J. A. C.; TERRA, L. A. Diferenciando os clusters dos arranjos produtivos locais. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 8, n. 15, p. 9, 4 mar. 2010.

DCMS. **Creative Industries Mapping 2001**. Londres: Department of Culture, Media and Sports, 2001. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-2001>>.

DE MENDONÇA, F. M. et al. “Condicionantes territoriais para formação, desenvolvimento e estruturação de arranjos produtivos locais: um estudo comparativo em APLs de confecção do estado de Minas Gerais”. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 3, pp. 231–256, 1 jul. 2012.

DE PROPRIIS, L. et al. **The Geography of Creativity: Regional Studies Association International Conference**. Londres: NESTA, 2009.

DE PROPRIIS, L.; HYPPONEN, L. "Creative Clusters and Governance: The Dominance of the Hollywood Film Cluster". Em: **Creative Cities, Cultural Clusters and Local Development** (eds P Cooke & L Lazzeretti). [s.l: s.n.].

DESENVOLVE SP. Mapa da Economia Paulista. Disponível em: <<https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomiapaulista/>>.

DIAS, A. A.; PORTO, G. S. "Um estudo longitudinal da gestão da inovação nas empresas do arranjo produtivo local de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos de Ribeirão Preto". **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 1, p. 92–121, 1 jan. 2011.

DONG, Z. et al. "The effects of local government leadership turnover on entrepreneurial behavior". **China Economic Review**, v. 71, p. 101727, 1 fev. 2022.

DOVEY, J. et al. **Creative Hubs: understanding the new economy**. Londres: British Council, 2016. Disponível em: <<https://creativeeconomies.co.uk/wp-content/uploads/2016/07/HubsReport.pdf>>.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Arranjos Produtivos Locais (APLS)**. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/arranjos-produtivos-locais-apls/>>.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. "The Triple Helix university-industry-government relations: a laboratory for knowledge based economic development". **EASST Review**, v. 14, n. 1, p. 14–19, 1995.

EUROSTAT. **Culture Statistics**. Luxemburgo: Escritório de Publicações da União Européia, 2019. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-statistical-books/-/ks-01-19-712>>.

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN. Área de Concentração e Linhas de Pesquisa. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/midia-e-tecnologia---doutorado/linhas-de-pesquisa/>>.

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN. PPG - Comunicação - Linhas de Pesquisa. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/comunicacao/linhas-de-pesquisa/>>.

FEITOSA, C. O. **Aglomerações industriais como fator de desenvolvimento regional: um estudo de caso no nordeste brasileiro**. Málaga: Eumed, 2009. v. 1

FIGAL GARONE, L. et al. "Cluster development policy, SME's performance, and spillovers: evidence from Brazil". **Small Business Economics**, v. 44, n. 4, p. 925–948, 1 abr. 2015.

FILMA BAURU. Histórico. Disponível em: <<https://filmabauru.com.br/index.php?pagina=historico>>.

FIRJAN. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://casafirjan.com.br/sites/default/files/2022-07/Mapeamento%20da%20Indústria%20Criativa%20no%20Brasil%202022.pdf>>.

FLORIDA, R. **The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community and everyday life**. Basic Books ed. Nova York: Basic Books, 2002.

FUINI, L. L. "Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema". GeoTextos, 22 dez. 2013.

FUNDAÇÃO SEADE. Retratos de São Paulo: Educação: Bauru. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?temaId=3&indId=14&loId=3506003&busca=>>.

FUNDAÇÃO SEADE. SEADE Estatísticas Vitais. Disponível em: <<https://estatisticasvitalis.seade.gov.br/>>.

FUNDAÇÃO SEADE. SEADE Painel. Disponível em: <<https://painel.seade.gov.br/educacao-superior/>>.

FUNDAÇÃO SEADE. SEADE PIB. Disponível em: <<https://pib.seade.gov.br/>>.

FUNDAÇÃO SEADE. SEADE Trabalho. Disponível em: <<https://trabalho.seade.gov.br/emprego-e-salario-por-setor/>>.

FUNDEB. **A FunDeB**. Disponível em: <<https://www.fundeb.org.br/fundeb.html>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. DE Q. "Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais". São Paulo em Perspectiva, v. 19, p. 70–84, mar. 2005.

GILL, R.; PRATT, A. C.; VIRANI, T. E. **Creative hubs in question: place, space and work in the creative economy**. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 54.654 de 7 de agosto de 2009. . 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 12.788, de 27/12/2007. . 27 dez. 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. nº 1049. Lei Complementar nº 1.049, de 19/06/2008. . 19 jun. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. nº 1210. Lei nº 11.606. . 24 dez. 2003 b.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de lei nº 1210 /2003 de 26/11/2003. . 2003 a.

GRUPO PREVÊ OBJETIVO. Sobre o Grupo. Disponível em: <<https://grupopreve.com.br/grupo-preve/sobre-o-grupo>>.

GWEE, J. "Innovation and the creative industries cluster: A case study of Singapore's creative industries". **Innovation**, v. 11, n. 2, p. 240–252, 1 ago. 2009.

HARRIS, O. "The impact of industrial districts on the pricing of IPOs". **The Quarterly Review of Economics and Finance**, v. 69, p. 274–285, 1 ago. 2018.

HARVEY, D. C.; HAWKINS, H.; THOMAS, N. J. "Thinking creative clusters beyond the city: People, places and networks". **Geoforum**, The Global Rise and Local Implications of Market-Oriented Conservation Governance. v. 43, n. 3, p. 529–539, 1 maio 2012.

HAUGE, E. S.; PINHEIRO, R. M.; ZYZAK, B. "Knowledge bases and regional development: collaborations between higher education and cultural creative industries". *International Journal of Cultural Policy*, v. 24, n. 4, p. 1–19, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

INVEST SP. SP em Mapas. Disponível em: <<https://www.investe.sp.gov.br/sp-em-mapas/#>>.

JAMBEIRO, O. A TV no Brasil no século XX. Salvador: Editora da UFBA, 2001.

JINLIAO, H.; XIANPENG, W.; GANG, Z. "Creative city networks: A social network analysis of a virtual community of designers in China". **Cities**, v. 123, p. 103578, 1 abr. 2022.

KNIGHT, C. J. K.; PENN, A. S.; HOYLE, R. B. "Comparing the effects of mutualism and competition on industrial districts". **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, v. 416, p. 541–557, 15 dez. 2014.

KUNG, L. "Innovation and Creativity in the Media Industry: What? Where? How?" **Management and Innovation in the Media Industry**, pp. 3–13, 2008.

LAMPEL, J.; GERMAIN, O. "Creative industries as hubs of new organizational and business practices". **Journal of Business Research**, v. 69, n. 7, p. 2327–2333, 1 jul. 2016.

LASTRES, H. M. M. et al. O apoio ao desenvolvimento regional: a experiência do BNDES e oportunidades para avanços. 2014.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Novas Políticas na Era do Conhecimento: o foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2000. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/nts/ar1/LasCasParcerias.pdf>>.

LDA. **Creative London: Vision and plan**. Londres: London Development Agency, 2003. Disponível em: <<https://creativeindustrieslondon.files.wordpress.com/2014/11/creative-london.pdf>>.

LIMA, S. M. S. "Polos criativos: lugares de desenvolvimento". Em: OLIVEIRA, C. W. DE A. et al. (Eds.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. pp. 65–78.

MACHADO, S. A. **Dinâmica dos arranjos produtivos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira**. 2003. 162 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MANFRÉ, E. R.; NARDEZ, E. "Desenvolvimento local e o arranjo produtivo local – APLs / Local development and the local productive arrangement – APLs". **Geografia em Atos (Online)**, v. 6, n. 13, pp. 96–112, 13 nov. 2019.

MARANHÃO JUNIOR, M. DE A. Jogos eletrônicos: audiovisual ou software? O ponto ótimo da exegese legal para viabilizar a implementação de políticas públicas de regulação e fomento. Ancine, , 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/artigos/jogos-eletronicos-audiovisual-ou-software-o-ponto-otimo-da-exegese-legal-para-viabilizar-a-implementacao-de-politicas-publicas-de-regulacao-e-fomento>>

MCSHANE, I.; COFFEY, B. “Rethinking community hubs: community facilities as critical infrastructure”. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 54, p. 101149, 1 fev. 2022.

MENZEL, M.-P.; FORNAHL, D. “Cluster life cycles—dimensions and rationales of cluster evolution”. **Industrial and Corporate Change**, v. 19, n. 1, p. 205–238, 1 fev. 2010.

MERRELL, I. et al. “Enterprise hubs as a mechanism for local economic development in rural areas”. **Journal of Rural Studies**, v. 93, p. 81–91, 1 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>.

MORAES, T. Volume de contêineres movimentados pelo Porto Seco de Bauru bate recorde. Sampi, 2023.

MORAIS, R. nº 213. Projeto de lei nº 213 /2022. . 20 abr. 2022.

MORCEIRO, P. C. Nova Classificação de Intensidade Tecnológica da OCDE e a Posição do Brasil. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, , 2019. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif461-8-13.pdf>>

MORLANDSTØ, L. “Innovation and value creation in local media”. **The Journal of Media Innovation**, v. 5, n. 1, pp. 17–30, 2019.

NÚCLEO BAURU. Quem Somos. Disponível em: <<https://nucleobauru.com.br/quem-somos/>>.

OLIVEIRA, F. R. DE et al. “Requisitos ambientais incorporados ao desenvolvimento de produtos em clusters e ecoparques industriais”. **Revista ESPACIOS | Vol. 37 (Nº 11) Año 2016**, 9 maio 2016.

OLIVEIRA, F. R. DE; FRANÇA, S. L. B.; RANGEL, L. A. D. “Challenges and opportunities in a circular economy for a local productive arrangement of furniture in Brazil”. **Resources, Conservation and Recycling**, Sustainable Resource Management and the Circular Economy. v. 135, p. 202–209, 1 ago. 2018.

PANOSSO, C. E. **Economia criativa e arranjos produtivos locais: estudo das relações entre economia, cultura e desenvolvimento em Palmas, TO.** . Em: VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA. Bogotá: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, 2013. Disponível em: <<https://alacip.org/cong13/376-panosso-7c.pdf>>

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. **Decretos-leis.** Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos-leis>>.

PORTER, M. E. “Location, Competition, and Economic Development: Local Clusters in a Global Economy”. **Economic Development Quarterly**, v. 14, n. 1, p. 15–34, 2 jan. 2000.

PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition**. [s.l.] Harvard Business Review Boston, 1998b. v. 76

PORTER, M. E. **Clusters and the New Economics of Competition**. 1998a.

PRATT, A. C. “Creative hubs: A critical evaluation”. **City, Culture and Society**, v. 24, p. 100384, 1 mar. 2021.

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE BAURU. TV USP. Disponível em: <<http://www.ccb.usp.br/tvusp.php>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. Conheça Bauru. Disponível em: <<https://www2.bauru.sp.gov.br/bauru.aspx?m=2>>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Programa municipal de estímulo à cultura de Bauru – Edital 2021**. Secretaria Municipal de Cultura, , 2021. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_cultura/estimulo_cultura/2021/1;Edital_PEC_2021.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Programa municipal de estímulo à cultura de Bauru – Edital 2022**. Secretaria Municipal de Cultura, , 2022. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_cultura/estimulo_cultura/2022/1;Edital%20PEC%202022.pdf>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 11.066. Lei nº 11.066. . 30 dez. 2004 b, Sec. Legislação, p. 1.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 5.761. Decreto nº 5.761. . 28 abr. 2006, Sec. 1, p. n.p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 6.095. Decreto nº 6.095. . 24 abr. 2007 a, Sec. 1, p. n.p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem nº 481**. Governo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10933-11-agosto-2004-533373-veto-16743-pl.html>>. Acesso em: 3 maio. 2023a.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. nº 10.110. Decreto nº 10.110. . 11 nov. 2019, Sec. 1.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. nº 10.755. Decreto nº 10.755. . 26 jul. 2021, Sec. 1.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. nº 11.453. Decreto nº 11.453. . 23 mar. 2023, Sec. 1.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. nº 6.302. Decreto nº 6.302. . 12 dez. 2007 b, Sec. 1.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. nº 8.281. Decreto nº 8.281. . 1 jul. 2014, Sec. 1.

QUANDT, C. O. “Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local”. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 1, pp. 141–166, 1 jan. 2012.

QUEIROZ, C. A. DE P.; SOUZA, M. C. DE. “Um olhar brasileiro sobre os aglomerados: o arranjo produtivo local”. Em: OLIVEIRA, C. W. DE A. et al. (Eds.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 37–51.

RECORD TV PAULISTA. Institucional. Disponível em: <<https://recordtvpaulista.com.br/portal/empresa>>.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. DE; GUINDANI, J. F. “Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas”. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 7 jul. 2009.

SCHMITZ JUNIOR, J. A. “What determines productivity? Lessons from the dramatic recovery of the U.S. and Canadian iron ore industries following their early 1980s crisis”. **Journal of Political Economy**, v. 113, n. 3, p. 582–625, 2005.

SEBRAE. **Arranjo produtivo local - Série Empreendimentos Coletivos - Sebrae**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empreendimentos-coletivos,5980ce6326c0a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 5 set. 2022.

SECOM/MT. **Sicme articula criação do Núcleo de Arranjos Produtivos**. Governo. Disponível em: <<https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/sicme-articula-criacao-do-nucleo-de-arranjos-produtivos>>.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **2º edital de chamamento público objetivando o processo de reconhecimento de arranjos produtivos locais (APLs)**. Governo do Estado de São Paulo, , 2020. Disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/edital_apl_reconhecimento_2020-cdrtfinal-1.pdf>

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Classificação de níveis de maturidade dos arranjos produtivos locais reconhecidos pelo programa de fomento aos APLs paulista**. Governo do Estado de São Paulo, , 2021. Disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/resultado_nveis-de-maturidade-1.pdf>

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL. **Orientações para a produção de decretos**. Governo do Estado de Goiás, , 2019. Disponível em: <<https://casacivil.go.gov.br/files/documentos/GERAT/CARTILHASOBREDECRETO.pdf>>

SEDINI, C.; VIGNATI, A.; ZURLO, F. **Conceiving a (new) definition of hub for the development of a transnational network of creative companies**. . Em: THE IDEA OF CREATIVE CITY. Cracow: European Scientific Institute, 2013. Disponível em: <<http://eujournal.org/files/journals/1/books/Cracow2013.pdf>>

SHAVER, J. M.; FLYER, F. “Agglomeration economies, firm heterogeneity, and foreign direct investment in the United States”. **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 12, p. 1175–1193, 2000.

SILVA, A. F. DA [UNESP. **Telejornalismo regional: identidade e representações**. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 28 mar. 2005.

SMAHÓ, M. **Knowledge and Confidence in Győr Automotive Industrial District**. . Em: RSA ANNUAL CONFERENCE. Lugano: 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327861208_Knowledge_and_Confidence_in_Gyor_Automotive_Industrial_District>

SOHN, A. P. et al. “Os elementos que caracterizam o Cluster Turístico em Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil”. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 1, n. 11, p. 154–174, 2017.

SOUBEYRAN, A.; WEBER, S. “District formation and local social capital: a (tacit) co-opetition approach”. **Journal of Urban Economics**, v. 52, n. 1, p. 65–92, 1 jul. 2002.

SOUZA, G. DE. **Indicação nº 0702 /2003**. ALESP, , 31 maio 2003. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=186947>>

STERN, M. J.; SEIFERT, S. C. “Cultural Clusters: The Implications of Cultural Assets Agglomeration for Neighborhood Revitalization”. **Journal of Planning Education and Research**, v. 29, n. 3, p. 262–279, 1 mar. 2010.

TAO, J. et al. “Agglomeration economies in creative industries”. **Regional Science and Urban Economics**, v. 77, pp. 141–154, 1 jul. 2019.

THOMAS, E. nº 582. Projeto de lei nº 582 /2012. . 28 set. 2012.

THOMAZ, J. C. et al. “Benefícios da aglomeração de firmas: evidências do arranjo produtivo de semijoias de Limeira”. **Revista de Administração**, v. 46, n. 2, p. 191–206, 1 abr. 2011.

TSANG, K. K. M.; SIU, K. W. M. “The 3Cs model of sustainable cultural and creative cluster: The case of Hong Kong”. **City, Culture and Society**, Mind the Gap: Thinking about in-between spaces in Delhi and Shanghai. v. 7, n. 4, p. 209–219, 1 dez. 2016.

TV PREVÊ. Quem Somos – TV Preve. Disponível em: <<https://tvpreve.com.br/quem-somos/>>.

TV TEM. Conheça a área de cobertura da TV TEM. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/sp/tvtem/noticia/conheca-a-area-de-cobertura-da-tv-tem.ghtml>>.

TV UNESP. Sobre a TV Unesp. Disponível em: <<https://tv.unesp.br/institucional>>. Acesso em: 21 jul. 2023.

UNCTAD. **Creative Economy Outlook: Trends in international trade in creative industries**. Genebra: Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3_en.pdf>.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2010.

UNESCO. **Creative Cities Network**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/home>>.

UNESCO. **UNESCO lança Relatório sobre os impactos sofridos pela indústria criativa durante a pandemia**. 2023. Disponível em: <<https://www.unesco.org/pt/articles/unesco->

[lanca-relatorio-sobre-os-impactos-sofridos-pela-industria-criativa-durante-pandemia?TSPD_101_R0=080713870fab200013a6db278ba63920413b60d869fb0e771dea608ab97c42b022df44d1e880592908a0adf41d14300058bb49c8e334fb319e6f13e668267303cf6aee2389f0431fe64e54c62b6473495fe93d36b562b36fe6fa4c6c102aa823>](https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm).

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. O que é o IDHM. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm>>.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. "Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica". *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 29, p. 135–156, 2007.

WANG, Y. et al. "Networks, collaboration and knowledge exchange in creative industries: a comparative analysis of Brisbane and Shenzhen". **Creative Industries Journal**, v. 15, n. 2, pp. 1–28, 2022.

WIKIMEDIA COMMONS. File:SaoPaulo Municip Bauru.svg. Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_Municip_Bauru.svg?uselang=pt-br>.

XAVIER, J. T. DE P. "Mapeamento dos arranjos produtivos locais intensos de cultura: tecnologias sociais para a adoção de políticas públicas inclusivas nas cidades". Em: CASADEI, E. B. (Ed.). **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania [online]**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. pp. 63–77.

ZALLO, R. "La crisis económica, la digitalización y el cambio tecnocultural elementos para una prospectiva". **Revista Quaderns del CAC**, v. XIII (1), n. 34, p. 49–59, 2010.

ZAMBON, P. S. **Hubs criativos no desenvolvimento da Indústria de Jogos Digitais**. 2020. 264 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2020.

ZAMBON, P. S.; CARVALHO, J. M. DE. "De software para audiovisual: as influências da Abragames na formulação de políticas públicas culturais para jogos digitais no Brasil". *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 111–135, 2018.

ZAMBRANA, A. DE A.; TEIXEIRA, R. M. "Governança e cooperação em Arranjos Produtivos Locais: um estudo de múltiplos casos em sergipe". **REGE - Revista de Gestão**, v. 20, n. 1, p. 21–41, 1 jan. 2013.

ZARATIEGUI, J. M. "Marshallian Industrial Districts Revisited. Part I". **Problems and Perspectives in Management**, n. 2, p. 80–97, 2004.

ZHENG, J.; CHAN, R. "The impact of 'creative industry clusters' on cultural and creative industry development in Shanghai". **City, Culture and Society**, v. 5, n. 1, p. 9–22, 1 mar. 2014.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Características dos atos administrativos do Governo Federal

Material	Conceito	Competência
Decreto	Se destina, via a norma que fixa, a prover as situações gerais ou individuais que envolvem assuntos administrativos de efeito concreto; lida, por isso, com aspectos procedimentais. Por meio dele, a autoridade estabelece e expede instruções sobre aplicação de leis, funcionamento institucional (horário de expediente, suspensão de prazos legais, designação de comissões etc.), gestão de pessoal (nomeação, exoneração, designação, aplicação de penalidade disciplinar, delegação de atribuição etc.) e outros assuntos de sua competência (SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, 2019).	Poder Executivo
Decreto Legislativo	Espécie normativa que regula as matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo. Por meio de decretos legislativos o Congresso Nacional julga as contas do Presidente da República; resolve definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais; aprecia atos de concessão ou renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão; autoriza que o Presidente da República se ausente do País por mais de quinze dias; disciplina as relações jurídicas decorrentes de medidas provisórias não convertidas em lei; escolhe dois terços dos	Poder Legislativo

	Ministros do TCU; autoriza referendo e convoca plebiscito; e susta atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 36).	
Decreto-Lei	Têm força de lei e foram expedidos por Presidentes da República em dois períodos: de 1937 a 1946 e de 1965 a 1988. Nossa atual Constituição não prevê essa possibilidade. Alguns Decretos-Leis ainda permanecem em vigor (PORTAL DA LEGISLAÇÃO, [s.d.]).	Poder Executivo
Emenda Constitucional	Espécie de norma jurídica que altera a Constituição Federal (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 44).	Poder Legislativo
Lei Complementar (LC)	Espécie normativa de natureza infraconstitucional, resultante de projeto de lei complementar aprovado, por exigência constitucional expressa, pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 49).	Poder Legislativo
Lei Ordinária	Espécie normativa que trata de qualquer matéria pertinente à competência legiferante do ente federativo que a edita, desde que não reservada a outra espécie. É apreciada por processo ordinário e depende, para ser aprovada, de maioria simples de votos	Poder Legislativo

	(CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 49).	
Medida Provisória	Espécie normativa de iniciativa exclusiva do Presidente da República, com força de lei, adotada em caso de urgência e relevância, com produção de efeitos desde sua edição. A conversão em lei depende da apreciação pelo Congresso Nacional. Não apreciada pelo Congresso Nacional no prazo determinado, a medida provisória perde seus efeitos, e as relações jurídicas constituídas na sua vigência serão disciplinadas por Decreto Legislativo ou, na ausência deste, continuarão regidas pela medida provisória (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 51).	Poder Executivo
Resolução da Câmara dos Deputados (RCD)	Ato normativo que regula matérias de competência privativa da Câmara dos Deputados, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 82).	Poder Legislativo
Resolução do Senado Federal (RSF)	Ato normativo que regula matérias de competência privativa do Senado Federal, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 82).	Poder Legislativo

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 2 – Características dos atos administrativos do Governo do Estado de São Paulo

Material	Conceito	Competência
Projeto de Lei	Quando o Deputado ou os cidadãos, através da iniciativa popular, apresenta uma proposta para regular a vida em sociedade sobre determinado tema (ALESP, [s.d.])	Poder Legislativo
Projeto de Lei Complementar	Proposição destinada a elaboração de Lei Complementar (LC). Uma LC É uma espécie normativa de natureza infraconstitucional, resultante de projeto de lei complementar aprovado, por exigência constitucional expressa, pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo (CONGRESSO NACIONAL, 2020)	Poder Legislativo
Decreto-Lei	Têm força de lei e são expedidos por Governadores. Nossa atual Constituição não prevê essa possibilidade. Alguns Decretos-Leis ainda permanecem em vigor (PORTAL DA LEGISLAÇÃO, [s.d.]).	Poder Executivo
Emenda Constitucional	Espécie de norma jurídica que altera a Constituição Federal (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 44) ou a Constituição do Estado.	Poder Legislativo
Lei Complementar (LC)	Espécie normativa de natureza infraconstitucional, resultante de projeto de lei complementar aprovado, por exigência constitucional expressa, pela maioria absoluta dos membros do Poder	Poder Legislativo

	Legislativo (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 49).	
Lei Ordinária	Espécie normativa que trata de qualquer matéria pertinente à competência legiferante do ente federativo que a edita, desde que não reservada a outra espécie. É apreciada por processo ordinário e depende, para ser aprovada, de maioria simples de votos (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 49).	Poder Legislativo
Proposta de Emenda à Constituição	Proposição legislativa destinada a alterar a Constituição (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 69).	Poder Legislativo
Projeto de Decreto Legislativo	Proposição que visa a regular as matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Poder Executivo (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 65)	Poder Legislativo
Projeto de Resolução	Proposição destinada à elaboração de resolução. Uma resolução é o ato normativo que regula matérias da competência privativa da Casa Legislativa, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo (CONGRESSO NACIONAL, 2020)	Poder Legislativo
Moção	No costume legislativo, é uma espécie de requerimento que visa expressar a manifestação da Casa Legislativa em razão de um fato que enseje repúdio, louvor, apoio, desconfiança, solidariedade,	Poder Legislativo

	regozijo, entre outros (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 53).	
Requerimento	Espécie de proposição por meio da qual o parlamentar formaliza, por escrito ou verbalmente, pedido a ser decidido pelo Presidente da Casa ou de comissão, pelo Plenário ou pelas Comissões (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 81).	
Requerimento de Informação	Espécie de proposição por meio da qual o parlamentar formaliza um pedido de informação, por escrito ou verbalmente, pedido a ser decidido pelo Presidente da Casa ou de comissão, pelo Plenário ou pelas Comissões (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 81).	Poder Legislativo
Indicação	Espécie de proposição pela qual o parlamentar sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva (CONGRESSO NACIONAL, 2020, p. 47).	Poder Legislativo

Fonte: Elaboração própria